

REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA 2

Historiografia catarinense: uma introdução ao debate
Cristina Scheibe Wolff

**"Os indômitos povos de que ella a Villa de Lagens se
compõe pela maior parte"**
Élio Cantalício Serpa

Velho: quem é este sujeito? Onde é o seu lugar?
Mara Rúbia Sant'Anna

Relações de gênero na pesquisa histórica
Joana Maria Pedro

O Público e a República
Luiz Felipe Falcão

As Colônias Alemãs no Brasil
Tradução de Valberto Dirksen

Entrevista com James Petras



Revista Catarinense de História

A Revista Catarinense de História publica semestralmente artigos, ensaios, monografias, traduções, documentos, relatos e projetos de pesquisa, além de outras informações de interesse na área de história. É uma publicação não-partidária ou doutrinária, autônoma e pluralista, recebendo contribuições independente das posições políticas e ideológicas de seus autores, que são responsáveis pelas opiniões aqui expressas. Cabe ao Conselho Editorial, integrado por representantes dos estudantes e professores do Departamento de História do Centro de Ciências, Filosofia e Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC e da Associação Nacional de Professores Universitários de História-Anpuh/SC, estabelecer os temas prioritários, selecionar as colaborações a serem publicadas e definir os aspectos gerais da edição. A Comissão Executiva, com a mesma representação do Conselho Editorial, administra a pauta e o fechamento de cada edição junto à Editora Terceiro Milênio.

Conselho Editorial: Élio Cantalício Serpa (Mestrado), Luiz Felipe Falcão (Anpuh), Maria Bernardete Ramos Flores (Mestrado), Nelson Rolim de Moura (CALH), Thais Luzia Colaço (Departamento de História).

Comissão Executiva: Eunice Sueli Nodari (Anpuh), Joana Maria Pedro (Mestrado), Nelson Rolim de Moura (CALH), Paulo Pinheiro Machado (Departamento de História), Valmir Francisco Muraro (Departamento de História).

Editor: Mário Pereira

Preparação de originais: Nelson Rolim de Moura

Revisão: Ana Maria Bessa

Tradução inglês: Eunice Sueli Nodari

Layout capa: Giovani André da Silva

Editoração eletrônica: Ayrton Accacio Cruz da Silveira

Projeto Gráfico:

Editora Terceiro Milênio

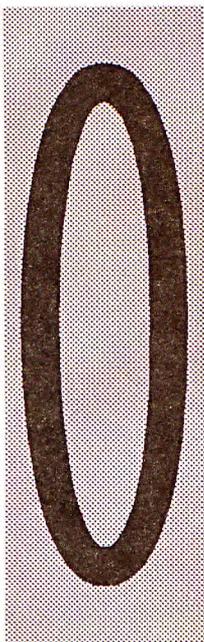
Rua Tenente Silveira, 199 – Edifício Apolo

– Sala 606 – Fone: (0482) 22-1534

88010-300 – Florianópolis – Santa Catarina

Sumário

❖ Apresentação	3
❖ Historiografia catarinense: uma introdução ao debate – Cristina Scheibe Wolff	5
❖ “Os indômitos povos de que ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte” – Élio Cantalício Serpa	16
❖ Velho: quem é este sujeito? Onde é o seu lugar? – Mara Rúbia Sant’Anna	24
❖ Relações de gênero na pesquisa histórica – Joana Maria Pedro	35
❖ O Público e a República – Luiz Felipe Falcão	45
❖ As Colônias Alemãs no Brasil – Tradução de Valberto Dirksen	57
❖ Entrevista com James Petras	75
❖ Resenhas:	
Uma história para o Iate Clube de Santa Catarina – Regis Cabral	87
O Rio <i>Belle Époque</i> como Objeto de Estudo – Maria de Fátima Fontes Piazza	89
❖ Atividades de Pesquisa do Departamento de História	91
❖ Informações	93



s estudos históricos precisam libertar-se do cativado em que são mantidos no isolado reduto acadêmico, e ganhar audiência maior. Como forma indispensável de autoconhecimento humano, em toda a sua magnífica diversidade, a História, ao se voltar para o passado, transforma-se em instrumento indispensável para a compreensão do presente e a construção do futuro. E isso só ocorre quando o trabalho dos que se dedicam a estudá-la é comunicado e difundido para além dos círculos especializados.

A Revista Catarinense de História busca este objetivo: comunicar o resultado do trabalho dos pesquisadores que se dedicam a clarear o passado da nossa terra a um público ampliado, na expectativa de que este conhecimento ajude a compreensão do presente e a opção do futuro.

Num momento de aceleradas transformações sociais, políticas e econômicas, este conhecimento torna-se sobremaneira valioso. A consolidação do Mercosul – para citar apenas um exemplo – produzirá notável impacto sobre a economia de Santa Catarina, e muitas das perplexidades dela originadas poderão ser clareadas pelo conhecimento dos fatos que presidiram nossa formação como sociedade organizada e produtiva.

Outro objetivo desta publicação é estimular, pelo debate e polêmica, a produção de novos estudos sobre a História de Santa Catarina, e oferecer aos professores da disciplina material para uso em sala de aula. Cumpridos esses objetivos, estará justificada a publicação.

Historiografia catarinense: uma introdução ao debate

Cristina Scheibe Wolff*

Resumo: Introduz o debate da historiografia catarinense apresentando uma proposta de classificação desta em três grupos principais, a partir da delimitação dos objetos de estudo e de sua abordagem teórico-metodológica: abordagens estadual tradicional, local tradicional e temática.

Palavras-chave: Historiografia – História – Santa Catarina.

Abstract: Introduction to a debate of Santa Catarina historiography through a proposal classifying it into three main groups, starting with the delimitation of study subjects and a theoretic-methodological approach: traditional approach to state history; traditional local history; and thematic approach.

Key-words: Historiography – History – Santa Catarina.

Este artigo surgiu a partir de diversas situações nas quais me envolvi como professora da UFSC. A primeira foi a disciplina *História de Santa Catarina*, que venho lecionando há quatro semestres e que me possibilitou perceber a pequena quantidade de estudos sobre a historiografia de Santa Catarina.¹ Outras situações foram cursos para professores da rede estadual de ensino e de especialização realizados no interior do Estado, que me colocaram frente ao quase absoluto desconhecimento, por parte deste público, da existência de várias produções historiográficas, de diversas tendências teórico-metodológicas sobre Santa Catarina. Conversas com outros professores, principalmente Henrique Luiz Pereira Oliveira, Élio Cantalício Serpa e Maria Bernardete Ramos Flores também ajudaram a convencer-me da necessidade de apresentar uma espécie de *classificação* provisória, sem pretensões de ser absoluta, da historiografia catarinense recen-

* Professora do Departamento de História da UFSC.

¹ PIAZZA, Walter Fernando. Historiografia catarinense e fontes para a história. In: Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1982. p.15-36.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Autoridade do Passado. In: Teatros da Vida Cenários da História. A farrá do boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina. São Paulo, PUC/SP, 1991. Tese (Doutorado em História).

te. Esta *classificação* foi elaborada como um instrumento didático para facilitar e iniciar o estudo da historiografia de Santa Catarina e principalmente como uma forma de provocar o debate sobre o tema.

Chamo de recente a produção historiográfica realizada a partir da década de 40, em primeiro lugar porque estas são as obras que podem ser encontradas com maior facilidade nas bibliotecas e livrarias de nosso Estado. Em segundo, porque foram estas as obras com as quais trabalhei até hoje, em minhas pesquisas e minha experiência de ensino, e portanto não pretendo generalizar meu *esquema classificatório* de forma aleatória.

A partir de um ponto de vista centrado na delimitação do objeto de estudo do historiador, é possível vislumbrar a existência de três grupos principais na historiografia catarinense recente. O primeiro é formado de obras que se pretendem *estaduais* e geralmente dão grande importância a eventos políticos de âmbito *estadual*. O segundo grupo caracteriza-se por seu âmbito municipal, local, enquanto o terceiro grupo produz uma história centrada em temas e questões-problemas.

Esta classificação que estou apresentando, no entanto, deve contemplar ainda uma caracterização de cunho teórico-metodológico que passa a questão da delimitação do objeto de estudo. Simplificando bastante esta questão, podemos seguir o esquema elaborado por Peter Burke² para diferenciar a chamada *nova história* da *história tradicional*, no qual são destacados seis pontos principais de contraste.

1. Enquanto para o paradigma tradicional “a história diz respeito essencialmente à política”³, a *nova história* interessa-se em princípio por toda a atividade humana.

2. A *história tradicional* é pensada como uma *narrativa dos acontecimentos*. Já a *nova história* preocupa-se com uma análise, seja de estruturas, de processos, ou dos próprios acontecimentos.

3. Tradicionalmente a história tem sido *vista de cima*, ou seja, “tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos”.⁴ Muitos dos novos historiadores, entretanto, têm se preocupado com a *história vista de baixo*, privilegiando a experiência das pessoas comuns.

4. O paradigma tradicional da história privilegia a utilização de registros oficiais, emanados do Estado e guardados em arquivos, negligenciando a utilização de outros tipos de evidência aos quais a *nova história*

² BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37.

³ Idem, p.10.

⁴ Idem, p.12.

tem recorrido com frequência, como a história oral, as fontes iconográficas, acervos particulares etc., que muitas vezes permitem ao historiador uma visão menos centrada nas ações do Estado e das elites.

5. O modelo de explicação histórica do paradigma tradicional costuma se restringir à atuação de personagens colocados em evidência na documentação. A *nova história* tem aberto o leque de perguntas que um historiador pode fazer, preocupando-se não só com atuações individuais mas também, e talvez principalmente, com movimentos coletivos.

6. Para o paradigma tradicional a história deve (e pode) ser objetiva. “A tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, ou, como apontou Ranke em uma frase muito citada, dizer ‘como eles realmente aconteceram.’”⁵ No entanto, este é um ideal irrealista. Nosso olhar de historiadores está sempre colocado em uma perspectiva, em uma convenção determinada por nossa cultura, língua, posição social e política. Além disso, os próprios documentos nos apresentam visões parciais dos acontecimentos do passado. Assim, ao invés do ideal de uma *história verdadeira*, Peter Burke nos apresenta o projeto da Heteroglossia – das múltiplas vozes, variadas e opostas, das múltiplas perspectivas.

Este contraste feito entre uma *história tradicional* e uma *nova história*, no entanto, diz muito pouco. Neste rótulo *nova* são agrupadas normalmente visões muito díspares da história, tais como a história quantitativa, história das mentalidades, história cultural, história social, entre outras. Já a chamada *história tradicional* fica melhor caracterizada, apesar da imprecisão do termo. Devemos ainda ressaltar que todas as críticas feitas a esta maneira de se escrever a história não a tornam menos importante, mesmo no momento atual. Em Santa Catarina, por exemplo, boa parte do conhecimento histórico sobre as diversas regiões só pode ser obtido em obras com este tipo de orientação metodológica.

Ao iniciar uma apresentação mais detalhada das principais abordagens da historiografia catarinense, gostaria de alertar as leitoras e leitores, mais uma vez, para o caráter provisório e experimental desta *classificação*. Ainda, o fato de citar alguns autores e suas obras tem como objetivo por um lado exemplificar a proposta e, por outro, possibilitar aos leitores que experimentem a classificação, fazendo uma leitura crítica da mesma. Também gostaria de deixar claro que existem muitas outras obras de grande interesse historiográfico que não serão aqui citadas.

⁵ Idem, p.15.

1. Abordagem estadual tradicional⁶

O Estado de Santa Catarina é uma unidade política marcada por grande heterogeneidade cultural e histórica entre suas diversas regiões. Portanto, não é de se espantar que a tentativa de se criar uma historiografia, que diga respeito a este Estado como um todo, prenda-se bastante à descrição de sua trajetória política.

As principais sínteses da história estadual seguem esta orientação básica, dividindo a história catarinense em três períodos: Colônia (até 1822), Império (1822 a 1889) e República (1889 em diante), de acordo com a periodização política nacional.

Além da grande ênfase aos fatos políticos e militares, estas obras apresentam grande preocupação com nomes ilustres, políticos, empresários, religiosos, com biografias e cronologias referentes a estes personagens. São estes os *sujeitos* desta forma de se escrever a história. Esta característica pode ser exemplificada com o capítulo XVIII – *Ruralismo, Urbanização, Industrialização*, do livro *Santa Catarina: Sua História*, do professor Walter Fernando Piazza. No item *A industrialização (de 1850 a 1900)*, o autor, após breve introdução relacionando o processo de industrialização catarinense com a imigração e citando o surgimento das primeiras indústrias dos ramos têxtil, metalúrgico, tipográfico, de alimentos etc., passa a biografar o que chama de *lideranças*: 14 empresários de origem germânica e um de origem italiana, fundadores de empresas e grupos econômicos, muitos dos quais ainda mantêm grande importância até hoje. Nenhuma palavra sobre a mão-de-obra.⁷

Esta abordagem da historiografia catarinense pode ser muito aproximada daquela abordagem tradicional traçada por Burke. Além da grande importância dada à política e aos *grandes homens*, esta historiografia está adequada a todos os outros pontos levantados pelo autor: é uma história *vista de cima*, pretende-se objetiva, utiliza principalmente fontes oficiais escritas, atém-se basicamente a uma narrativa dos acontecimentos e às atuações individuais dos *grandes homens*.

Além da obra do professor Walter Piazza, já citada, e de outras do mesmo autor⁸, esta abordagem é característica de várias obras do profes-

⁶ Foi bastante difícil encontrar um termo para descrever esta tendência historiográfica tão importante e significativa em nosso Estado. Estou utilizando o termo tradicional com referência ao que coloca Peter Burke na abertura de seu livro *A Escrita da História* (1992, p.7-37), ou seja, o paradigma elaborado principalmente a partir do século XIX, que se tornou o *senso comum* sobre como deve ser escrita a história.

⁷ PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1983. p.404-437.

⁸ PIAZZA, W. F. *A Colonização de Santa Catarina*. Porto Alegre: BRDE, 1982, entre outros.

sor Oswaldo Rodrigues Cabral, especialmente sua *História de Santa Catarina*⁹, das obras do professor Jali Meirinho, como *A República em Santa Catarina*¹⁰, e do professor Carlos Humberto Correa.¹¹ Quanto a este último autor, é preciso ressaltar seu trabalho com a história oral, que foge um pouco aos cânones da *história tradicional*.¹²

Todas estas obras, bem como as que deixo de citar aqui, mas que são encontradas com facilidade na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, na Biblioteca da UFSC e em várias outras em todo o Estado, têm servido como referência a muitas das produções historiográficas de âmbito local ou temático. No entanto, é preciso fazer uma ressalva bastante grave, embora não se aplique a todas as obras citadas, quanto à citação das fontes utilizadas. Apesar de muitas vezes apenas narrarem os acontecimentos, especialmente as obras mais gerais, quase sempre deixam de citar as fontes utilizadas e os arquivos nos quais poderiam ser encontradas, dificultando bastante o trabalho de verificação e de aprofundamento do estudo.

Esta forma narrativa, que omite as fontes e gera a impressão de um conhecimento verdadeiro e único, faz parte do modelo de história tradicional já descrito e contrasta vivamente com as novas formas narrativas a que nos referiremos posteriormente.

2. Abordagem local tradicional

Sob este título, pode-se agrupar uma grande quantidade de obras que podem ser extremamente úteis ao estudo da história de Santa Catarina. São dezenas de obras de âmbito municipal, fruto do esforço solitário de historiadores, muitas vezes amadores.

Segundo Raphael Samuel, “a história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos”.¹³ É uma história próxima e viva e no entanto

⁹ CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. 3 ed., Florianópolis: Lunardelli, 1987 (1 ed. 1968).

¹⁰ MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina, 1889-1900*. Florianópolis: UFSC, 1982.

_____ *Datas Históricas de Santa Catarina. 1500-1985*. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

¹¹ Por exemplo, CORREA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1984.

_____ *Os Governantes de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1983.

¹² _____ *História Oral. Teoria e Técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978.

¹³ SAMUEL, Raphael. *História Oral e História Local*. mimeo., p.2.

muitas vezes “embora escrita como um trabalho de amor, é tão repetitiva e sem vida”.¹⁴

A resposta a este paradoxo, apontada pelo autor, está relacionada a diversos fatores: às fontes utilizadas, aos métodos de pesquisa e principalmente à própria noção de história local. Esta última questão se refere à delimitação do objeto de estudo, ou seja, o local é para estes historiadores uma “entidade distinta e separada que pode ser estudada como um conjunto cultural”.¹⁵

Assim, num interessantíssimo conjunto de livros sobre a região de Lages, Licurgo Costa reúne fatos os mais diversos, desde a criação do primeiro time de futebol aos acontecimentos da política local, biografias dos *grandes homens* – políticos, fazendeiros, padres –, fundações de associações beneficentes e clubes sociais. A única coisa capaz de dar alguma unidade a tudo isto é a localidade onde todos os eventos se passam. Tudo perpassado por um grande elogio das elites locais, colocadas como sujeito da história.¹⁶

Esta abordagem historiográfica remete-nos mais uma vez às características da chamada *história tradicional*, acima descritas, e muitas vezes tem sido uma história *vista de cima*, embora circunscrita a um âmbito local. É nestas histórias que aparece a figura do *fundador* da cidade, ou das principais famílias, muitas vezes presentes ainda na economia e na política. Há geralmente certa preocupação com a Toponímia – origem dos nomes dos lugares a que se refere –, e com a genealogia das principais famílias.

Entretanto, muitos são também os fatos, os personagens e os sentimentos de certas épocas que podem ser captados através desta história local. Os volumes de *memórias* e *notícias*, narradas por Oswaldo Rodrigues Cabral sobre Nossa Senhora do Desterro, são exemplos magistrais deste tipo de história, que tem servido de alimento e de estímulo a vários *novos* historiadores. Com muita ironia e linguagem muito atraente, o autor passeia pela história da cidade, contando desde fatos *memoráveis* a episódios do cotidiano.

Neste passeio pela cidade e seus arredores, realizado pelos autores de histórias locais, muitas vezes são publicados documentos interessantes, são organizados arquivos e o passado passa a interessar a um grupo menos restrito da população. Nota-se também em várias cidades do

¹⁴ Idem, p.4.

¹⁵ Idem, p.12.

¹⁶ COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: FCC, 1982, 5 vols.

Estado uma certa retomada e valorização de fatos do passado a partir de questões bem presentes, como as que dizem respeito ao turismo. Esta *valorização*, no entanto, geralmente fica em nível do discurso, raramente gerando iniciativas efetivas do poder público e de particulares no sentido da preservação e divulgação do patrimônio histórico.

3. *Abordagem temática*

A delimitação de objetos temáticos de estudo histórico, que fogem ao padrão tradicional estabelecido pelas divisões políticas nacionais, estaduais e municipais, é a tendência mais atual na pesquisa histórica. Esta proposta, embora já existente na prática de historiadores do século XVIII, foi retomada com grande impulso e novas abordagens a partir da chamada *Escola dos Annales*, iniciada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929.¹⁷ Contrapondo-se à chamada *história tradicional*, os estudos históricos realizados em torno da Revista *Annales* propuseram diversas transformações para a prática dos historiadores. Talvez uma das principais seja justamente a proposição da *história-problema*, ou seja, da negação da simples narrativa de acontecimentos em função da problematização de questões, as quais o historiador deve procurar responder. A interdisciplinariedade com relação a outras ciências sociais, a atenção a fontes muitas vezes desdenhadas pelos historiadores tradicionais, tais como a iconografia e a literatura, bem como a possibilidade de centrar os estudos em temas e processos antes colocados à margem da história, foram algumas das modificações instituídas.

Assim, esta proposta, chamada por muitos de *nova história*, tem em comum mais a negação dos métodos tradicionais do que uma unidade metodológica. Na verdade, o que aconteceu foi a abertura de todo um novo espectro de possibilidades para o estudo da história.

Uma destas tendências foi a análise das estruturas, ou seja, das mudanças econômicas e sociais de longo prazo e das mudanças geográficas de muito longo prazo, cuja obra culminante foi *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, de Fernand Braudel. Há pelo menos uma obra neste sentido na historiografia de Santa Catarina, a *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina – estudo das alterações estruturais (século XVIII – 1960)*, realizada sob a coordenação do professor Américo Souto.¹⁸ O livro faz uma análise da estrutura econômica das

¹⁷ BURKE, Op. cit., p.17.

¹⁸ Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG-SC). *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: CEAG-SC, 1980.

diversas regiões de Santa Catarina e suas transformações ao longo do tempo, deixando de lado a narrativa de acontecimentos para apenas mencioná-los na medida em que interferem decisivamente na transformação econômica.

Também preocupados com uma análise centrada na estrutura econômica, alguns estudiosos marxistas têm contribuído muito para a historiografia catarinense. Dentro do campo da geografia, temos os estudos do professor Armen Mamigonian sobre a industrialização do Vale do Itajaí e de seus orientandos professor Nazareno José de Campos e professora Célia Maria e Silva sobre a economia do litoral catarinense.¹⁹ No campo sociológico, não se pode deixar de citar o trabalho sobre *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, realizado por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.²⁰

Durante a década de 70, a grande moda na história, em nível mundial, foi a utilização de métodos estatísticos e demográficos para estudos os mais diversos, inclusive para a chamada *história das mentalidades*, iniciada de maneira bastante diferenciada por Lucien Febvre. A história demográfica foi instituída como uma das linhas de pesquisa do curso de Pós-Graduação em História da UFSC, criado naqueles anos. Há disponíveis, portanto, vários estudos demográficos realizados como dissertações de mestrado, sobre várias localidades de Santa Catarina. Esta metodologia possibilita, através de dados cartoriais e de igrejas, como registros de nascimentos e mortes, casamentos, inventários, além de censos, uma visão bastante interessante de aspectos da vida no passado. O método traz alguns problemas, pois leva a que se substituam as pessoas por números e os comportamentos, emoções e experiências por médias.

Também alguns estudos de história econômica tendem a colocar nas tabelas de dados numéricos toda a ênfase, muitas vezes deixando de apresentar outras possibilidades de interpretação dos dados e mesmo de descrever como foram obtidos. Desta forma, embora com um objeto de estudo delimitado tematicamente, muitos estudos acabam por mostrar-se muito semelhantes àqueles que descrevi como *tradicionais*, pois pretendem que os números assegurem sua objetividade e geralmente apresentam uma história *vista de cima*, já que estes números são

¹⁹ MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 27(3): p.389-481, jul-set. 1968.

CAMPOS, Nazareno José de. As terras comunais na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC/FCC, 1991.

SILVA, Célia Maria e. Ganchos (SC): Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: UFSC/FCC, 1992.

²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960.

obtidos normalmente em documentos oficiais.²¹

Algo bastante diferente disto tem sido experimentado de alguns anos para cá, principalmente em dissertações de mestrado e teses de doutorado, em sua maioria ainda não publicadas. Na esteira das chamadas *terceira geração dos Annales e Escola Inglesa* (Thompson, Hobsbawn, Hill), vemos uma grande valorização de uma história de fragmentos, muitas vezes *vista de baixo*, utilizando-se de fontes muito diversificadas. São estudos centrados em temas bastante locais e específicos, mas que abrem *janelas para o mundo*, como coloca Raphael Samuel.²²

Talvez se possa colocar o trabalho de Hermetes Reis de Araújo, sobre a *modernização* de Florianópolis no início do século XX, como precursor deste movimento.²³ A dissertação de mestrado do professor Henrique Luiz Pereira Oliveira, por exemplo, ao analisar a prática da exposição (abandono) de crianças em Desterro no século passado, abre uma janela não só para a sociedade desterrense e para os processos locais de remodelação das condutas, mas também para práticas e processos contemporâneos ou não em nível de Brasil e do mundo Ocidental.²⁴ A tese de doutorado da professora Maria Bernardete Ramos Flores segue caminho semelhante ao preocupar-se com a farra-do-boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina, fazendo relações entre o presente e o passado e utilizando o tema para discutir questões como a memória, o imaginário, representações e a própria construção historiográfica.²⁵

Novos trabalhos têm procurado mostrar grupos antes mencionados apenas *de passagem*, sua participação e os mecanismos de sua exclusão, como por exemplo o livro *Negro em terra de branco*, trabalho coletivo coordenado pela professora Joana Maria Pedro, sobre a escravidão e o preconceito racial em Desterro no século XIX.²⁶ A mesma autora, em sua tese de doutorado, explorou as representações e a vida cotidiana das mulheres em Desterro no século passado.²⁷

²¹ Ver por exemplo HÜBENER, Laura Machado. O Comércio do Desterro no Século XIX. Florianópolis: UFSC, 1981.

²² SAMUEL, R. Op. cit., p.15.

²³ ARAÚJO, Hermetes Reis de. A Invenção do Litoral. São Paulo: PUC, 1988. Dissertação (Mestrado em História).

²⁴ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Os Filhos da Falha. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). São Paulo: PUC, 1990. Dissertação (Mestrado em História).

²⁵ FLORES, Maria Bernardete Ramos. Teatros da Vida, Cenários da História: A Farra do Boi e outras festas na Ilha de Santa Catarina. São Paulo: PUC, 1991. Tese (Doutorado em História).

²⁶ PEDRO, Joana Maria et alii. Negro em terra de branco. Escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

²⁷ PEDRO, Joana Maria. Mulheres Honestas, Mulheres Faladas: uma questão de classe. São Paulo: USP, 1992. Tese (Doutorado em História).

Sobre história das mulheres ver também:

WOLFF, Cristina Scheibe. As mulheres da colônia Blumenau. Cotidiano e trabalho. 1850-1900. São Paulo: PUC, 1991. Dissertação (Mestrado em História).

Para que estes grupos de *excluídos da história*, utilizando a expressão de Michelle Perrot, possam constituir objeto de análise, foi preciso valorizar o cotidiano como lugar de história, confrontando a noção tradicional de *fato histórico*. Para encontrar este cotidiano, para além das fontes tradicionais, foram remexidos os arquivos de polícia, os processos judiciais, documentos privados, colunas de leitores nos jornais. Outra fonte importante tem sido a história oral, que, pelo menos para uma história mais recente e principalmente para uma história que diz respeito à cultura, ao modo de vida de grupos que raramente têm acesso à escrita, constitui-se como fundamental.

A partir de instituições como as igrejas, também se tem realizado análises que *abrem janelas* para a heterogeneidade cultural de Santa Catarina e suas configurações históricas. É o caso dos trabalhos de Élio C. Serpa, através dos quais se pode vislumbrar parte do imaginário e da vida, especialmente da região do Planalto de Lages.²⁸

Existem outros trabalhos que podem ser citados, desde os que tratam sobre movimentos sociais, como os trabalhos de cunho gramsciano da professora Marli Auras sobre o Contestado e outros movimentos em Santa Catarina²⁹, ou os que se detiveram em analisar o caráter milenarista deste movimento³⁰, até os que apresentam os imigrantes estrangeiros, especialmente aqueles que se tornaram empresários, como responsáveis pelo desenvolvimento industrial catarinense, como a professora Maria Luísa Renaux Hering.³¹ Todos mostrando novas facetas do *nó cultural*, da grande heterogeneidade que perpassa a construção histórico-cultural de Santa Catarina. No entanto, a pretensão deste artigo é apenas a de provocar o debate sobre a historiografia catarinense.

Muito tem sido pesquisado e escrito, mas pouco tem chegado até os bancos escolares do primeiro e segundo graus, nosso grande canal de divulgação do conhecimento histórico. O que chega à população, seja através das escolas, seja através da imprensa e de folhetos turísticos, é muito ainda a *história tradicional* que, se por um lado, assume extrema

²⁸ SERPA, Élio C. Igreja e Catolicismo popular no Planalto Catarinense (1891-1930). Florianópolis: UFSC, 1989. Dissertação (Mestrado em História).

²⁹ AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis/São Paulo: UFSC/Assembléia Legislativa/Cortez, 1984.

— Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado à "opção pelos pequenos". São Paulo: PUC, 1991. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação).

³⁰ Sobre a questão do Contestado temos várias obras de grande importância, entre as quais: QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e Conflito Social. A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. e MONTEIRO, Douglas Teixeira. Os Errantes do Novo Século. Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

³¹ HERING, Maria Luísa Renaux. Colonização e imigração no Vale do Itajaí. O modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: FURB, 1987.

importância como obras de referência para os próprios *novos historiadores*, por outro, pouco dizem respeito a essa população, sua cultura e aspirações. Uma história mais próxima do cotidiano poderá, talvez, fazer-se mais próxima para as pessoas, possibilitando uma leitura crítica do presente.

“Os indômitos povos de que ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte”

Élio Cantalício Serpa*

“O banditismo social, fenômeno universal e praticamente imutável, pouco mais é do que um endêmico protesto camponês contra a opressão e a pobreza: um grito de vingança contra os ricos e os opressores, um vago sonho de conseguir impor-lhes alguma forma de controle, uma reparação de injustiças individuais.”¹

Resumo: O artigo aborda as relações de trabalho estabelecidas na Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens – as formas como seus habitantes produziam a sua substância – e discute a questão do paternalismo e a problemática da violência.

Palavras-chave: Relações de trabalho – Povoamento – Violência.

Abstract: This article approaches labor relationships in the village of Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens – ways used by inhabitants to guarantee their survival and discusses issues related to paternalism and the problem of violence.

Key-words: Labor-relationships – Settlement – Violence.

Este texto é antes de tudo um exercício de exploração de vários artigos escritos no Jornal Guia Serrano, da cidade de Lages, pelo professor Walter Dachs. A preocupação de Walter Dachs é trazer informações biográficas dos primeiros habitantes de Lages e que têm seus nomes registrados na ata de ereção da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. As biografias são acompanhadas de um exercício de construção de árvores genealógicas trazendo, no entanto, outros indícios extremamente valiosos para quem os lê, como registra Peter Burke, com *dois pares de olhos*.

A partir dos artigos do professor Walter Dachs escrevi *Vadios, desertores e criminosos no povoamento da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens* publicado na Revista Catarinense de História – Anpuh-SC/1990 e *Pobreza e Poder na Villa de Nossa Senhora dos Praze-*

* Professor Adjunto. Departamento de História. UFSC.

¹ HOBBSAWN, E. J. *Rebeldes Primitivos – estudo de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.15.

res das Lagens publicado no Jornal Correio Lageano, da cidade de Lages, em agosto de 1991. Imbricada ao exercício de exploração dos artigos do professor Walter Dachs está a intenção de tirar a pobreza do esconderijo da história vista de cima, mostrando as relações que homens e mulheres estabeleceram nas suas experiências de vida, discutir, ainda que a grosso modo, a temática da violência e a questão do paternalismo, sem contudo ter a intenção de esgotar as discussões.

O povoamento da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens foi de caráter familiar. Para os campos *das Lagens* vieram famílias das mais diferentes localidades: de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Segundo Walter Dachs, o maior contingente veio de São Paulo e Minas Gerais.³

Quando Walter Dachs refere-se à origem das pessoas que se estabeleceram na Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, como sendo na sua maioria de São Paulo e Minas Gerais, está fazendo alusão a elementos que tinham alguma projeção social. O homem branco, que se estabeleceu na Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, foi atraído pelo privilégio concedido pelo Morgado de Mateus, Governador da Capitania de São Paulo, de não serem cobrados dos moradores impostos por um período de dez anos e não sofrerem prisão pelos crimes cometidos.⁴

Ao chegar, solicitavam ao Governador da Capitania de São Paulo que lhes concedesse sesmarias. Conforme era de praxe, “Manoel Barros solicitou ao Governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo Saldanha, em 1778, concessão de campo que em carta de 27 de janeiro de 1779, resolveu o dito governador por bem dar de sesmaria em nome de Sua Magestade Fidelíssima, ao dito Manoel Barros, três léguas de campos na paragem requerida”.⁵ Com o tempo muitos iam comprando propriedades de outros – aos 30 de maio de 1787, José Henrique de Figueiredo adquiriu de Joaquim Rodrigues dos Santos a metade de uma fazenda de criar *animaes cavallares* na paragem chamada *Taypas*.⁶ Outro meio utilizado para adquirir propriedades era através da herança – “a extensão fazendária de João Ribeiro era muito grande. Além da herança que recebeu de seu pai, Pedro da Silva Ribeiro, e tendo em vista o casamento com Ismênia de Souza Batista, foi dotado com metade da fazenda Socorro. Uns cem milhões de metros quadrados de terras”.⁷

³ DACHS, Walter. Pedro da Silva Ribeiro. *Guia Serrano*, 30 set. 1961, n.2687.

⁴ DACHS, Walter. Miseráveis povos carregados de família. *Guia Serrano*, 24 set. 1960, n.2145.

⁵ DACHS, Walter. Manoel Barros. *Guia Serrano*, 09 set. 1961, n.2684.

⁶ DACHS, Walter. José Henrique de Figueiredo. *Guia Serrano*, 24 ago. 1963, n.2779.

⁷ ATAÍDE, Sebastião. *O Negro no Planalto Lageano*. Lages: Prefeitura Municipal, 1988. p.46.

Tinham como atividade econômica mais importante a criação de gado bovino, cavalari e muar. Assim, então, Pedro da Silva Ribeiro, capitão reformado na Companhia de Milícia desta Villa, era proprietário de uma fazenda de criar animais, vacuns, cavalares e muares; e marcou no presente ano de 1801, vacuns – 30, cavalares – 50, muares – 16.⁸ A produção era comercializada em Sorocaba (SP) e atendia também o litoral da Província de Santa Catarina. Além do gado para transporte e fornecimento de carne, comercializava também o couro.

Desenvolvia-se, ainda, uma lavoura de subsistência para consumo da própria família e comercializava-se o excedente na vila. “Manoel Joseph que era agricultor, no ano de 1801 e morava no Lageado, plantava mantimentos dos quais, subtraído o que era preciso para manutenção de sua casa, vendeu, naquele ano, trinta alqueires de milho e dez alqueires de feijão.”⁹

Nas suas atividades econômicas usavam como força de trabalho o escravo, tanto em atividades domésticas, como no campo. Longe é de se dizer, como o faz Licurgo Costa, que o trato dado pelos fazendeiros aos escravos era “benigno, humano e mesmo afável”.¹⁰ Existem fatos que dizem o contrário: Theodora, que era escrava de João Ribeiro, foi encarregada de tomar conta dos pães que estavam no forno. Dona Ismênia, esposa de João Ribeiro, ao contar os pães notou a falta de alguns. Exigiu que Theodora entrasse no forno para encontrar os que estavam faltando. A escrava, ao entrar no forno, encontrou um gambá, assustou-se e saiu gritando. Dona Ismênia determinou que Theodora andasse o dia todo com o gambá dependurado no pescoço para nunca mais sentir medo.¹¹ Ou, então, era costume os fazendeiros enterrarem riquezas (ouro) e quando o faziam levavam consigo um escravo, e após enterrar a riqueza matavam o escravo para que seu espírito pudesse guarnecer a riqueza enterrada.¹² Demétrio, escravo que nas suas andanças a serviço pela fazenda, caçou um coati, satisfeito contou a seu dono, João Ribeiro, a caçada que fez. Este, percebendo a desobediência de Demétrio, que abandonara o serviço para caçar coati, o fez andar com o animal por uma semana.¹³

Outra questão que é comum dizer-se em Lages, que o escravo era servil e obediente, não oferecendo resistência. Na realidade se olharmos a relação de presos constantes na cadeia pública da cidade de Lages duran-

⁸ DACHS, Walter. Pedro da Silva Ribeiro. *Guia Serrano*, 30 set. 1961, n.2687.

⁹ DACHS, Walter. Manoel Joseph. *Guia Serrano*, 1º set. 1962, n.2731.

¹⁰ COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis: FCC, 1982. p.189.

¹¹ ATHAÍDE, 1988. p.47.

¹² Idem, p.38.

¹³ Idem.

te a década de 1840-1850, avultam as prisões de negros fugitivos. “O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra seu senhor à fuga do cativoiro.”¹⁴ O mais freqüente dos crimes era a fuga, sozinhos ou em grupos buscavam sua liberdade refugiando-se nas matas, e com isto buscavam resgatar sua condição de ser humano.

É oportuno que se diga que a existência da força de trabalho escravo foi garantida pela coerção, que existiu de diferentes formas, provocando por parte dos escravos reações cujo exemplo maior era a fuga – crime punido severamente, daí a existência do capitão-do-mato. O paternalismo viria de certa forma atenuar a reação dos escravos. O senhor, autoritário e benévolo ao mesmo tempo, transfigurava-se, muitas vezes, para o escravo como pai, – dando-se por vezes um relacionamento supostamente familiar e entrando em cena um código religioso – o batismo –, condição para ganhar a salvação eterna no imaginário branco e o acesso dos escravos aos sacramentos deveria ser garantido pelo senhor. Diz Pedro A. Ribeiro de Oliveira:

“(…) o paternalismo faz com que as relações sociais entre senhor e escravos sejam lidas pelo código dos relacionamentos familiares, e assim, sejam de algum modo naturalizadas – pois é ‘natural’ que o filho seja submisso ao pai, ainda mais no caso de escravos provenientes de sociedades onde a família extensa desempenha a função de organização de toda a vida social. (...) o discurso religioso (...) foi necessário para a produção do paternalismo na medida em que ele justificou a escravatura e sancionou positivamente a dominação escravista, resolvendo assim a contradição da humanidade do escravo e sua condição de propriedade de alguém.”¹⁵

Outro segmento social que fazia parte da força de trabalho utilizada pelo fazendeiro era o do agregado – trabalhador livre – que em busca dos meios de subsistência prestava serviços junto com sua família ao fazendeiro. Ao olharmos o censo feito em 1798, o setor primário da economia da Villa apresenta 55 fogos¹⁶, nele envolvidos 108 agregados. No setor secundário temos nove fogos com 15 agregados e o setor terciário apresenta 11 fogos com 11 agregados. Já o censo de 1808 apresenta para o

¹⁴ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985. p.51.

¹⁵ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe. Gênese, estrutura e função do catolicismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.87.

¹⁶ Fogos: família extensiva que compreende todos os membros aparentados ou não. Diferente de família nuclear que compreende exclusivamente pais e seus filhos.

setor primário 102 fogos com 108 agregados, para o setor secundário 10 fogos e três agregados e o setor terciário, com 26 fogos e 25 agregados.¹⁷

O número de agregados, comparando-se os dois censos quanto ao setor primário, mantém-se estável, no setor secundário há um decréscimo em relação ao de 1808 e o setor terciário apresenta significativo acréscimo tanto no que se refere ao número de agregados, quanto ao número de fogos nele envolvidos; o que pode ser explicado pelo desenvolvimento das charqueadas no Rio Grande do Sul e a procura da carne bovina pelos habitantes do litoral da Província de Santa Catarina, provocando o aumento das pessoas envolvidas com a comercialização de produtos primários.

O agregado fixado nas fazendas, pelo favor dos grandes proprietários de terras, destituído dos meios necessários para produzir sua subsistência, desvinculado de tudo o que de importante acontecia, com uma história de vida desinteressada aos olhos daqueles de quem dependia, transformava-se em seu instrumento com múltiplas utilidades. Diz Oswaldo Rodrigues Cabral:

“(...) constituíam eles uma população sem terra, sem gado, sem outros bens senão os recebidos da munificência do senhor (...) A pobreza era permanente, embora permanente fosse a necessidade da sua existência, a fim de ser mantida a conservação do latifúndio e a prosperidade do pastoreio. Nunca foi associado do senhor na sua fartura como sempre o era na sua desgraça.”¹⁸

Não surgem por acaso, são engendrados pelo próprio sistema – não estão diretamente ligados à produção agroexportadora – pois para esta existia a mão-de-obra escrava – os agregados estão mais para a lavoura de subsistência, de onde extraem aquilo que lhes é necessário. Filhos de uma terra dividida em grandes propriedades, onde nem todos têm acesso, e de uma atividade econômica assentada na exploração da mão-de-obra escrava – que muitas vezes os deixa sem razão de ser. Nestas condições, como diz Maria Silvia de Carvalho Franco, “o caminho do homem pobre livre foi o de reafirmar sua submissão”.¹⁹

¹⁷ LISANTI, Luís & MARCÍLIO, Maria Luiza. Estrutura demográfica, social e econômica da Vila de Lajes, 1798-1808. *Estudos Históricos*, Marília: n.1, p.9-51, 1969.

¹⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *João Maria – Interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo: Nacional, 1960. p.89.

¹⁹ CARVALHO FRANCO, Maria Silvia. *Homens Livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983. p.106.

Pelo exposto conclui-se que a Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens recebeu elementos humanos de origem social variada. Temos em menor número o branco rico, proprietário de terras e muitas vezes chefe político local. Escravos, pretos forros, bugres domesticados e brancos pobres eram maioria e gravitavam em torno de seu senhor, buscando proteção e meios de subsistência, daí em muitos casos a necessidade de se fazer útil, produtivo e muitas vezes fiel.

Nesse mundo, constituído com base nos interesses do homem branco rico que tinha em suas mãos os mais variados meios para impor sua visão, o homem pobre desclassificado socialmente, sentindo-se preso àquele que lhe dava proteção e em troca exigia prestação de serviços, reagia quando não lhe era possível suportar a coerção. Era uma revolta de cada indivíduo solitário, desorganizada, às vezes em grupo, mas era uma nítida contestação à ordem social vigente. Hobsbawn afirma que:

“(...) o banditismo social é um protesto, sim, mas modesto e não-revolucionário, que se coloca não contra o fato de que os camponeses sejam pobres e oprimidos, mas contra o fato de que às vezes o sejam excessivamente.”²⁰

Os que não se ajustavam enveredavam para o crime, desordem e roubo. Os artigos escritos por Walter Dachs nos possibilitam levantar a temática das violências ocorridas na vila e projetar sobre elas outra perspectiva, como forma de contrapor às análises que colocam a questão como sendo fruto da maldade e do mau caráter do ser humano. É o que temos de examinar.

O homem pobre livre, independente de raça, marginalizado por um sistema que o colocava numa relação de dependência para com os ricos proprietários de terras e não vendo perspectivas de avanço na rígida e excludente ordem social estabelecida, teve duas atitudes: a) aceitar a situação como tal, somando esforços para a manutenção do *status quo*; b) rejeitá-la de forma organizada com consciência de classe. Como a segunda opção era praticamente inviável, o homem pobre livre optou pela variante da reação individual, desorganizada, mas que refletia a resistência à opressão e à pobreza.

Assim aconteceram na Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens mortes violentas, onde freqüentemente não se encontravam os

²⁰ HOBBSAWN, E. J. Op. cit. p.32.

responsáveis pelos homicídios. Como por exemplo, "Antonio Teixeira Pinto morreu sem sacramento, tiraram-lhe a vida repentinamente com um tiro. Antônio de Souza Pereira faleceu a 2 de agosto de 1786, também não havendo sacramentos, porque sua vida foi repentinamente tirada por um tiro. O Sargento-mor Joaquim José de Monteiro morreu em consequência de um tiro. Além destas mortes violentas, muitas vezes inexplicadas, ocorriam mortes provocadas pelos índios, como a de Luiz Rodrigues e o andante Antônio, que morreram flechados pelos bugres, ou então, (...) em 1790 apareceu em seu sítio morta pelo gentio bugre (...) Rita Domingues da Rocha (...) e também se achou morto, Joaquim, filho da mesma".²¹

Além das mortes violentas, a Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens enfrentou problemas com quadrilhas de salteadores que atacavam as fazendas roubando gado e outros pertences, conforme comunicação dos camaristas da Villa ao governador interino da Capitania de São Paulo, Marechal Francisco José Chichorro da Gama Lobo, em 17 de abril de 1787. "Há huma companhia de 20 salteadores entre os quaes andam parte delles criminozos deste continente e outros criminozos em outro continente e suplicam providências pedindo o envio de 20 soldados, pois temem o crescimento dos distúrbios a tal ponto de nem a justiça ordinária, nem a militar, nem a eclesiástica possam mais prezidir neste continente o cumprimento dos deveres."²²

Somente em 1793 é que partiu de São Paulo um destacamento comandado pelo Capitão Diogo Pinto de Azevedo que, na opinião dos camaristas de Lages, foi "capaz de conter no devido respeito a obediência às leis de Sua Magestade, os indômitos povos de que ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte".²³

Não só roubo de gado e pertences causaram preocupações aos camaristas da Villa de Lagens por quadrilha organizada e por pessoas individualmente, mas também a própria situação das autoridades da vila. Os camaristas expõem com clareza a situação ao governador interino da Capitania de São Paulo dizendo que: "o risco de vida em que vivem os officiaes de justiça, do maior até o menor, que todos esses são combatidos com ameaças de dia e com vultos de noite que lhes rondam as portas."²⁴

A situação se complica mais ainda, quando existe um sentimento de solidariedade entre os ditos criminosos e os soldados auxiliares e orde-

²¹ DACHS, Walter. Mortes Violentas. *Guia Serrano*, 14 set. 1963, n.2782.

²² DACHS, Walter. Quadrilha de salteadores. *Guia Serrano*, 21 mar. 1964, n.2809.

²³ DACHS, Walter. Crise de autoridade. *Guia Serrano*, 14 mar. 1964, n.2808.

²⁴ *Ibidem*.

nanças, estes formados por pessoas com péssimas condições de vida e que eram muitas vezes obrigadas a exercer esta função. Fato este que os camaristas deixam perceber quando registram: “fora dos officiaes da justiça dos militares (4 ou 5) que não vendam os passos e que não tenham sociedade, amizade, parentesco com os faccinorozos (...) por esse motivo os ajudam, favorecem e encobrem”.²⁵

Além dos soldados mancomunados com os elementos recalcitrantes, havia por parte dos chamados malfeitores e desertores o espírito de solidariedade, pois, segundo os camaristas da Villa “(...) hé um certão muito extenso, despovoado e infestado de gentios e cheio de malfeitores de toda qualidade, que naturalmente não deixam chegar preso algum à cabeça da comarca”.²⁶ Os camaristas sugerem que “a justiça de Laguna receba os presos que desta Villa forem remetidos e os envie pelo litoral para Paranaguá por ser mais seguro que o caminho do sertão”.²⁷

Em 22 de outubro de 1795 os camaristas da Villa enviam agradecimentos ao comandante Diogo Pinto de Azevedo que “duas vezes ajudou a rebater os bugres e tem tão bem restaurado a obediência às justiças que tão desfraudadas se achavam”.²⁸

Pelo fato de estar a região, segundo os camaristas, “atacada e sitiada, não pelos inimigos da pátria, mas pelos próprios nacionais, moradores deste continente e outros, vagabundos e de outras partes tem acudido para este país que hunidos uns aos outros, se tem quase assenhoreado deste continente, fazendo mortes, roubando as fazendas publicamente, arrombando cazas e roubando honras”²⁹, sugerem, então, Antonio Marques Arzão, José do Amaral Gurgel, Guilherme Antonio de Ataíde e Manoel da Silva que seja enviado para povoar a vila “maior número de casaes sobretudo açorianos”.³⁰

Tudo isto reflete de maneira bastante clara a reação do homem pobre livre, que na Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens se constituía em maioria. Sua condição social – expropriado que sentia na carne a pobreza e a opressão – levava-os a criar formas de rebeldia individual ou em grupo, superando as redes do paternalismo, num mundo construído a partir dos interesses do homem branco rico.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem, n.2809.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Ibidem.

Velho: quem é este sujeito? Onde é o seu lugar?

Mara Rúbia Sant'Anna

Resumo: A problemática da velhice e do idoso. As circunstâncias históricas da criação e construção deste sujeito. A urbanização e modernidade geram novos valores. Através de reivindicações ou como alvos de consumo, os idosos se deslocam para o centro da sociedade.

Palavras-chave: Velho – Espaço público – Estado.

Abstract: Issues about old age and the elderly are addressed in the historical circumstances of creation and construction of this subject. Urbanization and modernity produce new values. Through claims or as target of consumption the elderly move to the center of the society.

Key-words: Elderly – Public sphere – State.

O título *Velho: quem é este sujeito? Onde é o seu lugar?* poderia sugerir inicialmente uma abordagem que visasse a discussão de quem é velho e de quem não o é, ou seja, a preocupação de delimitar quando se inicia a velhice. O que nos importa é levantarmos a questão da criação deste sujeito, criação esta que se deu em determinadas circunstâncias históricas. E é neste mesmo sentido que indagamos *Onde é o seu lugar?*, não com a pretensão de afirmarmos categoricamente que o melhor lugar para o velho é o grupo de idosos ou a continuidade das atividades realizadas durante a fase adulta. Nos importa questionar que o lugar ao velho destinado, hoje como no passado, é uma resultante dos momentos históricos vividos pela sociedade e do estatuto que este sujeito assumiu.

Portanto, perguntar *Velho: quem é este sujeito?* é questionar:

— quais os valores que emolduraram o padrão de velho estabelecido pela sociedade;

— se o velho é realmente a-histórico como a história, enquanto ciência, até o presente o classificou;

— até que ponto o velho foi criador do seu estatuto e espaço ou foi um sujeito dos campos de forças atuantes.

E perguntar *Onde é o seu lugar?* é:

— levantar a dimensão histórica dos espaços que foram criados para eles;

— demarcar a invenção deste sujeito à medida que espaços próprios lhe eram criados.

A criação do próprio velho como objeto de preocupação assistencial é algo bastante recente.¹

Em nosso projeto de Mestrado em História abordamos a problemática da velhice e do velho sob a ótica que a assistência a eles destinada foi concatenada por um conhecimento construído a partir de diferentes momentos históricos, sendo o primeiro deles patrocinado pela nova ordem burguesa que instalou, no início do século XX, enquanto a geriatria e a gerontologia tornaram-se os maiores veículos deste novo saber, a partir da década de 60, no Brasil.

Diferente de uma concepção em que o saber científico é uma revelação espontânea da época na qual surge, a concepção que norteia nosso trabalho é a que o saber é construído através de formas discursivas, e que estas só podem ser tratadas no jogo de sua instância, ou seja, o discurso é acontecimento e como tal não está supra-sociedade.²

Remetendo nossa atenção para a realidade e a problemática da velhice, iremos deparar com um momento no qual a urbanização, tentando esquadrihar a população circulante, terá que tomar determinadas medidas com aqueles grupos que não tinham espaços próprios dentro da nova ordem, ou seja, os desvalidos que mendigavam pelas ruas, que ocupavam as calçadas etc.³ Foi, portanto, desta preocupação que surgiram muitas sociedades beneficentes no início do século XX, em Florianópolis, tendo por objetivo “dar abrigo e sustento às pessoas que por decrepitude, cegueira ou aleijão não possam dar-se a qualquer trabalho ou não tenham quem os abrigue ou sustente”. São estes os termos do artigo 2º do estatuto da Associação e Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, de 9 de janeiro de 1911. Esta associação foi fundada em 1902 e inaugurou sua sede masculina em 1910, abrigando os primeiros desvalidos. Neste mesmo estatuto, em seu artigo 9º, parágrafo 1º, fica bastante claro como tais associações ajudaram na higienização da cidade, tornan-

¹ Data da década de 10, em Nova Iorque, o surgimento da geriatria, e a partir de 40, a gerontologia, especialidade da psicologia, na França. (BEAUVOIR, 1970, v.1, p.14).

² Michel Foucault, principalmente em seu texto *O surgimento da medicina social*, em *Microfísica do Poder*, serviu de suporte teórico para esta nossa defesa.

³ A tese de mestrado de Roselane Kupka *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930* (São Paulo, PUC, 1993) e a de Hermetes Araújo *A invenção do litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na 1ª República* (São Paulo, PUC, 1989) tratam detalhada e brilhantemente o processo de modernização e urbanização da capital catarinense.

do-a *mais urbanizada*. Afirma o referido parágrafo: “O asilado que, aproveitando-se da faculdade concedida no artigo anterior (de sair do asilo para passear), mendigar pelas ruas ou casas particulares, ficará privado de sair do asilo durante 90 dias consecutivos.”

O editorial do jornal *A Fé* (da Associação Irmão Joaquim)⁴ em seu primeiro número afirma: “A Fé inicia... esperando o amparo público, porque desse amparo vão gozar somente os pobres – esses infelizes párias da ventura que a Associação Irmão Joaquim socorre e protege na órbita restrita de seus poucos recursos...”. Como podemos observar, a relação entre a associação e os seus clientes era essencialmente baseada na caridade e é a argumentação religiosa que sustenta seus discursos.

Portanto, voltando à questão inicial *Velho: quem é este sujeito?* detectamos que neste momento o velho não é um sujeito circunscrito a suas características psicobiológicas. Como a circunstância histórica da urbanização ensejava uma higienização do espaço público, o velho só é alvo da assistência enquanto elemento que mendiga pelas ruas, enquanto sujeito que não se pode dar a qualquer trabalho ou não tem quem o abrigue e o sustente. Não são estes os termos do artigo 2º do estatuto da Associação Irmão Joaquim? Neste *momento caritativo*, portanto, o velho não é um sujeito, mas apenas um sujeitado das forças econômicas e políticas que impunham uma nova forma de organização do espaço público. Não existia, como vemos, uma problemática da velhice, pois o problema era ser pobre e estar isolado, era ser um infeliz pária da ventura. Ser velho, neste período, só poderia representar prestígio e sabedoria⁵ se acompanhado de bens materiais que lhe protegesse e lhe possibilitasse a propriedade de um espaço. E, nesta posição social, seu lugar seria no centro de seus negócios e em casa até que a saúde lhe permitisse. Enquanto para o outro velho, o desvalido, que teve como lugar a rua e a mendicidade, foi destinado, sob o processo de urbanização, o asilo, e como tal, não representava nada além de um *infeliz pária da ventura*.

Como vimos sucintamente, a circunstância histórica propiciada pelas idéias de urbanização e modernidade – tão comuns para o Brasil do início do século XX – possibilitou a criação de novos olhares sobre esta

⁴ Este jornal circulou quinzenalmente em Florianópolis de 24 de agosto de 1903 ao ano de 1909.

⁵ Na maior parte dos trabalhos acadêmicos que abordam os problemas que atualmente atingem a camada idosa da população, há uma homogeneização nostálgica da condição do idoso no passado, onde estes supostamente estavam revestidos de valores positivos como sabedoria e prestígio social.

parcela da sociedade que circulava pelas ruas livremente. Novos estereótipos (por exemplo, que por ser velho e pobre não poderia se sustentar ou encontrar por sua conta abrigo) foram criados sobre a pessoa do velho; novos valores foram gestados para a adequada ocupação de seu tempo e principalmente os padrões comportamentais adquiriram novos parâmetros.

Agnes Heller afirma que “a história é a substância da sociedade” e acrescenta mais à frente em seu livro *O Cotidiano e a História*:⁶ “o Homem já nasce inserido em sua cotidianidade”. Tais afirmações nos fazem refletir como a trajetória realizada pela assistência social aos idosos está imbuída do momento histórico na qual foi praticada, e mais, como os indivíduos que a vivenciaram a incorporaram *naturalmente* por esta estar enraizada em seu cotidiano, ou seja, não houve, por parte daqueles homens, que em nome da caridade retiraram o idoso da rua, nenhuma intencionalidade explícita de lhe alterar o estatuto ou espaço, historicamente tal situação foi criada.

Na década de 40, nos Estados Unidos e Europa, começaram a surgir os primeiros estudos gerontológicos. Nascher, considerado o pai da geriatria, deu o primeiro passo nesta direção na década de 10, quando editou o primeiro livro de cunho preventivo e fundou a primeira sociedade geriátrica em Nova Iorque. Tais estudos começaram a chegar ao Brasil na década de 60, com uma característica marcante: a gerontologia atrelada à geriatria. Em 1961, foi fundada a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBBG. Ocorria, em nível nacional, um momento político bastante propício para a sua difusão. Desde 1945, com o fim do Estado Novo, o país passou por uma fase conhecida como redemocratização, na qual o Estado precisou se fortalecer enquanto entidade política, perdendo o personalismo, que a Era Vargas tinha impregnado.

Anita Liberalesso Neri⁷ demonstra brilhantemente quais as implicações deste saber chegar ao Brasil nas circunstâncias de atrelamento. Estando a gerontologia atrelada à geriatria (no caso brasileiro) e sendo esta uma especialidade da medicina (ciência na qual a causa dos problemas sempre é de origem individual), os problemas vivenciados pela velhice tornam-se, então, frutos da senilidade (que é uma doença), cujas causas biológicas ou psicológicas são indiscutivelmente individuais. A dimensão social e

⁶ São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991. p.18 e 39.

⁷ NERI, A. L. Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas: Unicamp, 1991.

política da questão da velhice fica sublimada e toda a camada da população desta faixa etária fica homogeneizada por determinados estereótipos. Foi dentro de hospitais que as pesquisas geriátricas e gerontológicas se realizaram. Portanto, será de uma camada bem específica da população idosa que os padrões de análise tomam a afirmação dos pressupostos teóricos destas ciências. Tendo esta perspectiva da velhice, o Estado, enquanto entidade política que buscava se fortalecer, resgatou o discurso geriátrico-gerontológico como instrumento para seus objetivos.⁸

As vantagens políticas provenientes da homogeneização da problemática da velhice são evidentes, pois:

— essas imagens geram a lógica de que o progresso social depende mais da modificação do indivíduo do que da reconstrução das instituições;

— os estereótipos de doença e dependência, atrelados indiscutivelmente ao idoso, mascaram as desigualdades econômicas e sociais que atingem a população em geral e, portanto, os idosos;

— a dependência estabelecida entre idosos e Estado, através de benefícios pecuniários e de saúde, confere ao último grande poder e autoridade política para a criação e controle do problema social da velhice.⁹

Neri afirma categoricamente: “No Brasil, a gerontologia nasceu e sobrevive atrelada à geriatria, que é uma especialidade médica, e se presta cabalmente à legitimação de discursos e práticas discriminatórias.”¹⁰ É sob esta ótica que se articulou a aposentadoria compulsória, as práticas empregatícias discriminatórias etc., por volta da década de 60. Nesta nova circunstância histórica podemos observar como o estatuto do idoso se alterou e como também seu espaço se expandiu. Se a preocupação caritativa ainda se mantém vinculada à camada idosa mais desprovida de recursos e à classe média, que já é bastante numerosa no período, novas preocupações começam a surgir. No primeiro censo geral do Brasil, em 1872, a população acima de 60 anos representava apenas 2,31% da total. Já por volta de 1960 atinge 4,7%, enquanto atualmente (1990) representa 7%.¹¹ Ou seja, houve um crescimento significativo da população idosa no país, tendo uma forte concentração na classe média devido à melhoria nas condições de saúde registradas para este estrato.

⁸ Michel Foucault ao tratar do caso francês e alemão de fortalecimento do Estado, através da medicina social, amplia a compreensão desta situação vivenciada no Brasil para o caso da velhice nas décadas de 60 e 70. Ver *Microfísica do poder*.

⁹ Anita Liberalesso Neri em seu livro, abaixo citado, explicita tal situação de maneira bastante completa.

¹⁰ NERI, Op. cit. p.37.

¹¹ IBGE, Censo Geral de 1950 e Diretoria de Pesquisa e Depto. de População, p.228.

Afirma Anne-Marie Guillemard¹² que, à medida que as classes trabalhadoras vão se expandindo, a questão social da velhice é produzida, fazendo com que o idoso deixe de ser problema da família e da caridade para ser questão pública pertinente ao Estado. Observando a obra de Mário Filizzola *Como Emplacar 100 Anos*¹³, cuja terceira edição foi em 1966, percebemos claramente como a estrutura discursiva a respeito da velhice, neste período, coaduna-se perfeitamente com a circunstância histórica que propicia a passagem de um momento caritativo para um momento de estatização da velhice. Afirma o autor nas primeiras páginas de seu livro:

“Hoje mais do que ontem e menos do que amanhã vale a pena envelhecer, porque a consciência política do Brasil despertou finalmente para o problema da velhice, como era, naturalmente, de esperar dos homens do século XX – *o século da racionalidade, da ciência e da paz social*. (...) A evolução é um imperativo social para a velhice de hoje, que necessita emergir da caridade para o direito, da esmola para a pessoa humana, da vaidade para a verdade. Nada de campanhas beneméritas para ajudar aos pobres velhos ou aos velhos pobres. Quem pensa poder resolver o problema da velhice com a caridade está longe da solução do problema, estará confundindo velhice com mendicância, duas realidades diversas, embora, por vezes, o mendigo possa ser velho. (...) A nova velhice recusa a caridade, exige os direitos a que *se julga merecedora pela força de trabalho que deu à Nação durante a sua longa e proveitosa vida*. (...) Nem as igrejas com a caridade, nem as famílias por seus problemas, *mas ao Estado é que cabe a responsabilidade dos cuidados com o velho*. (grifos do autor)

Os trechos citados falam por si, caracterizam nitidamente a mudança de relação entre os que eram velhos e os que os queriam proteger. Se no início do século encontramos um discurso cuja argumentação se fundamentava na caridade, agora o encontramos tendo como argumentação a questão da cidadania. Podemos localizar nestes trechos, tanto pela sua forma como pelo conteúdo, *quem é este sujeito?*, um velho que presenciou a corrida acelerada do país atrás do desenvolvimento econômico. Como todo o livro e até o título são escritos de uma forma calorosa, parecendo mesmo uma convocação à população feita sobre um palanque em praça pública, e afinal o Brasil tinha urgência em alcançar a racionalidade,

¹² Le Vieillesse et l'État. In: MAGALHÃES, D. N. A. *Invenção social da velhice*, Rio de Janeiro, 1987.

¹³ Editora Cortez.

a ciência e a paz social ditas como características do século XX e dos países de Primeiro Mundo. O lema de Juscelino Kubistchek não era *avançar 50 anos em 5*? Nos governos militares não houve os planos de ação para o desenvolvimento econômico e não vivemos o chamado *milagre econômico*?

O velho, portanto, é o trabalhador, é o sujeito que deu sua força de trabalho à Nação durante a sua longa e proveitosa vida, e para este trabalhador exausto a sociedade não pode oferecer a aviltante caridade religiosa, não pode reduzir o velho a mendigo. Ao velho é digno oferecer seus direitos como trabalhador que fora. A ele cabe a aposentadoria digna (mesmo que compulsória), com uma pensão que lhe supra as necessidades e que permita a liberação da família para o trabalho extradomiciliar. O lugar do idoso não é mais o asilo para o caso da classe média, mas sim o seu modesto lar num conjunto habitacional que o governo gentilmente construiu com o fundo de garantia dos trabalhadores. Mesmo nos asilos, nas décadas posteriores, o ingresso e aceitação de um idoso depende da possibilidade deste oferecer seu salário-aposentadoria como mensalidade. O velho mudou de sujeito sublimado numa multidão de mendigos para se destacar como trabalhador cansado de uma vida dedicada à Nação; de sujeitado de forças econômicas e políticas, que esquadrihavam um novo espaço para sua circulação, passa a sujeitado de um discurso popular e desenvolvimentista, de um lado; enquanto, por outro, é sujeito das reivindicações trabalhistas de reconhecimento e garantia que lhes foram fixadas em lei. Sob esta ótica, as mulheres idosas estavam relegadas a não serem sujeitos, nem mesmo nesta nova circunstância histórica, pois para a década de 60 somente uma minoria é que atingia a aposentadoria; sendo a maioria considerada a sombra de seu marido, um nobre trabalhador.

É oportuno colocarmos neste instante a questão da historicidade do idoso, ou seja, o silêncio que a história enquanto *ciência* lhe impôs. E esta oportunidade se faz porque é sob a ótica da não-productividade, da não-participação na produção de bens que o velho foi retirado da história. Enquanto os parâmetros para diferenciar seres históricos de seres a-históricos estiverem intimamente ligados à concepção capitalista de homem e tempo¹⁴, como poderá o velho que já se aposentou, criou os filhos e *nada mais faz senão passar o tempo*, ser um sujeito-histórico, produzir

¹⁴ Como Thompson nos elucida, o tempo, no capitalismo, extrapola o tempo útil do trabalho, para significar todo o tempo de existência integralmente utilizado e consumido pelas rotinas e disciplinas exigidas pela condição do trabalhador assalariado. (THOMPSON apud CUNHA, 1986. p.24)

história. O velho, enquanto visto como ser improdutivo, estorvo à prosperidade profissional de seus herdeiros (e assim até o próprio velho muitas vezes se sente porque incorporou o estereótipo da inatividade que se criou em torno dele), ficou obscurecido como marco básico da experiência coletiva, pois era negado como elemento constituinte da história de seu meio. Como poderemos ter a pretensão de construir a história de uma sociedade se retiramos do cenário aqueles que a organizaram e que continuam a organizá-la, pois mesmo afastados do meio produtivo a que se destinavam outrora, ainda continuam a interferir e a modificar o local onde vivem, exatamente pelas peculiaridades de não mais estarem vinculados à produção de bens. Se para uma história comemorativa e factual só existia o velho enquanto cidadão ilustre, para uma história economicista da metade do século só havia sujeito histórico enquanto ser produtivo.

O momento até então apresentado, intitulado *da caridade ao Estado*, é considerado central, pois neste ficou marcada nitidamente uma separação entre a argumentação caritativa e a científica e foi no qual se organizou a base discursiva de toda a postura adotada pelo Estado em relação à velhice, de todos os estereótipos vinculados aos idosos. Nesta lógica se enquadra o caso do reajuste de 147,06% negado aos aposentados em 1991. O momento atual, ou seja, do movimento que se organizou na década de 80, tem peculiaridades bastante próprias e distintas do momento anterior, no entanto não deixa, principalmente no que concerne ao aspecto do discurso gerontológico, de ter sua continuidade. O livro de Eder Sader *Quando novos personagens entram em cena*¹⁵ é a base teórica que melhor encontramos para começar a pensar a situação vivida pelos grupos de idosos que se organizam no momento atual. E isto se dá porque o trabalho do referido autor faz uma abordagem bastante autêntica dos movimentos populares sociais da região de São Paulo entre as décadas de 70 e 80, que tinham como marca o ensejo de criação de um novo sujeito social e histórico. São estes grupos os chamados *Clubes de Mães*, *Movimento das Donas de Casa*, *Pastoral da Saúde* etc. Movimentos populares que por sua própria prática possuem aspectos específicos:

- colocavam os membros como seus sujeitos, sem que houvesse teorias prévias assim estabelecidas;
- tornavam seus sujeitos individuais em coletivos, pois se antes os indivíduos eram dispersos e privatizados, agora, com esta vivência em comum, passam a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjun-

¹⁵ Editado pela Brasiliense, São Paulo, 1989.

to e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas;

— permitiram-lhes a gestão autêntica, já que não partiam de uma estrutura maior que lhes possibilitasse universalidade.

Eder Sader encontra no caos urbano da grande metrópole, no fluxo sempre contínuo de imigrantes com suas dificuldades, no esfacelamento da família extensa, entre outros, os pontos de compreensão da articulação destes grupos. Transpondo estas idéias à situação dos grupos de idosos, as ressalvas que mais alteram sua similitude com os anteriores são o fato de não ter ocorrido sua organização de forma autêntica, como no caso dos primeiros; e de haver uma teoria prévia, muito bem articulada pela gerontologia do que era ser velho, antes mesmo de eles terem reunido-se nos grupos de vivência da terceira idade.

Dirceu Magalhães¹⁶ afirma categoricamente que, no contexto atual, a questão do idoso e da velhice surgiu como questão preponderadamente de classe média, e isso devido ao fato de os idosos desta classe estarem mobilizados por agências sociais estatais (como o Ipesc) ou particulares (como o SESC). A circunstância histórica presenciada é a da mobilização nacional em torno do idoso. Em 1976, é realizado em Brasília o I Seminário Nacional sobre o Idoso. A partir deste evento, quase todos os estados da União começam a organizar movimentos de idosos. Em Santa Catarina, até esta data, somente a assistência a idosos internados em asilo era o que havia. Esta mobilização tem entre outras justificativas a progressão acentuada da população idosa da década de 60 para a de 80, registrada em 1,8%. Progressão que não se igualará para o ano 2000.¹⁷ Ou seja, havia um número altíssimo de idosos, com aposentadorias, reivindicando cada vez mais melhorias nas suas condições de vida. A primeira iniciativa de mobilização de idosos em grupos, no Estado de Santa Catarina, ocorreu em 1978 através do SESC. A partir de então, a Universidade Federal de Santa Catarina e até uma comissão governamental pró-idoso começam a agilizar a convocação de idosos para a organização de grupos. No início, a postura destas instituições era de cunho assistencialista, no entanto, estão hoje organizadas sob a perspectiva de que a instituição deva ser apenas um facilitador, tendo os membros plena autonomia para darem forma aos seus grupos. Devido a isso, os grupos de idosos caminham para a criação de um novo sujeito social e histórico, como explica Eder Sader.

O NETI – Núcleo de Estudos da Terceira Idade –, vinculado à

¹⁶ MAGALHÃES, D. Invenção Social da Velhice. Rio de Janeiro: edição do autor, 1987. p.58.

¹⁷ IBGE – Diretoria de Pesquisas/1990.

Universidade Federal de Santa Catarina, iniciou as suas atividades em 1982, tendo no início grande dificuldade em conseguir participantes. Atualmente, é o maior incentivador de pesquisas que tenham como objeto o idoso. Em nível governamental, em 1974, foi criado o Programa de Assistência ao Idoso – PAI –, um programa do Ministério da Previdência Social desenvolvido pelo INPS até o ano de 1977, quando foi transferido para a LBA.

Esta, portanto, é a circunstância histórica da atualidade, onde instituições organizam programas específicos para lidar com a camada da população que adentrou na terceira idade. Todos os meios de comunicação exploram a imagem do idoso, não mais de uma forma pejorativa, mas, ao inverso, de uma forma jovial, tentando reafirmar que não há ruptura entre adultos e velhos. Podemos aqui exemplificar através da propaganda lançada em 1993 por uma fabricante de forno de microondas, cuja figura central é uma idosa octogenária que tem uma fala com valores modernos de praticidade e liberdade sexual. Outro exemplo é o da novela *Renascer*, transmitida pela Rede Globo em 1993, cujo protagonista (*coronel* José Inocêncio) é um idoso, revestido de sabedoria, vitalidade sexual e capacidade produtiva. Até mesmo o Ministério da Educação e Cultura lançou campanha em 1993 a favor do reconhecimento da capacidade produtiva dos idosos, não sediada na força, mas na rica experiência de seus anos de trabalho. Teríamos uma lista enorme de exemplos televisivos que apresentam uma nova imagem do idoso dos anos 90.

Intelectuais de todas as áreas produzem estudos tendo como tema o idoso. São numerosos os artigos de periódicos levantando a problemática do idoso. Apesar das dificuldades de abarcar as fragmentações da atualidade e devido às principiantes observações deste período, arriscamos responder quem é este sujeito da década de 80. O velho da década de 80 é um sujeito social, que por seu significativo percentual na população total chama a atenção das autoridades governamentais e das instituições sociais para a sua problemática. É um sujeito sutil, do qual o meio acadêmico procura descobrir todas as peculiaridades e desfazer todos os estereótipos sacramentados pela gerontologia do meio do século. É um sujeito ativo, que participa de grupos próprios e das atividades que estes realizam. Portanto, é sim um sujeito de suas reivindicações, do seu peso quantitativo entre a população, da vitalidade que os modernos procedimentos médicos lhe permitem manter, mas, ao mesmo tempo, é um sujeitado da mídia que juntamente com alguns estudos formula novos estereótipos sobre eles; é um sujeitado dos interesses empresariais, que cada vez mais

lançam no mercado melhores e mais caras opções para a ocupação do tempo do idoso (turismo, lazer, casas de repouso etc.). Seus lugares nem são mais os asilos, nem dentro de seus lares, mas sim no centro da sociedade, ocupando e realizando as mais diferentes atividades sociais.

O estereótipo da atualidade circula em torno da imagem do velho *prafrentex*, ou seja, do indivíduo da terceira idade que deve ter sua sexualidade liberada, frequentar salões de dança, fazer ginástica, manter a forma e ter seus conhecimentos atualizados. A *nova* gerontologia já criou até uma outra classificação que, substituindo a anterior, serve para diferenciar velhos de velhos; ou seja, a criação da *quarta idade*, destinada aos velhos que estão seriamente comprometidos em seu estado físico e mental. Ao trabalho do historiador, diferente do sociólogo ou do antropólogo, cabe salientar e esclarecer que o modelo de velho é algo construído e pertinente a cada momento no qual foi criado.

Bibliografia

- ❖ ARAÚJO, Hermetes Reis de. A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na 1ª República. São Paulo: PUC/SP, 1989. (Dissertação de Mestrado)
- ❖ BEAUVOIR, Simone de. A velhice. A realidade incômoda. São Paulo: Difel, 1970. v.1.
- ❖ BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1987. (Bibliot. de Letras e Ciências Humanas – Série 1)
- ❖ COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ❖ CUNHA, Maria Clementina Pereira. O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Estudos Brasileiros, v.96)
- ❖ FILIZZOLA, Mário. Como Emplacar 100 Anos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1966.
- ❖ FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- ❖ GUILLEMARD, Anne-Marie, Le Vieillesse et l'État. In: MAGALHÃES, D.N. A invenção social da Velhice. Rio de Janeiro: ed. do autor, 1987.
- ❖ KUPKA, Roselane Neckel. Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis – 1910/1930. São Paulo: PUC/SP, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- ❖ MERHY, Emerson E. O Capitalismo e a Saúde Pública. São Paulo: Graal, 1980.
- ❖ NERI, Anita Liberalesso. Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas: Unicamp, 1991. (série Teses)
- ❖ ZARESTSKY, Eli. O Capitalismo, a Família e a Vida Privada. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

Relações de gênero na pesquisa histórica

Joana Maria Pedro*

Resumo: Uma tentativa de historicizar a utilização da categoria gênero pelas historiadoras. Conceito originário da antropologia, tem se tornado um campo fértil para uma pesquisa histórica engajada.

Palavras-chave: Relações de gênero – História das mulheres – Feminismo.

Abstract: This article is an attempt to explain the historical use of gender as a category of analysis by historians. This concept, which was first used by Anthropology, is now a fruitful field for historical research.

Key-words: Gender relations – Women's history – Feminism.

A categoria *gênero* tem história recente na historiografia contemporânea. O caminho utilizado pelas/os historiadoras/es, que hoje utilizam *gênero* como categoria de análise histórica, passou pela história de mulheres e pela história social. Isto, obviamente, não significa que as/os pesquisadoras/es tenham percorrido um caminho na direção de um *progresso* chamado *gênero*, e nem que esta seja uma categoria estável e aceita, ou que historiadoras/es não continuem a escrever história de mulheres e até histórias onde as mulheres não são personagens históricas.

Michelle Perrot apontou, em *Une histoire de femme est-elle possible?*, como, desde que a história existe como *disciplina científica* ou seja, desde o século XIX, o lugar das mulheres na história dependeu das representações dos homens, os quais foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Mesmo as poucas mulheres que escreveram sobre a história não fizeram diferente: o sexo individual tem, neste caso, importância relativa. No século XIX, a construção do *métier do historiador* direcionava-se para o político, enquanto afazeres do Estado; somente os militares, os reis e os

* Professora da Universidade Federal de Santa Catarina.
Doutora em História Social – USP/92.

diplomatas apareciam na cena de uma história pública e nacional.¹

Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*, aponta que foi a Escola dos *Annales*, e em especial Lucien Febvre e Marc Bloch, que ampliaram as possibilidades para a história das mulheres, ao “desvencilhar a historiografia das idealidades abstratas e dos conceitos teóricos”.² O empenho daqueles autores em se voltarem para seres vivos e concretos, além da crítica da racionalidade e da cultura que se processou entre os anos de 1930 e 1960, proporcionou “o desenvolvimento de conceitos capazes de relacionar o cotidiano dos seres individuais e concretos aos sistemas abstratos e aos processos históricos em que estavam inseridos”.³ Esta nova perspectiva proporcionou um campo fértil para o estudo da história das mulheres.

No entanto, mesmo este *campo fértil* possuía limites. Nos anos 30, na França, o que predominava na historiografia eram as estruturas, as conjunturas, as categorias sociais e a luta de classes. Neste panorama, a dimensão sexual não era levada muito em conta. Em vista disto, a história das mulheres surgiu junto com o movimento feminista, e uma série de fatores, de acordo com Michelle Perrot, tem favorecido esta história: o desenvolvimento de uma antropologia histórica que colocou o estudo da família e os papéis sexuais em primeiro plano, nas suas preocupações; e aquilo que passou a chamar-se *Nova História*, levando em conta as representações e as práticas cotidianas, foi, seguramente, uma conjuntura mais aberta à escrita da história das mulheres.⁴

Joan Scott, em *História das mulheres*, narra como, nos Estados Unidos, o feminismo e a história das mulheres também estiveram entrelaçados. Nos anos 60, com o ressurgimento do movimento feminista, na esteira do “movimento pelos direitos civis”, as mulheres tornaram-se um “grupo identificável”.⁵ Em 1969, as historiadoras do recém-formado Comitê de Coordenação de Mulheres na Profissão Histórica denunciaram discriminações sexistas no interior da Associação Histórica Americana.⁶

¹ PERROT, Michelle et PAIRE, Alain (org.) *Une histoire des femmes est-elle possible?*. Paris/Marseille: Rivages, 1984. p.8.

² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.39-53.

³ *Ibidem*, p.47.

⁴ PERROT, M. et PAIRE, A. *Op. cit.* p.9.

⁵ SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992. p.67.

⁶ *Ibidem*, p.70.

Este episódio trouxe tensão para o interior da associação, e se, por um lado, provocou uma investigação que comprovou a discriminação, por outro promoveu um clima de *mal-estar*, em que as historiadoras passavam a ser acusadas por seus colegas *não-profissionais*. Esta acusação baseava-se numa certa perspectiva de história – esta considerada como conhecimento do passado, obtido por meio de investigação desinteressada e imparcial, por quem dominasse os procedimentos científicos requeridos. “A guarda e o domínio são, nesta perspectiva, portanto, a base para a autonomia e para o poder de determinar o que conta como conhecimento e quem o possui.”⁷ Antes desta data, os *protestos* de negros, mulheres, judeus, católicos e outros *não-cavaleiros*, sempre sub-representados, não questionaram o conceito de *profissão de historiador*, era o que ocorria com as mulheres do Comitê, em 1969.

As mulheres, então, afirmavam que as profissões eram organizações políticas e que apenas a ação coletiva modificaria as relações de poder que prevaleciam. Afirmavam que a “ciência não tem neutralidade, mas cumplicidade com a discriminação”⁸; tal afirmação implicava em uma redefinição da profissão de historiador. Portanto, também nos Estados Unidos, a emergência da história das mulheres acompanhou não só as campanhas feministas, como também envolveu a expansão dos limites da História.

Na França, Michelle Perrot questiona o *lugar* da história das mulheres no interior da disciplina histórica, quando aponta que este tipo de estudo tornou-se *moda* e que dentro da academia representava um capítulo suplementar que se juntava sem modificar o conjunto. Esta autora mostra, ainda, como a história das mulheres percorreu diferentes caminhos. No início, eram as preocupações com os fundamentos da dominação e da opressão, magnetizados pelas imagens da mulher vítima, batida, enganada, humilhada, ou seja, a história da *desgraça feminina*. Deste tipo de história *miserabilista*, passou-se para outra que procurava dar visibilidade a mulheres guerreiras, rebeldes, ativas, tentando encontrar, inclusive, uma certa *cultura feminina*. Esta, separada daquela dos homens, evidenciava-se por sua especificidade. De uma forma ou de outra, tal tipo de história foi construído como *gueto* no interior da academia.⁹

Este mesmo *gueto* formou-se, de acordo com Joan Scott, na historiografia dos Estados Unidos. De acordo com essa autora, a história das mulheres tornou-se, na década de 70, ao mesmo tempo um *desloca-*

⁷ Ibidem, p.71-75.

⁸ Ibidem, p.72.

⁹ PERROT, M. et PAIRE, A. Op. cit.

mento radical e um suplemento inócuo de uma história estabelecida. A atitude das historiadoras americanas, de exigir que as “mulheres fossem um sujeito histórico adicional sem confrontar as implicações epistemológicas mais radicais”¹⁰, é considerada por ela como sendo um *artifício tático*. De qualquer maneira, como na história francesa, este movimento considerava as *mulheres* como categoria social fixa, separada da categoria *homens*. Foi desta forma que a história das mulheres adquiriu legitimidade na academia. À medida que afirmava a natureza e a experiência separada das mulheres, assegurava-lhes um *lugar*. Era, assim, tolerada, pois continha-se numa *esfera separada*.

No entanto, embora no *gueto*, a história que se passou a construir subverteu a história aceita. As periodizações, por exemplo, não funcionavam; além disso, as mulheres reivindicavam que a vida privada tinha dimensão pública, política e que o *sujeito da história* não era uma figura universal. Portanto, embora *gueto* ou *suplemento*, esta história das mulheres passava a provocar reconceituações.

Esta busca das historiadoras, tanto as francesas como as norte-americanas de primeiramente encontrar um *lugar* para as mulheres na história e por fim transformarem as mulheres em *categorias* separadas dos homens, está inteiramente entrelaçada com os caminhos percorridos pelo movimento feminista. Thomas Foster, analisando um trabalho de Julia Kristeva, aponta no movimento feminista três gerações, que se ligam ao percurso da história das mulheres e das relações de gênero.¹¹

Em *Tempo das Mulheres*, Júlia Kristeva aponta que a primeira geração de feministas procurou ganhar um lugar no tempo linear, visto como o tempo de projeto e de história. Esta geração rejeitava as características tradicionais femininas ou maternais, quando estas entravam em conflito com a meta de entrar na história. Observa-se, aqui, uma retórica fálica de *inserção e entrada*. É o estágio marcado por um desejo de domínio, que pretende tomar o poder sem transformá-lo ou questioná-lo de modo adequado. Entretanto, convém lembrar que esta geração legou ganhos políticos imensos; no entanto, não conseguiu ultrapassar a capacidade da cultura hegemônica, de absorver e prosperar na contradição e no desafio.¹²

É possível identificar esta primeira geração do movimento feminista com aquelas historiadoras que reivindicaram uma história que con-

¹⁰ SCOTT, J. Op. cit., p.81-85.

¹¹ FOSTER, Thomas. History, critical theory and women's social practices: "Women's Time" and "Housekeeping". In: *Signs*. Journal of women in culture and society, 1988, v.14, 1.

¹² *Ibidem*.

templasse as mulheres, sem, no entanto, questionar a forma como essa história era construída.

A segunda geração que Júlia Kristeva aponta buscou a reafirmação da especificidade da psicologia feminina e suas percepções simbólicas. Esta geração rejeitou o tempo linear da historiografia, em favor de uma temporalidade monumental e cíclica – associada à subjetividade feminina e às práticas rituais religiosas marginalizadas, buscando apontar as diferenças. Esta geração era eminentemente separatista.

Podemos identificar tal geração com aquela das historiadoras que buscavam uma *cultura feminina* específica, separada de suas relações com os homens. As que pensavam a *categoria* mulheres separada dos homens, ou seja, aquelas que, no dizer de Joan Scott e Michelle Perrot, construíram um *gueto* na academia, um território *abrigado e protegido*.

Para Júlia Kristeva, a terceira geração do movimento feminista buscava aliar o ingresso na história e a afirmação das diferenças, e é justamente para trazer à luz as diferenças que as mulheres estariam exigindo seus direitos. Esta geração não divide as pessoas em vítimas e carrascos, mas declara que todos são *culpados*. Embora não rejeitem o reconhecimento da diferença, não se recusam a engajar-se na cultura dominante. Rejeitam as limitações simbólicas e materiais, em especial o confinamento no espaço doméstico, e a teleologia da maternidade, que produziu esta *consciência feminina*. A terceira geração não quer apenas inverter as hierarquias, quer subverter o conceito de hierarquia em si.¹³

Para esta geração, a casa é considerada, além de uma construção material, uma construção social, e não pode ser aceita como natural ou evidente por si mesma. Como limite entre o público e o privado, tem servido para as mulheres como local de aprisionamento e de responsabilidades sociais. Torna-se necessário revelar o exterior para o interior e vice-versa, desconstruindo os limites entre o público e o privado, rejeitando a casa como mecanismo de exclusão.¹⁴

Gostaríamos, então, de identificar esta terceira geração com aquela das historiadoras que estão utilizando *gênero* como categoria de análise histórica. Esta categoria migrou das ciências sociais, especialmente da antropologia, para a história. A categoria *gênero* ampliou o conceito funcionalista de papéis sociais, ao precisar a idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimen-

¹³ FOSTER, T. Op. cit.

¹⁴ Ibidem.

são das relações de poder.¹⁵

A categoria *gênero* utilizada pelas historiadoras é, portanto, uma categoria migrante, em especial da antropologia anglo-saxônica.¹⁶ Gayle Rubin, antropóloga feminista norte-americana, ao explicar sua noção de *gênero*, usa a mesma metodologia com que Marx explica classe social:

“Certa vez Marx perguntou: o que é um escravo negro? Um homem de raça negra. Esta explicação é tão boa quanto a outra: um negro é um negro. Ele se torna escravo somente em certas relações. Poderíamos então parafrasear: o que é uma mulher subordinada? Uma fêmea da espécie humana. Esta explicação é tão boa quanto a outra: uma mulher é uma mulher. Ela se torna uma doméstica, uma esposa, um objeto, uma coelhinha, uma prostituta, somente em certas relações.”¹⁷

É desta forma, entendido como relação, que as historiadoras da terceira geração têm utilizado a categoria *gênero*. Gayle Rubin chama de *sistema de sexo/gênero* um elenco infundável de arranjos, pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana, e acrescenta que:

“Sexo é sexo em qualquer período e lugar, mas o que conta como sexo é tanto determinado como obtido culturalmente. Toda sociedade tem um tipo de sistema de sexo/gênero – um elenco de formas pelas quais o material cru, biológico, relativo às relações sexuais e à procriação é moldado pela intervenção humana e social.”¹⁸

A autora propõe, ironicamente, que a política feminista, ao invés de pretender eliminar os homens por serem fonte da opressão, ou a cultura por tê-la construído, ou de esperar por um socialismo salvador, deve voltar-se para a eliminação do sistema social que apóia o sexismo e o

¹⁵ Grupo EN CANTO, apud CASTRO, Mary Garcia. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: BRASILEIRO, Ana Maria. (coord.). *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Iban/Unicef, 1991. p.44.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ RUBIN, Gayle. The traffic in women. In: REITER, Rayna. *Towards an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

¹⁸ Ibidem.

gênero. O que se deve sonhar e lutar é pela eliminação dos papéis sexuais e da sexualidade obrigatória.

“O sonho mais radical é por uma sociedade andrógina e sem gênero – mas não sem sexo – na qual a anatomia sexual seja irrelevante quanto ao que se é, o que se faz ou com quem se ama.”¹⁹

Gayle Rubin é uma das muitas antropólogas que discutem *gênero*. Sua discussão mais alongada, neste texto, objetiva mostrar a migração do conceito para a história e a forma como este é utilizado.

Joan Scott, já citada anteriormente, mostra como a categoria *gênero* passou a ser utilizada pelas historiadoras norte-americanas. De acordo com esta autora, já na década de 70, as questões ligadas à construção da história das mulheres apontavam os impasses criados pela busca da *diferença*, identificados por nós com a segunda geração do movimento feminista. A dificuldade estava em que o termo mulheres, utilizado muitas vezes como categoria em vista da explicitação das diferenças, tinha que vir acompanhado de um adjetivo (pobres, negras, de elite etc.), para dar conta das diferenças dentro da *diferença*. Foi a partir daí que a história das mulheres passou a focalizar os relacionamentos entre homens e mulheres, e de como o *gênero* era construído.²⁰

Em outro artigo, a mesma autora, após expor um panorama da utilização da categoria, explica que foi a “rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’, que levou ao uso do termo gênero. Isto porque esta palavra “ênfatiza o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade” – implica, portanto, em perceber que “homens e mulheres são definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles pode ser alcançada por um estudo separado”.²¹

Como historiadoras/es, o trabalho a ser feito é, conforme aponta Natalie Zemon Davis, “descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”.²²

¹⁹ Ibidem.

²⁰ SCOTT, J. Op. cit. p.87-88.

²¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez., 1990. p.5.

²² Ibidem.

A utilização da categoria *gênero* na história não significará um novo “território protegido para as mulheres”²³, pois aquela utilização implica na possibilidade de mudar a direção do olhar histórico, colocando a questão da relação de gêneros como central.

Para as/os historiadoras/es, trata-se de pensar que a organização social da relação entre os gêneros é instável, e depende de múltiplas determinações e relações de poder. Perceber estas relações, e a consequente construção dos gêneros, pode nos apontar como funcionam, e a possibilidade de mudá-los.

Não basta, entretanto, para as/os historiadoras/es identificar, em determinados momentos da história, como se dividiam os papéis entre os sexos; é preciso perceber as relações que se estabeleciam e que os determinavam. Identificar papéis sexuais pode apenas servir para naturalizá-los, enrijecendo-os. É preciso, antes de mais nada, perceber, também, personagens vivendo papéis trocados. Mulheres e homens que, apesar do sexo biológico, viveram, em muitas ocasiões, papéis que pertenciam ao outro gênero. Este tipo de pesquisa pode nos levar a perceber que o futuro que almejamos, *uma sociedade sem gênero, mas não sem sexo*, já foi, em parte, vivida por muitas pessoas no passado, mesmo dentro das limitações impostas pelos papéis dos gêneros.

Perceber as mediações, as improvisações, a diferença entre papéis de *gênero* construídos normativamente, e aqueles realmente vividos, perceber como se constróem estes papéis e, principalmente, a troca destes, permite encontrar no passado o *futuro perfeito* já sendo vivido, e portanto possível de ser construído no presente. Cabe a este tipo de história destruir parâmetros herdados, muitas vezes considerados como naturais, eternos.

Na historiografia latino-americana e, em particular, na brasileira, Eni de Samara Mesquita e Miriam Moreira Leite apontaram, em artigo recente, os caminhos percorridos pela história das mulheres, sendo principalmente a década de 80 aquela mais fértil em pesquisas e publicações, destacando-se as teses e dissertações acadêmicas.²⁴

A categoria *gênero* é novidade na produção historiográfica brasileira. As ciências sociais têm tomado a dianteira; trabalhos inovadores, utilizando o conceito, têm sido publicados.²⁵ Entre as/os historiadoras/

²³ PERROT, M. et PAIRE, A. Op. cit.

²⁴ Ver SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.11, n.21, p.227-240, set.90/fev.91. Ver também LEITE, Miriam Moreira. Fontes históricas e estilo acadêmico. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.83-95, 1993.

²⁵ SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

es o conceito ficou submerso em pesquisas que têm se dedicado muito mais à história das mulheres. Pesquisas inovadoras têm apontado as tensões sociais nas quais as relações entre as classes, os sexos e as etnias determinam os lugares sociais das mulheres e constroem as exclusões ao recorrer a mitos e estereótipos presentes na cultura ocidental.²⁶

Na historiografia catarinense este tema é, ainda, mais recente. Datam do início dos anos 90 as primeiras produções acadêmicas envolvendo história das mulheres e relações de gênero em Santa Catarina²⁷, embora, também aqui, as ciências sociais e a antropologia tenham saído na frente.²⁸ No momento, no Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina, encontram-se inúmeras pesquisas em andamento, nas quais a categoria *gênero* tem permeado, junto com classe e etnia, as produções acadêmicas. Como se pode perceber, há muito o que fazer.

Bibliografia

- ❖ CASTRO, Mary Garcia. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: BRASILEIRO, Ana Maria (coord.). *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Iban/Unicef, 1991.
- ❖ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ❖ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- ❖ FOSTER, Thomas. History, critical theory and women's social practices: "Women's Time" and "Housekeeping". In: *Signs. Journal of women in culture and society*, 1988. v.14, I.
- ❖ LEITE, Miriam Moreira. *Fontes históricas e estilo acadêmico*. Estudos Feministas. Rio de Janeiro. v.1, n.1, p.83-95, 1993.
- ❖ MALUF, Sonia Weidner. *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis, UFSC, 1989. Dissertação

²⁶ Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁷ Ver WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da colônia Blumenau – cotidiano e trabalho (1850-1900)*. São Paulo (Dissertação de Mestrado), PUC/SP, 1991. Ver também PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Papéis sociais femininos na cidade de Desterro/Florianópolis (1880-1920). São Paulo: USP, 1992, Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1992.

²⁸ Um trabalho inovador em antropologia é o de MALUF, Sonia Weidner. *Encontros perigosos: análise antropológica de narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis: UFSC, 1989. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1989. Este trabalho foi publicado pela Rosa dos Tempos com o título de *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*.

ção (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

- ❖ PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Papéis sociais femininos na cidade de Desterro/Florianópolis (1880-1920). São Paulo, USP, 1992. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1992.
- ❖ PERROT, Michelle et PAIRE, Alain (org.). Une histoire des femmes est-elle possible?. Paris/Marseille: Rivages, 1984.
- ❖ RUBIN, Gayle. The traffic in women. In: REITER, Rayna. Towards an anthropology of women. New York: Monthly Review Press, 1975.
- ❖ SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.11, n.21, p.227-240, set.90/fev.91.
- ❖ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez., 1990.
- ❖ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história. São Paulo: Unesp, 1992.
- ❖ SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ❖ WOLFF, Cristina Scheibe. As mulheres da colônia Blumenau – cotidiano e trabalho (1850-1900). São Paulo (Dissertação de Mestrado), PUC/SP, 1991.

O Público e a República*

Luiz Felipe Falcão**

Resumo: O processo de implantação da República visto como um conjunto de confrontos para a constituição de uma esfera pública. As elites preocuparam-se em controlar uma população que lhes inspirava desconfiança e receio, mas que aprendia a exercitar-se publicamente.

Palavras-chave: Público – Opinião pública – República.

Abstract: The process of establishment of the Brazilian Republic seen as a set of confrontations for the formation of a public sphere. The elites were preoccupied with controlling the population, who inspired suspicion and fear, but who was learning to exercise their public rights.

Key-words: Public – Public opinion – Republic.

A idéia de República traz consigo quase que naturalmente a imagem de um público motivado para sustentá-la. Por isto, ela tende a ser vista como a expressão mais acabada de uma forma de governo onde o público é chamado a interferir nas decisões que possam afetar o destino de toda a coletividade que ela reúne. Assim, uma visão apressada da atuação das lideranças republicanas brasileiras, nas últimas décadas do século passado, poderia levar a crer que elas estivessem empenhadas ativamente na promoção de um público que desse amparo às suas proposições. No entanto, o relacionamento dos republicanos com o público jamais foi tão idílico como se poderia julgar em princípio, implicando na verdade em tensões, o que é preciso considerar.

As menções ao público na literatura política (e jurídica) brasileira são bem anteriores à propaganda republicana, remontando inclusive aos primórdios da colonização portuguesa e indicando toda uma tradição que derivou da romanização da Europa Ocidental. Em oposição a privado, público originalmente referia-se a tudo o que pertencia ou concernia

* Versão modificada do segundo capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada Visões do Trabalho: dobraduras (a noção de trabalho no discurso das lideranças republicanas: 1880-1900) apresentada no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 1992.

** Professor Adjunto no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

a um povo: daí a conhecida definição de Cícero para *res publica* – *coisa pública* – na qual, segundo Norberto Bobbio “... por *povo* se entendia não uma qualquer agregação de homens, mas uma sociedade unida, não só por um vínculo jurídico, mas também pela *utilitatis comunione*”.¹

Designando a visibilidade de certas punições, público já aparece no direito português recolhido pelas Ordenações Afonsinas em meados do século XV: “... Daqui por diante nom seja algu Judeo tam ousado, que tenha alguus Chrisptãas, que com elles vivam, ou morem continuamente por soldada”, sob pena de multa, “e se bees nam houver, sexa açoutado publicamente”.² Público, portanto, não seria exatamente aquilo que pertencia a todos, mas sim o que era observável ou mesmo utilizável por qualquer um e que, nestas condições, podia ser conhecido ou reconhecido pelo povo comum. E de acordo com isto, público não representava precisamente o poder de Estado, privativo do monarca, mas apenas a sua aplicação e exercício.

As críticas formuladas no continente europeu ao despotismo (e, depois, às monarquias de direito divino em geral), desde o século XVI, se confundem com mudanças sociais e políticas associadas à ascensão da burguesia, promovendo importantes deslocamentos quanto ao sentido de público. Este, nos termos empregados por Jürgen Habermas, passa a configurar a reunião de indivíduos privados que, abordando temas de interesse geral, numa esfera pública literária, “... desenvolve uma consciência que articula contra a monarquia absoluta, a concepção e a exigência de leis genéricas e abstratas que, por fim, aprende a se auto-afirmar, ou seja, afirmar a opinião pública como única fonte legítima das leis...”.³

Enquanto isto, a expansão de um setor público iniciada com a centralização política dos estados modernos ganha rapidamente novos impulsos, seja em decorrência da competição no mercado mundial em formação, seja na esteira da maior complexidade exigida para a administração interna de cada país. A burocracia e a legislação ampliam-se, novos ramos da vida social (como a saúde e a instrução) passam a ser incorporados pelas intervenções estatais, estradas e caminhos são abertos, mercados e penitenciárias construídos, promoções e instituições aparecem com apoio ou subsídio governamental, e mesmo o crescimento das cidades parece reiterar a cada momento a presença de autoridades que possam ser responsabilizadas pela resolução dos problemas que surgem. Não é

¹ BOBBIO, Norberto. Público/Privado. In: Enciclopédia Einaudi. v. 14. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p.177.

² Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. t. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. p.422.

³ HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.71.

de surpreender que, mesmo onde o liberalismo se afirmou como projeto político de caráter hegemônico, nenhum governo tenha deixado de lado as oportunidades de sofisticar a arrecadação de tributos ou de interferir em algum nível das atividades econômicas: promovendo concessões; participando em conjunto, com capitais privados, de alguns empreendimentos; favorecendo ou dificultando a circulação de certas mercadorias; e legislando sobre a obrigatoriedade do trabalho.

No caso do Brasil, o crescimento deste setor público caminhou mais velozmente que a formação de uma esfera pública literária em condições de transitar para uma esfera pública política, identificada com aspirações burguesas de liberdade individual e comercial e de participação política. Aliás, a situação ambiente não se mostrava muito propícia à formação de qualquer tipo de esfera pública, até pelo menos meados do século passado. Não apenas a produção literária – artística ou jornalística – era muito limitada pela ausência de recursos e de indivíduos capacitados ou interessados (o percentual de alfabetizados não deve ter ultrapassado os 20% da população total, mesmo no último quartel do século XIX). Sobretudo no escravismo reinante, a desconfiança frente a um povo composto por numerosos *desclassificados* e a fermentação das ex-colônias espanholas criavam um receio nunca escamoteado ante a eventualidade de sérias perturbações da ordem.

Vista mais em detalhe, entretanto, a repugnância das elites brasileiras oitocentistas para com eventuais perturbações da ordem revela um temor quanto à perda do controle privado que exerciam, não apenas em suas zonas de influência econômica e política, mas também no próprio Estado. Em outras palavras, para além de um atraso e fragilidade na conformação de uma esfera pública literária, em condições de se constituir como esfera pública política em oposição a um *Ancien Régime* ou a seus resíduos (o que seria sugerido por uma comparação apressada com os modelos europeus), encontra-se uma simbiose entre interesses privados e setor público, mesmo quando os indivíduos que correspondem a estes interesses privados se reúnem numa esfera pública política. Neste sentido, a esfera pública burguesa no Brasil não se afigura em oposição, mas entrelaçada e barganhando espaços de um setor público que, se não era o de seus sonhos, jamais lhe atravessou o caminho impondo obstáculos intransponíveis.

Havia, porém, tendências que atuavam numa direção um tanto distinta. A difusão das idéias liberais em circulação desde a segunda metade do século XVIII produzia tensões nesta trama política. *Opinião*, *opinião pública* e *clamor público* são expressões correntes nos textos mais decisivos das revoltas e revoluções que, no oitocentos brasileiro, adotaram o

liberalismo para formular um elenco de reivindicações. O alcance desta atrativa temática, com sua ênfase na liberdade individual, nas reticências quanto à intervenção de fatores extra-econômicos nas relações de mercado, na crença um tanto mística acerca do pleno e livre emprego da razão, das conquistas do progresso material e intelectual e do triunfo da civilização, contagia, ao longo do século, inclusive personalidades das mais diferentes correntes partidárias e das mais variadas preferências quanto à forma de governo e de regime político. Mas, a seu lado, indissociáveis, vinham as declarações a favor da *ordem, ordem pública* ou *tranqüilidade pública*, como a acautelar as prevenções dos proprietários de terras e escravos. E não era para menos, uma vez que estes proprietários gozavam de grande liberdade de movimentos, inclusive na gestão dos *negócios públicos*: para eles destinava-se a maioria dos cargos de representação, eletivos ou não, assim como das posições administrativas.

Todavia, este tipo de apropriação do público pelo privado (ou, mais propriamente, do estatal pelos proprietários individuais) não pode ser confundido com um mero assalto a postos governativos ou com uma partilha voraz das rendas auferidas pelo Estado. Se é admissível supor que uma esfera pública burguesa era pouco desenvolvida (sempre em comparação com os moldes europeus), a relação dos proprietários privados com o setor público visava em muitos sentidos manter este último o mais distante possível de uma interferência mais incisiva na vida social. Como reconhecia Sales Torres Homem, numa carta de 1868, em meio à expectativa de um fim próximo para o conflito com o Paraguai:

“Se a guerra porém termina, infelizmente não termina a anarquia moral e política deste Brasil. Imensas, quase insanáveis, são as dificuldades com que temos de lutar. Quais os culpados? Não teremos todos nós a nossa parte de responsabilidade na exagerada independência de ação de que quisemos sempre e queremos gozar?”⁴

Assim, o crescimento de um setor público, de suas atribuições e manifestações, não seria encarado com simpatia e aprovação em quaisquer circunstâncias. Muitas vezes, aquelas atribuições e manifestações apareciam como um mal necessário, como um tributo a ser pago, a fim de

⁴ Carta a Henrique Gonçalves de Magalhães, apud ATHAYDE, Tristão. Política e Letras. In: CARDOSO, Vicente Licínio. À margem da História da República. vol. II. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. p.53.

que os interesses privados fossem preservados e o país se modernizasse. E que outros sentimentos esperar, por parte de proprietários particulares, ante a observação de um setor público que incorporava seguidamente suas responsabilidades, como a de promover a justiça, a segurança e a instrução? Por mais que isto redundasse em benefício para alguns indivíduos privados, que passavam a contar com o prestígio dos cargos e o manejo de verbas e nomeações, a redução do mando em nível local ou geral era indisfarçável. Em outros termos, se a pilhagem das coisas públicas nunca foi apenas uma fantasia plebéia, por outro lado não há como negar que a *publicização* do que era até então um domínio do privado erodia uma antiga e bem prezada autonomia no exercício do poder usufruído pelos proprietários privados.

Os Republicanos e o Público

Colocadas perante estes dilemas, as lideranças republicanas não avançaram muito no oferecimento de soluções originais. Em seus discursos (ainda que considerando as diferentes matrizes nas quais se inspiravam), elas também apelavam para a *opinião pública* e para a *ordem pública*. E, também entre elas, podia-se encontrar um certo mal-estar quanto à expansão do setor público. Mas, como suas fontes de inspiração deslocavam-se sobretudo entre o liberalismo e o positivismo, algumas nuances acabavam por se realçar.

De imediato, cabe notar o empenho com que os republicanos perseguiram um ajuste com as novidades de seu tempo. Em seus livros e artigos, os autores da antiguidade clássica grega e romana cederam a primazia para pensadores mais recentes, como Montesquieu, Auguste Comte, John Stuart Mill e Herbert Spencer, ou para políticos de renome na Europa e nos Estados Unidos, como Gladstone e Washington. Um propagandista de largas pretensões teóricas como Alberto Sales, por exemplo, recorria a Tocqueville (uma das preferências de Rui Barbosa e que como Rui não era exatamente um republicano) e a Stuart Mill em defesa da liberdade de opinião e do governo representativo.⁵ Já Sílvio Romero aludia à *exagerada compreensão da separação dos três poderes*, exposta por Montesquieu, com o objetivo de criticar o presidencialismo.⁶

Ao mesmo tempo, os recursos estilísticos empregados pelos republicanos incorporaram materiais e inovações que assombraram a época.

⁵ SALES, Alberto. *Política Republicana*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1882. p. XI, 10-11, 132 e 142.

⁶ ROMERO, Sílvio. *Parlamentarismo e Presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 1979. p.4-5, 15 e 35.

Assim, merecia aplauso a *voz metálica* de um orador que denunciava num *meeting* as mazelas do governo imperial. E até mesmo o *Manifesto Republicano* de 1870 fazia questão de rememorar a *corrente elétrica que perpassou pelas províncias* entre 1824 e 1848, a qual tinha como *foco* de origem o sentimento de autonomia provincial e de federação, a fim de advertir a impossibilidade de se atrelar *ao carro do Estado dous locomotores que se dirigem para sentidos opostos: as conquistas da civilização e os frutos do obscurantismo*.

É por demais evidente que estas imagens simbolizavam, de um modo ou de outro, os triunfos que se julgava terem sido obtidos pela ciência e pelo trabalho humano, em ambientes que primavam pela liberdade de investigação, experimentação e discussão públicas. Uma tal percepção levava, aliás, quase que naturalmente, a tecer comparações entre o Brasil e outros países (como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos), cujo resultado não favorecia o primeiro. Mas o surpreendente é que a Europa e a América do Norte não eram os únicos modelos a perseguir, havia pelas imediações, na própria América do Sul, um país em condições de servir como exemplo e que poderia ser imitado: a República Argentina. Para Alberto Sales, a agitada história política desta nação era um sinal de vitalidade, a contrastar beneficentemente com o pacífico e modorrento império brasileiro. Também Quintino Bocaiúva era conhecido pela sua admiração por esta nação latino-americana, tornando-se inclusive suspeito de favorecê-la num tratado de limites quando Ministro das Relações Exteriores no primeiro governo republicano. E Rui Barbosa, por seu lado, não poupava elogios para com a política argentina de incentivo à imigração espontânea, que demonstrava sucesso em atrair indivíduos comprometidos com o trabalho, por ter sido *criada e alimentada pela influência de amplas instituições livres*.⁷

Assim, os progressos do saber humano capazes de subjugar as forças da natureza, transformar as feições do mundo e impulsionar a civilização, pareciam resultar de um compromisso íntimo entre a razão de uma parte, e de outra o trabalho livre, a liberdade individual e a publicidade das opiniões acerca dos mais diversos assuntos. Foi esta convicção que levou Quintino Bocaiúva a exprimir-se nos seguintes termos em uma assembléia do Partido Republicano: “Como não somos um partido de conspiração, mas um partido de discussão; como pretende-

⁷ Série de artigos intitulada 'A imigração na República Argentina'. In: BARBOSA, Rui. *Obras Completas*. v. XVI. t. IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. p.2; SALES, Alberto. Op. cit., p.427 e 438. Notar que esta mesma admiração é nutrida por Campos Sales: SALES, M. F. de Campos. *Discursos*. v. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p.100-101.

mos reformar a sociedade e não convulsioná-la em agitações estéreis, a publicidade deve ser a nossa força.”⁸

Segundo Alberto Sales, no *Catecismo Republicano* de 1885, a superioridade da República é incontestável, uma vez que ela “... favorece mais a conservação da ordem pública do que a monarquia (...) porque é um governo de discussão e publicidade.”⁹ E, num artigo de 1886, Júlio de Castilhos, de marcada inspiração positivista, assim fixou o ponto de vista a ser observado por seus partidários: “Visamos a formação das opiniões, base fundamental da formação de uma maioria real, legítima e permanente.”¹⁰

Antônio da Silva Jardim, entretanto, emprestaria algumas dissonâncias a este discurso. Numa conferência pronunciada em 1888, por exemplo, ele procura explicitar com nitidez a sua concepção de público e de opinião pública:

“Cidadãos! Só os homens do povo podem governar os povos! (*aplausos prolongados*) Não pode levar as nacionalidades pelo caminho da glória aquele que jamais cansou o cérebro no labutar da idéia, ou calejou as mãos no trabalho honrado! (*aplausos*) (...) os povos hoje desejam ardentemente, de claro ou explícito modo, a instituição geral da República. A República, como o diz a palavra, é a coisa pública, de todos, é o governo do público, dos que vivem numa mesma época, o regime do bem público (...).”¹¹

Para Silva Jardim, portanto, o público dilata-se a um ponto de conter em si o conjunto de um povo, a *todos os que vivem numa mesma época*, sendo este povo identificado preferencialmente com aqueles que trabalham, fatigando o cérebro ou calejando as mãos. A República, em decorrência disto, é o governo de todos os que trabalham e, por conseguinte, orientada para o bem comum. O apelo à rua, às multidões, não poderia ser mais inequívoco, denotando um discurso voltado para uma

⁸ BOCAIUVA, Quintino. *Idéias políticas de Quintino Bocaiuva* (Introdução, cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Eduardo Silva). v. I. Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p.409.

⁹ SALES, Alberto. *Catecismo Republicano*. In: VITA, Luiz Washington. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1965. p.189.

¹⁰ Do Alto. In: CASTILHOS, Júlio. *Idéias políticas de Júlio de Castilhos*. (Introdução, cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados por Paulo Carneiro). Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982. p.88.

¹¹ JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda Republicana (1888-1889)* (discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligados, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978. p.190.

esfera pública plebéia que vinha se constituindo pelo menos desde o início da década de 80, como o demonstram a Revolta do Vintém no Rio de Janeiro (1880), os protestos contra as limitações da reforma eleitoral (1881) e sobretudo as repercussões da campanha abolicionista.

Uma referência algo distinta pode ser encontrada em Rui Barbosa. Num comício abolicionista, realizado em 1887, ele acusa o governo pelos atentados que tinham por alvo aqueles que ousavam combater a escravidão por meio de uma campanha pública, e respondendo a pergunta *quem lucra com a desordem*, enunciada pelos governistas, afirmou:

“Lucram com a desordem os que dispõem do poder material para esmagá-la, aniquilando sob os excessos da repressão brutal os propagadores de uma opinião intolerável ao Governo. Lucram com a desordem os governos desacreditados, que, vivendo apenas do viver, tendo violado todas as leis, faltado a todos os deveres, perdido toda a estima pública, necessitam romancear revoluções...”¹²

Todavia, a adesão irrestrita de Rui Barbosa ao liberalismo impunha limites ao seu relacionamento com a opinião pública, especialmente quando esta ameaçava confundir-se com uma esfera pública plebéia, com a *agitação das multidões*. E, neste particular, Rui não estava sozinho. No final do século XIX, os líderes republicanos e os literatos de maior destaque observavam com muito cuidado o potencial crítico da *força das ruas*, uma vez que acompanhavam com atenção os desdobramentos, na Europa e em outras regiões do mundo, de sucessivos conflitos e revoluções, onde as temáticas da participação política e dos direitos sociais cresciam de importância, seduzindo parcelas crescentes da população. Esta, segundo a ótica da época, poderia vir a cumprir diferentes papéis. De um lado, instruída e civilizada, tornava-se apta a ser convertida em *público* ou *opinião pública*, no sentido de uma entidade genérica de onde emanariam as linhas mestras para a atuação governamental e de onde se exerceria uma atenta fiscalização daquela atuação. Mas, de outra parte, ainda não disciplinada e racionalizada, a população permaneceria como *multidão*, *povo* ou *plebe*, um aglomerado amorfo (embora numericamente expressivo e explosivamente perigoso) que, num país como o Brasil, contava ainda com pelo menos dois sérios agra-

¹² BARBOSA, Rui. v. XIV. t. I. p.103.

vantes: a mestiçagem racial e as máculas da escravidão, tatuadas nos corpos, corações e mentes.

O Poder Republicano e o Público

Uma vez instaurado o novo regime, os republicanos são colocados diante da necessidade de administrar um território imenso, habitado por uma população tanto desconhecida pelos governantes quanto desconfiada perante suas idéias e métodos. Em vista disto, os preconceitos herdados da tradição cultural ou introduzidos por um saber importado de centros intelectuais mais dinâmicos (e mais em moda), bem como os receios inspirados por *multidões* que ameaçavam a todo instante extravasar descontentamentos pelas brechas de um poder republicano fraturado por disputas e divergências, concorriam para alimentar a imagem de um *povo* desfigurado pelos vícios, pelas doenças do corpo e do espírito, pela falta de uma *vocação nacional*. Um *povo*, em suma, que não se mostrava em condições de ser reconhecido como *público*. Alberto Sales, por exemplo, que preconizara com tanto ardor um governo representativo autêntico, cede com rapidez às prevenções correntes. Apenas um ano depois da *proclamação*, a teoria que justificava aquela forma de governo foi considerada por ele *absolutamente falsa, sem fundamento algum na ciência, nociva aos interesses do progresso e perigosa à manutenção da ordem*.¹³

Ao mesmo tempo, as agitações sociais que convulsionavam aqui e ali a vida do país eram revestidas com uma roupagem degradante. No meio urbano, elas demonstrariam o caráter exótico de uma *questão social* transplantada do solo europeu para uma *terra generosa* que não tinha motivos para lhe dar guarida, ou exibiria as marcas da truculência de um jacobinismo mal-adaptado, que não conseguia sequer articular uma plataforma merecedora de atenção. Quanto ao meio rural, esta imensa incógnita que Canudos expôs para surpresa e indignação geral, pouco havia a mencionar afora as constantes disputas entre chefetes locais de horizonte limitado. Assim, o discurso da maioria das lideranças republicanas passa a revelar com clareza a intenção de impor restrições a uma opinião pública que parecia prestes a ser envolvida por uma esfera pública plebéia. Neste sentido, as ebulições ocorridas ao longo do Governo Provisório e das presidências de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes talvez tenham contribuído para solidificar a convicção quanto à inevitabilidade de uma intermediação dos *chefes* nos

¹³ SALES, Alberto. Observações preliminares à ciência política. In: PAIN, Antônio (org.). Plataforma política do positivismo ilustrado. Brasília: Câmara dos Deputados e Universidade de Brasília, 1981. p.50.

processos políticos, a fim de domesticar as paixões e definir regras de conduta aceitáveis para as classes dirigentes. Em outras palavras, aquelas ebulições podem ter consagrado uma idéia de que a comunidade política não se caracterizava a partir de um pacto constitucional estabelecido entre cidadãos iguais em direitos e livres para o exercício de escolhas individuais mediante o voto, mas se confundia com as vontades e deliberações dos líderes políticos, os quais seriam representativos dos anseios e interesses do conjunto da população.¹⁴

Quanto a isto, pode-se afirmar que a distorção do público, no âmbito do discurso republicano, alcança uma espécie de culminância na presidência de Campos Sales. Adepto de uma concepção despolitizadora da vida pública e das ações governamentais, cuja orientação deveria pautar-se por critérios meramente administrativos, ele articula uma política de compromissos entre o poder central e as facções então no comando dos estados, de maneira a respaldar uma forma de dominação oligárquica na qual a concessão de privilégios em nível local se fazia em troca de apoio e sustentação ao governo federal. E, na defesa destas idéias, Campos Sales foi de uma transparência ímpar: “Em que pese aos centralistas, o verdadeiro público que forma a opinião e imprime direção ao sentimento nacional é o que está nos estados. É de lá que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, as ruas da capital da Nação.”¹⁵

O *verdadeiro público* encontrava-se pois disperso nos vários estados, mas reunindo poder suficiente para *imprimir direção ao sentimento nacional* e governar a República. Em virtude disto, pode-se presumir que este seletivo grupo fosse integrado apenas por aqueles que participavam dos embates políticos em condições de autonomia e liderança, não se confundindo assim com a própria população. Não é pois de estranhar que, passado algum tempo da vigência de uma tal política, Quintino Bocaiúva refira-se com uma ponta de amargura ao completo desprezo por parte do povo quanto à sorte dos pleitos eleitorais:

“Lamenta-se geralmente que as urnas sejam abandonadas, senão desprezadas, pelo povo; lamenta-se a indiferença dos cidadãos, senão o seu desprezo, pelo exercício do voto (...) não terão origem estes fenômenos na desconfiança ou antes na certeza de que as fraudes toleradas e sancionadas anulam o seu esforço patriótico e burlam o seu direito?”¹⁶

¹⁴ Ver LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice e Luperj, 1988. p.21-22.

¹⁵ SALES, M. F. de Campos. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p.127.

¹⁶ BOCAIÚVA, v. II, 1986. p.479.

Em realidade, a única coisa de público que parece ter prosperado no início da República foi o denominado setor público, quer em termos da interferência na vida do povo comum ou da criação de novas instituições e empregos vinculados ao aparelho do Estado. Todavia, ao final dos anos 90, mesmo este setor público foi envolvido por dificuldades: em meio a uma grave crise econômica e financeira, ele converteu-se num dos alvos privilegiados por um liberalismo implacável, que se propunha a satisfazer as imposições dos credores internacionais (representados pela casa bancária inglesa Rotschild) e a inserir o Brasil nos tempos modernos mediante uma reformulação do papel cumprido até então pelo Estado. O comandante da ofensiva era, obviamente, o então Presidente da República, Manoel Ferraz de Campos Sales, secundado por seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murтинho. Este, já em 1897, quando ocupava o cargo de Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas na gestão de Prudente de Moraes, chamava a atenção para alguns aspectos da política econômica brasileira que, a seu ver, careciam de uma revisão urgente: o protecionismo e a industrialização; o crescimento do número de aposentados (cuja verba no orçamento *avoluma-se de modo aterrador*); a *tendência exagerada para o funcionalismo, cuja dispensa exige processos (...) difíceis e complicados*. Em razão disto, *alguns homens* passaram a cogitar a entrega para a iniciativa particular dos serviços de abastecimento d'água, correios e telégrafos, estradas de ferro etc. Murтинho acreditava que o crescimento da Nação estava sujeito a leis naturais, *como todos os seres vivos*, e por isso recomendava:

“O interesse público está sempre na satisfação das necessidades mais urgentes da sociedade, e como estas são as mais bem distribuídas, como o capital procura espontaneamente a maior retribuição, ele pôr-se-á a serviço das necessidades mais urgentes da sociedade e sem ação governamental satisfará aos interesses públicos ao mesmo tempo que aos interesses individuais.”¹⁷

Implantada esta linha de ação, a crise assumiu grandes proporções, com elevado custo social. A miséria estampou-se entre outras imagens disponíveis na proliferação de *menores vadios* perambulando a esmo pelas ruas das cidades e pelos discursos de parlamentares e autoridades. Porém, ao findar seu mandato de quatro anos na chefia do governo,

¹⁷ MURTINHO, Joaquim. *Idéias econômicas de Joaquim Murтинho*. Brasília: Senado Federal e Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p.147, 156, 164-168.

Campos Sales podia meditar satisfeito na poltrona do trem que o conduzia de regresso a São Paulo: os pagamentos aos credores externos foram regularizados, resgatando a *honra* do país, e as finanças públicas haviam sido *saneadas*. As vaias e protestos que contra ele dirigia a população aglomerada junto aos trilhos da via férrea forneciam-lhe a exata medida de sua popularidade. Mas isto, decerto, não abalava a confortadora sensação de ter cumprido um dever patriótico. Absolvendo a si mesmo, podia então filosofar: "Pensam (...) de modo contrário os *estadistas* que julgam mais seguro deixar a serenidade do gabinete e ir à praça pública para resolver as grandes questões do Estado."¹⁸

Epílogo

Em uma República deste tipo, um público crítico, fiscalizador e atuante tinha poucas chances de prosperar. Mas, ainda assim, chega mesmo a causar espanto a insistência com que, em algum momento após o 15 de novembro de 1889, um público deste teor tenha sido evitado. É possível que este momento tenha sido aquele que se sucedeu à entrevista da comitiva popular que, sob as sacadas da residência de Deodoro da Fonseca, exigira na tardinha daquele dia 15 a efetiva proclamação de uma República. Talvez não. De qualquer modo, outros marcos podem ser escolhidos, desde que se tenha em vista o fato de que a urdidura do golpe republicano já havia prescindido de antemão de um público.

No entanto, ainda que isto possa ter sido intencional, não estava ao alcance das lideranças republicanas a faculdade de eliminar inteiramente este (ou qualquer outro) público. Este objetivo, se é que existiu, ultrapassava em muito a força e os meios com que podiam contar. Afinal, um público era parte integrante e inseparável da civilização pela qual tanto ansiavam, e um efeito irredutível de uma cultura política desenhada desde o início dos anos 80. E, se para o surgimento deste público os republicanos nem sempre contribuíram com o melhor de seus esforços, se a emergência de um público não estivera na dependência direta da propaganda republicana, não era viável à República triunfante qualquer pretensão de suprimir o público como um todo. No máximo, uma esfera pública plebéia havia sido contida ao final de uma primeira refrega.

Seja como for, a República, tal como a Abolição, não modificara de maneira radical as feições do país. A hora da emancipação ainda não soara, e sequer era previsível se algum dia chegaria enfim.

¹⁸ SALES, M. F. de Campos. 1983. p.138.

As Colônias Alemãs no Brasil*

Tradução de Valberto Dirksen

Resumo: Impressões de Ernest Tonnelat, publicadas na França em 1907, sobre as colônias alemãs no Sul do Brasil, acerca da germanidade, do pan-germanismo, do *perigo alemão*, dos conflitos entre pastores e das hostilidades do governo brasileiro.

Palavras-chave: Colonos alemães – *Deutschtum* – Perigo alemão.

Abstract: Views of Ernest Tonnelat, published in France in 1907 include German settlements in the South of Brazil, *Deutschtum*, Pan-Germanism, German Peril, conflicts between pastors of the Protestant Church and hostilities of the Brazilian government.

Key-words: German settlers – *Deutschtum* – German peril.

A imprensa alemã elogia de bom grado os alemães do Brasil por terem sabido, no estrangeiro, se tornar paladinos do germanismo, do *Deutschtum*. Preservar a germanidade (*Deutschtum*) para eles significa conservar ao mesmo tempo a língua, os costumes, as atitudes do país natal e a lealdade estritamente alemã? Lutar pelo *Deutschtum* significa querer implantar o nacionalismo alemão em terra brasileira? Esta concepção tem alguns adeptos entre os colonos alemães do Brasil e estes não são os menos inteligentes nem os menos empreendedores. Os grandes comerciantes que vivem nos portos em Porto Alegre, Pelotas, São Pedro, são amiúde, sem comprometimento, violentos inimigos de tudo o que é brasileiro. Isto não significa que tenham mantido a nacionalidade alemã; a maior parte deles é, ao contrário, naturalizada brasileira; muitos nasceram no Brasil. Mas, ricos e sadicamente ambiciosos em ampliar seu comércio, vêm-se obstaculizados nos seus esforços pela fraqueza, má vontade e avidez do governo local. Representam, sem dúvida alguma, o elemento mais ativo da população. Têm formação mercantil, espírito de ordem e empreendimento, capital. Também desprezam e detestam a administração indolente, imprevidente, às vezes concussionária, que atrasa simultaneamente o desenvolvimento do país e o de sua fortuna.

* TONNELAT, Ernest. Les Colonies Allemands au Brésil. *Revue de Paris*, t. 2, 14 (1907), p.352-372.

Estabelecem comparação perpétua entre as coisas da Alemanha e as do Brasil: lá, governo forte, imparcial, independente; aqui, abandonado a intrigas e rancores pessoais. De um lado, hábitos de trabalho paciente, uma vida simples, parcimoniosa, ordenada; de outro, a ociosidade, as fofocas, os namoricos, o jogo; a instrução, difundida por toda a Alemanha, está praticamente negligenciada em todo o Brasil etc.

Estes irreconciliáveis permanecem completamente alemães da Alemanha. No seu relacionamento com os brasileiros são semelhantes àqueles europeus que vivem e morrem nos *settlements* do Extremo Oriente, enriquecendo-se no comércio com as populações indígenas, mas guardando com as mesmas, até o último dia, sentimentos de desprezo, quando não de ódio.

Estes alemães são apenas uma minoria. Os colonos menos abastados não têm a intransigência deles e concordam que o Brasil lhes deu, na falta de outra coisa, facilidades de vida que lhes faltavam. Vivem aqui melhor com menos trabalho. Vindo pobres, têm a esperança de se tornarem aqui pequeno-burgueses, tendo algum bem. São quase gratos a este país por havê-los elevado acima da posição social à qual estariam confinados se tivessem permanecido na Alemanha. E parece que o *Deutschtum* não é mais para eles a expressão de um fanatismo patriótico de ultramar. Não opõem com acrimônia a administração alemã, a instrução alemã, os costumes alemães àqueles do Brasil. Não têm a constante preocupação de fazer comparações para diminuir a nova pátria. Desejam apenas que todas estas superioridades alemãs lhes possam fortificar, no Brasil, sua situação de burgueses comerciantes. Propõem-nos como modelos. O *Deutschtum* personifica suas aspirações rumo a uma situação melhor. É o seu ideal de vida.

A luta pelo Deutschtum, assim entendida, justifica-se muito mais no Brasil que nos Estados Unidos. No Brasil, o *Deutschtum* representa verdadeiramente um estado de civilização mais acabado que a civilização local. Nos Estados Unidos a oposição de uma civilização estritamente alemã a uma civilização anglo-saxônica tem algo de artificial. Não há antagonismo entre uma e outra. Têm, historicamente, origem comum. Ainda que os principais elementos étnicos que compõem hoje em dia o povo americano tenham-se desenvolvido, durante séculos, de maneira independente, em condições locais e históricas que os marcaram individualmente com características particulares, têm, contudo, suficientes pontos em comum para poderem, em breve tempo, articular-se e formar um povo unido na educação, aspirações e costumes. No Brasil, a fusão foi difícil porque as civilizações em questão são desigualmente desenvolvidas.

Mas deve-se considerar todos os colonos alemães do Brasil como representantes qualificados e conscientes da civilização germânica?

Fora aqueles que moram nas cidades ou nos grandes centros agrícolas, ninguém se interessa pela *luta em prol do Deutschtum*. Os camponeses da *serra*, que são a maioria, receberam uma educação demais limitada para se fazerem os paladinos de uma idéia. Sua ignorância, em geral, é grande; mais particularmente a ignorância das coisas que se referem à Alemanha é estarrecedora entre os colonos da segunda geração. E as influências que sobre eles se exercem são demasiado contraditórias para que possa se formar uma idéia clara das exigências da *luta pelo Deutschtum*.

Duas Igrejas protestantes que apelam, uma e outra, para o *Deutschtum*, disputam, no Rio Grande do Sul, as consciências camponesas. Uma é a Igreja Evangélica, cujos pastores são formados na Alemanha; a outra é o Sínodo de Missouri, organização luterana dos Estados Unidos. O Sínodo de Missouri começou só em 1900-1901 a enviar missionários ao Estado do Rio Grande do Sul. Foram recebidos, pelos pastores rivais, antes de tudo como agentes secretos do comércio americano, como caixeiros viajantes disfarçados, depois como emissários políticos encarregados de trabalhar pela reaproximação das repúblicas americanas.

“Há dois anos, escreve um mestre-escola dos arredores de Pelotas, apareceu aqui o primeiro missionário vindo dos Estados Unidos; informou-se e soube que a pequena colônia de São Pedro, situada ao pé do Morro Redondo, ao lado da colônia alemã de São Domingos, e povoada de russos e alemães, não tinha nem pastor nem mestre-escola; como tal foi aceito por um ordenado mínimo, e alguns alemães que moravam nas cercanias se juntaram à comunidade. Mostrou-se logo solícito para emprestar dinheiro a quem quisesse comprar terras ou construir; fez também alguns pequenos donativos acompanhados com estas observações sarcásticas, mas também, em parte, verdadeiras: ‘o que é que a Alemanha fez por vós? – nós sim, nós viemos para vos ajudar.’”

O Sínodo de Missouri, é necessário dizê-lo, não tem nenhuma dependência com qualquer empreendimento industrial ou comercial e também não está sujeito a nenhuma influência política. É uma organização religiosa de ortodoxia muito intransigente e seu único fim é a evangelização de regiões distantes. Investe cada ano enormes somas em suas missões. Se mandou, de alguns anos para cá, missionários para o Sul do

Brasil, foi porque quis começar a evangelização da América do Sul a partir da região mais fácil. Seus pastores, que são exclusivamente alemães ou filhos de alemães, são recebidos pelos colonos sem hostilidade e até com simpatia.

A influência desses missionários caracteriza-se pela sua desvinculação da Alemanha imperial. É unicamente a tradição religiosa que mantém entre os alemães da América do Norte o uso da língua alemã. Politicamente estão emancipados e completamente livres de qualquer influência européia. É inevitável que se tornem exemplo para as populações alemãs da América do Sul. Conscientemente ou não, despertam ou excitam nelas o sentimento de independência e assim as dissuadem de procurar auxílios, exemplos ou encorajamentos na mãe-pátria. Assim, mesmo que somente se proponham a difundir na língua de Lutero a fé de Lutero, sua propaganda pode ter como resultado indireto levar os colonos a formar comunidades cujo idioma continua, sem dúvida, sendo o alemão, mas onde se desenvolve um patriotismo local muito acentuado. É um *Deutschtum* separatista.

Os pastores vindos da Alemanha combatem com extrema veemência seus colegas americanos. À influência separatista destes contrapõem uma ação germano-nacional. Infundem na obra tanto paixão patriótica quanto dedicação religiosa. São também, tanto quanto os americanos do Norte, estrangeiros e de permanência temporária neste país; instruídos e formados em seminários da Alemanha, vêm ao Rio Grande do Sul para ficar somente um número limitado de anos. É raro que se exilem aí sem intenção de voltar. Por isso conservam fortes liames com a mãe-pátria e seus sentimentos os impelem naturalmente e necessariamente a uma espécie de propaganda imperialista. Pregam, seguindo uma frase famosa, o evangelho da pessoa sagrada do Imperador. Na casa paroquial, onde visitei um desses pastores, um grande retrato de Guilherme II estava pendurado na parede, sendo a única decoração. Muitos dentre eles crêem-se sinceramente investidos de uma espécie de missão política. Mas a tarefa tornou-se-lhes difícil diante da forte indiferença da maioria dos colonos.

Mais que a Igreja, a escola poderia servir para difundir as idéias e a influência da Alemanha. Mas, sem dinheiro, a situação das escolas da zona rural permanece miserável. Estão dispersas, uma cá outra lá, pela *serra*: nem todas as colônias são suficientemente ricas para ter um prédio escolar e pagar um professor. Não raras vezes, há somente uma escola e um professor para várias comunidades. O edifício não é mais que uma pobre cabana de chão batido. A mobília mais elementar, mesa e bancos,

falta freqüentemente. O material escolar – cadernos, livros, mapas, mapas-múndi – é ainda mais raro. Os alunos são simplesmente obrigados a aceitar, sem inspeção e sem controle, o ensinamento que lhes é dado pelos mestres-escolas.

E que mestres-escolas! De todos os ofícios, o deles é o menos remunerado. Os trabalhadores mais preciosos e mais procurados neste país são os trabalhadores manuais. E não são raras as vezes que por incapacidade de ganhar a vida de outra maneira esses pobres miseráveis se resignam a este ofício morto de fome. Os especialistas, os mestres de ofícios, encontram-se somente nas cidades e nos grandes centros agrícolas. Nas *picadas* qualquer um serve. Pega-se, para lecionar, desempregados e vagabundos, se sabem ler. Os antecedentes desses professores são de uma irônica variedade: “se isso não fosse tão triste, escreve um professor de São Lourenço, poderíamos estar orgulhosos dos que representam a nossa profissão; um conde, quatro barões, três oficiais, cinco engenheiros, cinco comerciantes; os outros são alfaiates, sapateiros, colonos agricultores etc.”. Os mais afortunados recebem no campo 500 mil réis anuais: trezentos ou quatrocentos francos. Os outros recebem de cada aluno um mil réis (sessenta ou oitenta centimos) por mês; quando o mau tempo ou os trabalhos urgentes impedem os alunos de vir à escola, o professor fica reduzido à miséria.

Fora dos grandes centros as escolas periclitam. Há alguns anos (1901), formou-se na Alemanha uma associação com o objetivo de reanimar o ensino de alemão nos três estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul: ela fez uma pesquisa que mostrou ao grande público o triste estado de coisas e provocou, por parte dos interessados, prementes apelos de fundos. O governo alemão concedeu a inúmeras escolas, de Blumenau e arredores, subsídios anuais de algumas centenas de marcos.

Subvenções ou subscrições poderão remediar a situação material das escolas. Mas um duplo perigo ameaça sua existência: primeiro, nas *picadas*, a indiferença dos colonos: “Nossa escola, onde freqüentam trinta crianças, escreve um professor de Blumenau, poderia ter bem mais alunos pois a colônia compreende 150 famílias. Mas os velhos colonos, aqueles que vieram da Alemanha (90% deles são pomerânios) quase não têm mais filhos em idade escolar; e a segunda geração, que é ainda alemã quanto à língua e costumes, tem pouco interesse e compreensão pela necessidade de uma boa educação escolar”.

O outro perigo é a introdução do português no ensino. Este compromisso conduz freqüentemente as escolas alemãs a fundirem-se com as escolas de língua portuguesa. O português acaba, por um atrativo progressi-

vo e fatal, a sobrepor-se. As escolas dos grandes centros não podem mais se recusar a ensinar o português. Perderiam de vez as subvenções que, de vez em quando, lhes concede o governo brasileiro. Perderiam também um grande número de alunos que, vivendo num meio brasileiro, sentem a necessidade de falar o português. A mais importante escola alemã de Porto Alegre, embora subvencionada pelo Império Alemão, ensina simultaneamente o alemão, o português, o francês e o inglês.

Tem-se dito do alemão, não sem verdade, que não é uma língua de exportação. Assim como sucumbe nos Estados Unidos em sua concorrência com o inglês, do mesmo modo parece ceder no Brasil diante do português. É que, sem dúvida, apesar de sua riqueza e variedade, que ninguém pensa em contestar, a língua alemã apresenta, para quem quer aprendê-la, dificuldades de sintaxe, de pronúncia e mesmo de escrita que desanimam logo. O português, língua lógica, clara e fácil de pronunciar, seduz as crianças e elas preferem falar o português quando têm a oportunidade de aprendê-lo ao mesmo tempo que o alemão. As testemunhas não faltam. Um mestre-escola de uma colônia afastada escreve:

“Estamos aqui nos confins do território de língua alemã. Nossas terras limitam-se com o *campo*, onde mora uma população exclusivamente de língua portuguesa. Os alemães dispersos cá e lá já se misturaram com o elemento brasileiro. Seus descendentes não sabem mais o que significa a palavra *alemão*. Inclusive no nosso distrito moram algumas famílias de origem alemã que falam o alemão se lamentando, dando como razão que jamais freqüentaram uma escola alemã e que o português lhes parece mais fácil.”

Supondo que a escola pudesse perpetuar o uso da língua alemã, poderia ela conservar nas crianças a mentalidade alemã? Estes filhos de camponeses nascidos na floresta, educados num ambiente estrito, praticamente sem relacionamento com o resto do mundo, poderiam fazer uma idéia clara da Alemanha moderna, dos serviços que pode lhes prestar e o que eles têm direito de esperar dela? Tal educação seria possível se as crianças recebessem por muitos anos, em particular na adolescência, um ensinamento apropriado, minucioso e metódico, uma espécie de ensino secundário ministrado por professores competentes. Mas trata-se aqui de uma educação integral! O ensino é, por toda parte, rudimentar. As crianças aprendem a ler, a escrever e a contar; recebem um pouco de instrução religiosa e algumas noções de geografia e de

história, mas tão pouco que não se pode contar com isso para formar mentalidades alemãs. “Ser-nos-iam necessários, escreve um professor primário, alguns mapas do Império Alemão para explicar a nossos alunos o que foi o país de seus pais... Seria necessário também, para que os descendentes dos alemães no Brasil pudessem manter o amor pelo país de seus ancestrais, que conhecessem a história da Alemanha.” Mas a população camponesa é na verdade semi-iletrada, e não são os iletrados que poderão defender um ideal nacional.

*

*

*

Restam os *Vereine*. Estes podem também contribuir para manter o uso da língua. Sua ação é ampla porque praticamente não há alemão que não seja membro de uma sociedade. Nas reuniões de homens, o ritual do *Bierkomment* impõe aos bebedores os mesmos gestos, as mesmas formalidades, o mesmo humor expansivo e familiar, até as mesmas brincadeiras. A *Kneipe* alemã encontra-se em todos os recantos do mundo e sempre semelhante.

Nas pequenas ou nas grandes cidades existe sempre um clube alemão, provido de um importante local para as reuniões: lá são oferecidas noites musicais, lá são apresentadas comédias de amadores, lá se organizam palestras ou bailes. É um lugar onde se recorda sem-fim as lembranças da Alemanha, os recém-chegados trazendo de modo contínuo um pouco de juventude e de renovação. Todavia as reuniões só têm um caráter plenamente alemão quando os velhos são suficientemente numerosos para defender a tradição; uma sessão semanal ou mensal não é suficiente para criar nos jovens hábitos imperiosos. Recordo-me de uma noite num clube onde tudo me lembrava ao mesmo tempo a Alemanha e os *Vereine* alemães dos Estados Unidos: a sala decorada com retratos da família imperial, a grande mesa onde se servia a cerveja fresca tirada dos barris, a fumaça dos cigarros e a cordialidade um tanto barulhenta da assembléia. Os membros mais jovens do clube jogavam boliche numa cancha com assoalho de madeira; e numa jogada duvidosa levantou-se uma discussão, e o pessoal mais jovem enveredou a falar, não o alemão, mas o português. Alguns membros mais idosos vieram dar, em português, sua opinião sobre o caso; não se escutava mais uma palavra em alemão na sala, e o presidente se viu obrigado a fazer uma enérgica chamada à ordem e fê-lo, também ele, em português: *aqui se fala alemão*.

Os clubes ou *Vereine* tendem assim a tomar o caráter de sociedades onde as pessoas vêm periodicamente exercitar-se a falar uma língua estrangeira. Nos Estados Unidos esta transformação é, em muitos lugares, um fato consumado; no Brasil já se nota isso nas cidades.

As associações quase só podem servir para manter velhos sentimentos de lealdade entre os emigrados. Algumas, pelo menos, o conseguem; são as *Kriegervereine*, quase todas compostas de antigos combatentes da guerra de 1870. Seus membros possuem ainda o uniforme e, nos dias de grande festa, no aniversário de Sedan, reúnem-se em traje de gala e enviam, por telegrama, ao Imperador, a garantia de sua inquebrantável lealdade. É entre estes, que conheceram a nova Alemanha e por ela combateram, que se deve procurar os corações mais ardentemente e mais genuinamente alemães.

Porém não sabem fazer passar seu ardor a seus filhos. Falta-lhes, para entusiasmar a nova geração, a arte de exprimir e comunicar seus sentimentos. Carecem também de chefes. Raramente revelam-se entre eles verdadeiros líderes. Um deles, Koseritz, fundador de um jornal em Porto Alegre, chegou a congregar alemães, a fazê-los esquecer as discórdias locais e pessoais. Mas ele morreu e ninguém soube dar continuidade à sua obra.

A obra seria arrasadora; pois a força dos fatos afasta as jovens gerações do ideal dos velhos. Este mesmo amor à terra natal, que leva invencivelmente a lembrança dos velhos para as margens do Reno ou aos campos da Pomerânia, prende os filhos dos colonos à floresta materna e ao solo brasileiro. A rede múltipla e imperiosa dos hábitos e da vida diária, as lembranças da infância, o meio familiar amarram as afeições dos filhos do país e os impedem de voltar-se para uma região da qual sabem apenas o nome. Quanto ao mais, o crescente bem-estar da população alemã não é feito para avivar lamentações da pátria perdida. A saudade dos próprios velhos imigrantes é mais convencional que profundamente sentida. No nascente conforto, os corações se prendem ao país a que se deve o bem-estar e a segurança. Do egoísmo satisfeito nasce um patriotismo novo, que os pais não ousam confessar mas que os filhos proclamam.

A maioria dos colonos, mesmo os que se dizem os mais alemães, elogiam com convicção a pátria brasileira. E o fazem sem hipocrisia. É instrutivo constatar que a imprensa de língua alemã toma raramente um tom agressivo com relação ao Brasil. O redator-chefe do *Deutsche Zeitung* de Porto Alegre escrevia, a 24 de fevereiro de 1906, num importante artigo sobre o *Deutschtum*:

“Ao tentar preservar e transmitir a nossos descendentes nossa herança cultural e em particular sua mais alta expressão, nossa língua, temos consciência de prestar um grande serviço não somente a nossos filhos, mas também a nosso país, o Brasil; pois enquanto nossa língua continua viva entre nós, subsistem também nossas tradições civilizatórias, e todas estas qualidades, que sempre fizeram do alemão no estrangeiro o melhor e o mais leal colaborador da prosperidade de sua nova pátria.”

Há, em toda a extensão do Brasil, cerca de trinta jornais alemães e, entre eles, não há nenhum que se faça defensor das teorias pangermanistas. Para dizer a verdade, pode-se supor que o nacionalismo assustadiço da população luso-brasileira os inclina à prudência. Muitos desses jornais são até adversários declarados da imprensa pangermanista. Em 1902, fundava-se em Porto Alegre um jornal que pretendia ser o órgão do patriotismo teuto-brasileiro e se dava o título significativo de *Rio Grandenser Vaterland* (Pátria Rio-grandense). Este formulava seu programa nos seguintes termos:

O *Rio Grandenser Vaterland* assumirá o dever de continuar introduzindo em nossa pátria, que é o Rio Grande do Sul, as conquistas civilizatórias de nosso país de origem, a Alemanha, e de cultivar as antigas tradições alemãs. Mas buscará também secundar os esforços e satisfazer as justas exigências do país que nós escolhemos como nossa pátria. Consideramos que os mandamentos dos cidadãos brasileiros de origem alemã, vivendo no Rio Grande, são os seguintes:

1. Sê de todo o teu coração e de toda a tua alma um cidadão do Rio Grande, pois foi aqui que tu fundaste tua família, onde tu vives, trabalhas e esperas morrer um dia.
2. Combate, como puderes e onde puderes, os planos pangermanistas e de seus partidários que lá e cá traem nosso país, o Rio Grande, e querem pô-lo sob a dominação do capacete pontiagudo. Combate, aqui e lá, os pangermanistas, para que a horrível guerra civil, que eles querem provocar, não se desencaideie.

Esta espécie de credo resume evidentemente apenas as opiniões de um grupo extremo. Mas é significativo que um jornal, cujo programa que é tão claro e tão agressivo, encontre leitores entre os alemães da colônia e

possa durar. As questões de política, sobretudo de política internacional, interessam pouco aos colonos. Aproximadamente a metade dos jornais de língua alemã só tratam de questões religiosas e agrícolas. Os outros ocupam-se dos pequenos acontecimentos da vida local, tratam dos interesses imediatos dos colonos, apresentando suas reivindicações e esclarecendo-os sobre seus direitos. O conteúdo é sempre pobre; os mais importantes nunca aparecem mais que três vezes por semana. Apesar das pretensões que de bom grado ostentam, não exercem influência educativa. Seu público é restrito; tem pouca penetração na *serra*; nos grupamentos urbanos, onde são lidos, a imprensa de língua portuguesa lhes faz concorrência. Sua vida é por toda parte precária; também alguns deles são forçados, para assegurar um círculo suficiente de leitores, a publicar uma parte em alemão e outra em português.

*

*

*

Os colonos alemães, pelo menos os da segunda geração, não são, em princípio, hostis à idéia de uma aproximação sincera e de uma fusão com a população brasileira. Não são eles os piores inimigos da assimilação, mas sim os próprios brasileiros.

O governo federal do Rio de Janeiro é favorável à imigração alemã, e nada mais faz do que dar continuidade às tradições do Império. Mas o Brasil é um país pouco centralizado, e cada Estado tem sua política particular. O governo do Rio Grande do Sul anseia povoar seu vasto território para fazer frutificar as riquezas naturais; mas aceita sem solicitude os imigrantes alemães. Estes já representam, na sua opinião, uma proporção muito grande da população total (1/5 ou 1/4). A questão do *perigo alemão* é continuamente discutida em Porto Alegre. Não se chega a dizer que os colonos alemães trabalham na preparação da anexação do Estado ao Império Alemão. Mas teme-se que queiram, pouco a pouco, açambarcar o poder político. E os brasileiros põem todo o seu orgulho de *latinos* em não se deixar governar por *alemães*.

Se o orgulho latino desapareceu completamente na Europa, encontramos-lo entre as populações mestiças e mulatas da América do Sul. Para não comprometer a indissolúvel unidade da raça, preferem-se colonos latinos aos demais. Também a imigração italiana é particularmente favorecida no Rio Grande do Sul. Altos funcionários do Estado, sabendo que eu projetava uma viagem pelas colônias alemãs, procuraram dissuadir-me: "os alemães, diziam-me eles, são rotineiros; visite de preferência

os italianos. Suas colônias são incomparavelmente mais belas e mais florescentes que as colônias alemãs. Eles introduziram culturas novas; os alemães mantiveram-se sempre nos velhos hábitos". E um de meus interlocutores concluía: "veja que os povos germânicos contam apenas com a força; nós, latinos, temos a inteligência".

A desconfiança e o desprezo em que se têm os alemães acabava, no momento em que me encontrava em Porto Alegre, de encontrar uma expressão oficial no relatório anual do diretor dos Trabalhos Públicos da Colonização. A seguinte passagem havia suscitado violentos protestos em toda colônia alemã:

Comparando o número de imigrantes de 1902 com o dos últimos anos, constata-se que a corrente de imigração neste Estado diminui progressivamente. Todavia, se examinarmos a situação dos colonos estrangeiros nos diversos Estados do Brasil, verificamos que é somente aqui que eles se encontram nas condições requeridas para serem facilmente absorvidos por nossa nacionalidade, cujos costumes adotam pouco a pouco e cuja língua já aprendem com satisfação, aí compreendidos os colonos alemães, os mais refratários à incorporação. Com certeza este resultado se deve à solícitude do Governo, que proporciona a estes verdadeiros banidos um bem-estar que jamais tiveram antes. Mas é preciso não esquecer, como já o tenho dito em meu relatório de 1901, que a mentalidade desses homens não é a mais apropriada para auxiliar o nosso progresso moral, cuja preeminência é essencial, se bem que para triunfar com relativa facilidade adote esta mentalidade, convém que o número de elementos estrangeiros novos no Estado do Rio Grande não seja elevado. Pouco importa se nosso progresso material retarde um pouco por falta de braços; as vantagens futuras compensarão este atraso que, na realidade, mal se percebe.

Os alemães sentiram-se sobremaneira ofendidos com esta declaração porque entendem que também trabalham, tanto quanto os brasileiros nativos, no *progresso moral* do país. Não lhes agrada serem considerados como mão-de-obra, instrumentos do simples *progresso material*. Parece-lhes levar consigo pelo mundo afora toda a cultura alemã, expressão mais acabada da civilização européia; consideram-se naturalmente como missionários desinteressados da ciência alemã; sentiram-se ultrajados ao serem considerados desenraizados, banidos, *desterrados*. Este foi seu trunfo para invocar a dignidade e superioridade de sua raça. A

imprensa alemã esteve, por muitos meses, saturada de protestos contra a ridícula presunção dos homens de Estado brasileiros. Ainda persiste entre os alemães um sentimento de azedume contra o atual governo.

Segundo o desejo do governo, a imigração alemã diminui. Anualmente não chegam mais que algumas centenas de imigrantes. Para impedir neles a persistência do sentimento nacional, eles são encaminhados às colônias em vias de povoamento, onde se encontram misturados com russos e poloneses; uns e outros vêem-se forçados a aprender o português para terem uma língua comum.

Procura-se, ao contrário, fomentar por todos os meios a imigração italiana. O número de italianos estabelecidos no Rio Grande é ainda mais difícil de determinar que o dos alemães. O *Handbuch des Deutschtum* avalia em 60.000 contra 200.000 alemães. Em contrapartida, o Secretariado dos Trabalhos Públicos, em Porto Alegre, estima que seu número ultrapassa de longe o dos alemães. Conta-se com eles para transformar, num sentido moderno, os velhos métodos empíricos da agricultura. Mas não se deve acreditar que, apesar da preferência sentimental que se lhes demonstra, os italianos tenham de estar satisfeitos com o Estado do Rio Grande. Os graves inconvenientes, que os outros colonos sofrem, são também para eles uma dificuldade; a falta de estradas facilmente e continuamente transitáveis os impede, como ocorre com os alemães, de enviar para longe seus produtos e de amealhar uma fortuna mobiliária; a inovação que deles se espera, a cultura da vinha, é de pouco proveito para eles porque são obrigados, por falta de meios de transporte, a consumir no próprio lugar. Também, apesar da benevolência das autoridades, verifica-se um êxodo regular de colonos italianos para a República Argentina.

Além da questão de raça, os brasileiros têm outro motivo para não se mostrar desfavoráveis aos italianos. É que eles sabem, e disto não duvidam, que a Itália não tem projetos de anexação na América do Sul. A Alemanha não lhes inspira a mesma confiante certeza. A situação dos alemães no Brasil não seria a de suspeitos se não houvesse, por detrás, o temor do Império Alemão. A imprensa brasileira procura justificar este temor com textos. Em agosto de 1904, o *Correio do Povo*, jornal diário de Porto Alegre, citava numa investigação sobre o perigo alemão, passagens extraídas de diversos periódicos alemães tais como o *Vossische Zeitung*, o *Nationalzeitung*, o *Echo*, o *Grenzenboten* dos quais parecia resultar que os alemães consideravam os três estados do Sul do Brasil como uma zona reservada à sua influência. Lembrava também que o Congresso Colonial, reunido em Berlim sob a presidência do duque João Alberto Mecklenburg, havia emitido, em 1902, um voto no sentido de que

doravante se dirigisse a emigração alemã para os países de clima temperado da América do Sul, principalmente para o Sul do Brasil. E o *Correio*, além disso, observava que o Congresso havia rejeitado uma emenda que queria acrescentar a palavra *Argentina* a *Sul do Brasil*. Com isso, o voto tomava uma significação particular, dando a entender que os alemães queriam concentrar todos os seus esforços num mesmo ponto, a fim de adquirir a supremacia.

Na realidade, nem os artigos dos jornais citados, nem o voto do Congresso Colonial tinham o alcance político que lhes atribuía o *Correio do Povo*. Alguns pangermanistas exaltados puderam sonhar com a anexação à Alemanha dos três estados meridionais do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas o governo imperial não parece estar disposto a tentar a aventura. Nada autoriza pensar que ele sequer tenha encarado esta hipótese. Até 1896, o rescrito de Von der Heydt manteve na Prússia a proibição de toda propaganda em favor da emigração para o Brasil. Se iniciativas privadas ensaiaram retomá-la e consolidar ali a influência alemã, pode-se dizer que nisso os círculos oficiais não tomaram parte.

Depois, sem dúvida, a situação mudou. Em conseqüência de um estímulo vindo do alto, a opinião pública começou a se inquietar com os alemães estabelecidos no ultramar. A Alemanha industrial procurou territórios de expansão econômica; o Brasil, onde havia uma clientela natural, despertou particularmente seu interesse. Mas o que fez o governo imperial? Contentou-se em conceder algumas subvenções às escolas alemãs. Não ficou manifesto que tenha alguma vez procurado estabelecer algum liame de dependência entre ele e os emigrados. A lei alemã sobre a emigração é muito severa: declara perdida a nacionalidade para todo alemão que permanecer mais de dez anos no estrangeiro sem tomar a precaução de se fazer inscrever no registro dos consulados; a inscrição deve ser renovada a cada dez anos. Por indiferença ou por esquecimento, a maior parte dos imigrantes negligencia esta formalidade. Também os colonos do Brasil estão quase todos fora da jurisdição alemã. A Alemanha não pode tomar como pretexto injustiças cometidas para com eles para intervir na política interior do Brasil.

O recente incidente (dezembro de 1905) da canhoneira *Panther* evidenciou o desejo do governo alemão de não atentar contra os direitos de soberania do Brasil. Durante a curta estadia da canhoneira no pequeno porto de Itajaí (Santa Catarina), um marujo não havia retornado a bordo dentro do prazo fixado; o comandante, temendo que tivesse ele desertado, fez desembarcar, à noite, alguns oficiais e cerca de doze marinheiros que realizaram a busca num hotel e trouxeram de volta, à força, o

refratário, não sem alguma algazarra e cenas de violência. Havia aí violação evidente de território. O barão de Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, exigiu desculpas e as obteve. O ministro da Alemanha no Rio de Janeiro alegou que o comandante não quis lesar a soberania brasileira, e que ele se havia simplesmente conformado com um costume existente nas marinhas de guerra. E Berlim não hesitou em reprovar a ousadia do oficial e exonerou-o do comando.

O incidente, pouco importante, poderia ter tido conseqüências se a Alemanha não tivesse adotado uma atitude conciliatória. A imprensa dos Estados Unidos mostrou-se solícita em explorar o incidente. Os primeiros telegramas apresentavam os fatos um pouco diferentemente daquilo que na realidade havia acontecido: a tripulação do *Panther*, anunciavam eles, havia desembarcado em território brasileiro, não para trazer de volta um marinheiro desertor, mas para prender um emigrado que se havia subtraído à obrigação do serviço militar. Mediante um procedimento tão arbitrário, a Alemanha teria claramente ostentado a pretensão de policiar todas as localidades onde se encontram instalados emigrantes alemães e provar que menosprezava a soberania do governo brasileiro. Os Estados Unidos se preocupavam com esta atitude sem justificativa. O embaixador do Brasil, M. Nabuco, então ocupado com a preparação do Congresso Pan-americano de 1906, levou ao conhecimento dos jornais americanos que o governo de Washington estava de acordo com o do Rio de Janeiro em reprovar esta violação dos costumes internacionais. E não é de se duvidar muito que os Estados Unidos não propusessem sua arbitragem se a Alemanha tivesse adotado uma atitude intransigente.

Nada prova que a Alemanha teve alguma vez intenções de conquista na América do Sul. É verdade que em suas guerras coloniais, os alemães tiveram sempre como princípio deixar a iniciativa privada preceder a ação governamental e só enviar soldados depois que os mercados tivessem preparado o caminho. Pode-se admitir que não teriam recusado aplicar este método no Sul do Brasil. Mas, supondo que tivessem concebido tal desejo, o receio de complicações internacionais tê-los-ia contido. O recente Congresso Pan-americano provou que os Estados Unidos nunca tolerariam o estabelecimento de uma potência européia na América do Sul.

A Alemanha sabe com que preocupação e atenção se acompanham nos Estados Unidos os progressos da colonização alemã no Brasil e a Alemanha não deixa passar nenhuma ocasião para tranquilizar os espíritos. Em 1904, um geógrafo berlinense, o professor Jannasch fez, a convite do próprio presidente do Estado do Rio Grande, uma viagem pelo Sul do

Brasil para estudar *in loco* a situação dos alemães; em numerosos discursos ele exortou os colonos a se unirem e a conservarem fielmente a língua e os costumes de sua mãe-pátria sem, no entanto, deixar por isso de se conduzir como leais súditos brasileiros. A viagem e os discursos impressionaram tão fortemente a opinião nos Estados Unidos que a diplomacia teve de se intrometer; o embaixador da Alemanha em Washington dirigiu-se então espontaneamente ao governo americano para declarar que o governo alemão ignorava os atos do professor Jannasch e que este agiu estritamente em nome pessoal.

Os Estados Unidos não hesitariam, fosse o caso, em defender pelas armas a integridade e a independência das repúblicas sul-americanas porque defenderiam, ao mesmo tempo, seus próprios interesses comerciais. No Brasil, em particular, os americanos souberam, nesses últimos anos, assegurar uma situação privilegiada, obtendo uma redução de 20% nas tarifas alfandegárias. As potências européias tentaram inutilmente obter o mesmo tratamento favorável. Os alemães que esperavam, há muito tempo, tornar-se os senhores do comércio, lamentam atualmente encontrar por toda parte a concorrência americana. Mesmo nos territórios de língua alemã, que acreditavam estar reservados para eles, fundam-se empreendimentos industriais americanos. Trata-se de confiar a um sindicato norte-americano a construção de uma linha férrea que atravessa o Estado de Santa Catarina e os trabalhos de regularização da barra do Rio Grande do Sul, começados outrora, mas depois abandonados, por uma companhia francesa da qual os alemães se julgavam no direito de sucessão.

Esta concorrência de um inimigo poderoso, rico e gozando junto aos brasileiros de crédito superior ao da Alemanha, provocou nos capitalistas alemães um certo desencanto. Seus empreendimentos têm ademais só êxitos medíocres. As companhias de colonização, em particular, nunca fizeram brilhantes negócios: a *Hanseatische kolonisationsgesellschaft* teve de renunciar, nos últimos anos, a repartir dividendos com seus acionistas; uma outra sociedade, que obtivera vastas concessões no Rio Grande do Sul e que projetava construir uma estrada de ferro ao longo da fronteira Norte do Estado, não conseguiu encontrar capital para realizar seus projetos nem os emigrantes necessários para povoar suas colônias.

O *Nationalzeitung* publicava, a 13 de dezembro de 1905, um artigo sobre *o futuro das relações entre a Alemanha e a América*, onde se expressava um verdadeiro desalento. Pode-se ponderar, dizia-se no jornal, que os ianques conseguirão fazer recuar os alemães em todo o Brasil. "Por triste que isto pareça, podemos hoje declarar esta verdade, que certamente

o Rio Grande do Sul e Santa Catarina estão perdidos para nós.” A influência dos americanos do Norte cresceu de tal modo junto aos brasileiros que nenhuma luta será mais possível. É preciso voltar-se hoje para a Argentina, onde a influência ianque é praticamente nula e onde o desenvolvimento econômico garante uma melhor retribuição dos capitais. “Será necessário agir logo, senão somos completamente tomados de cegueira, para assegurar nosso lugar em solo argentino, mesmo que os defensores do *Deutschtum* no Brasil tenham que decidir a contragosto demolir seu velho ídolo para reconstruí-lo na Argentina, tudo parece, no entanto, indicar que no futuro nossas relações com a América do Sul se estenderão mais para o lado da Argentina que para o Brasil meridional. Quanto ao mais, o capital, que é o fundamento mais importante das relações exteriores, pende mais para a Argentina que para o Brasil.” Além disso, pode-se notar que já hoje a Alemanha tem mais relações comerciais com a Argentina que com o Brasil, e que a diferença cresce regularmente.

<i>Exportações alemãs*</i>								
	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904
Para a Argentina	35	44	52	64	54	47	71	102
Para o Brasil	50	45	46	45	35	43	51	56
<i>Importações alemãs*</i>								
Da Argentina	109	145	194	234	200	201	270	336
Do Brasil	100	104	91	115	113	118	132	156

* (em milhões de marcos)

Ao argumento financeiro o *Nationalzeitung* juntava outro de ordem política: aos emigrantes alemães estaria assegurado gozar na Argentina uma independência que não conheciam no Brasil; o exemplo dos italianos, tão fortes e tão bem organizados, é uma garantia de que o governo argentino não atentará contra o sentimento de nacionalidade dos alemães; não se fez nenhuma tentativa de desnaturalizá-los; demonstra-se satisfação em acolhê-los porque se tornarão uma espécie de contrapeso à superabundante imigração italiana.

Assim, longe de querer estabelecer definitivamente seu poder econômico e político no Sul do Brasil, a Alemanha estaria hoje mais inclinada a desinteressar-se pelas colônias já fundadas nesta região para tentar alhures um esforço melhor dirigido e melhor controlado.

Quanto à fundação de um Estado independente dos camponeses alemães no Sul do Brasil, parece ainda menos verossímil que uma tentati-

va de anexação territorial pela Alemanha. Seria primeiramente necessário que os colonos alemães detivessem em mãos o poder político neste país; ora, em política não contam nada. Seria necessário que estivessem organizados; não são mais que uma multidão incoerente, dispersa, inconsciente de suas próprias forças. Ser-lhes-ia necessário a superioridade numérica, no entanto são minoria. Enfim, ninguém entre eles pensa nisso. Apesar das queixas que os colonos possam ter contra os brasileiros, apesar da suspeita que os brasileiros têm dos colonos, uns e outros sentem-se solidários. Razões de ordem material contribuem diariamente para aproximar os elementos diversos da população, apesar dos sentimentos de inimizade, tanto mais facilmente irritáveis quanto menos razoáveis. A necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico do país tem impellido recentemente brasileiros e alemães abastados do Rio Grande a fundar um comitê comum de estudos e de pesquisas: existe, desde 1904, em Porto Alegre, uma *Associação Promotora dos Interesses Econômicos do Rio Grande do Sul*, que se chama também *Centralverein zur Förderung der Wirtschaftlichen Interessen*.

*

*

*

Os colonos alemães, na verdade, preencheram exatamente o papel que lhes assinalou o promotor da colonização, Dom Pedro I: fornecer ao Sul do Brasil uma população rural e assegurar o futuro da agricultura brasileira. Seu número será logo decuplicado graças à elevada média dos nascimentos nas famílias alemãs; em algumas dezenas de anos, os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul serão, graças a eles e aos italianos, desbravados e valorizados em toda sua extensão. Isto não quer dizer que estes dois estados serão germanizados. Foram também os alemães que, em grande parte, desbravaram e povoaram a Pensilvânia, o Maryland, o Ohio, o Missouri, o Wisconsin: a metade dos *yankees* do *Middle-West* tem nas veias sangue alemão; reconhece uma só pátria, a pátria americana.

Realizar-se-á provavelmente junto aos imigrantes da América do Sul a mesma transformação que junto aos imigrantes da América do Norte. O país novo fará deles homens novos. Cria-se desde já um tipo de homem novo. Lembro-me de um sarau no albergue de uma grande povoação do interior, em companhia de sete ou oito comerciantes, que percorriam as colônias para comprar os produtos agrícolas; homens esbeltos, vigorosos e belos, de andar desembaraçado como pessoas que

passam dias inteiros a cavalo, exprimem-se com calma e desembaraço, manuseiam o dinheiro de mão-cheia; figuras enérgicas e simples, indivíduos física e moralmente equilibrados. Eram todos filhos de alemães; sabiam o alemão mas falavam entre si o português. Um deles esteve na Alemanha: "É um país curioso, disse-me ele; há por toda parte letreiros para proibir ou ordenar qualquer coisa". Estão acostumados na *serra* com uma independência quase completa; o Estado tem aí pouca influência sobre o indivíduo, respeitam sobretudo os que sabem se impor e as qualidades de iniciativa pessoal, de decisão, mesmo de audácia, desenvolvem-se sem embaraço nesta vida livre. Estes homens não se parecem com alemães nem com brasileiros do litoral. Lembram o conhecido tipo, quase clássico, do americano arrojado e empreendedor do *Far West*. Qualquer um em meu lugar os caracterizaria assim: ianques sul-americanos. Estes descendentes de alemães são por sua situação os pioneiros do avanço brasileiro para o Oeste; adquiriram lentamente os costumes e os traços de caráter próprios dos habitantes de países novos. Pode-se dizer que à medida em que eles se adaptam ao seu novo meio, trabalham não para germanizar, mas para *americanizar* o Sul do Brasil.

James Petras¹

Da Análise da Decadência Econômica dos Estados Unidos a uma Crítica do Neoliberalismo na América Latina²

Resumo: O declínio da hegemonia e do poder econômico norte-americano, as suas transformações internas e o neoliberalismo na América Latina são alguns dos temas desta entrevista da Revista Catarinense de História com o professor James Petras.

Palavras-chave: EUA – Hegemonia – América Latina.

Abstract: The decline of the North American hegemony and economic power, internal changes and neo-liberalism of Latin America are some of the issues discussed in this interview given by Professor James Petras.

Key-words: United States of America – Hegemony – Latin America.

REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA – A hegemonia mantida pelos Estados Unidos no pós-guerra (1945-1968) começa a erodir-se cada vez mais. Se Washington foi a capital econômica, financeira, militar, política e diplomática do mundo, hoje já não é mais.

Ao que se deve este ocaso tão rápido? À própria lógica do capitalismo ou a uma *excessiva extensão territorial* de que fala Paul Kennedy?

JAMES PETRAS – Penso que o conceito de hegemonia é muito global. Por isso é necessário analisá-lo em três aspectos. O primeiro é o político-militar, o segundo é o ideológico e o terceiro é o econômico.

No caso da hegemonia militar, os Estados Unidos estão em ascensão e

não em declínio, já que não dispõem de nenhum concorrente. São um superpoder nuclear. Ademais, é o país que mais capacidade tem de intervir no mundo atual. Alemanha e Japão não têm nenhuma base constitucional que permita intervenções e menos ainda capacidade militar para realizá-la.

Quanto à ideologia de livre mercado, patrocinada pelos Estados Unidos, que surgiu nos anos 80, ela é hegemônica no Norte, Sul e Leste. Já não é apenas uma ideologia dos Estados Unidos, mas sim uma ideologia generalizada. Penetra até na esquerda, que fala de *reformas*, de *mercados*, de *globalização*.

Agora, no setor econômico está ocorrendo um declínio desde os anos 60, relacionado com seus competido-

¹ James F. Petras, cientista político norte-americano, docente e pesquisador da State University do Estado de Nova Iorque em Binghamton. Autor de vários livros sobre a América Latina e o Terceiro Mundo. Tem publicado uma infinidade de artigos em revistas, semanários e jornais dos Estados Unidos, Europa e América Latina.

² Entrevista realizada pelos professores: Valmir Francisco Muraro, Paulo Pinheiro Machado, Joana Maria Pedro e Waldir José Rampinelli.

Transcrição e tradução de Waldir José Rampinelli.

res capitalistas. Os Estados Unidos não podem impor seus interesses econômicos sobre o Japão, Alemanha e até sobre países de segunda categoria, como França, Coreia e Taiwan. E ultimamente enfrenta dificuldades com a China, a partir da dependência ou interdependência entre este país e os Estados Unidos.

RCH – Então, por que os Estados Unidos caíram?

PETRAS – Por várias razões. A primeira delas diz respeito ao fato de Washington definir como seu principal papel a luta entre capitalismo e comunismo. E diante deste conflito, a Casa Branca fortalece seus competidores imperiais (ou potencialmente imperiais), tais como Alemanha contra o Leste e Japão contra a China. Entendiam os Estados Unidos o que Trotsky e Lênin já haviam dito *de que países agrários vinculados com países industriais tornam-se invencíveis*. A aliança do Japão com a China significa perder a Ásia, e a da Alemanha com a Rússia, toda a Europa. Por isso, estes países foram privilegiados em seu desenvolvimento.

E por fim, a Coreia do Sul teve acesso ao mercado norte-americano mais do que qualquer outro país. Com Taiwan aconteceu o mesmo. Apenas um parêntese: aqueles que querem imitar os tigres asiáticos se esquecem da política geo-econômica, que foi muito importante no seu crescimento inicial.

Nos anos 60 – quando termina a reconstrução e começa o período de possibilidades de acordo entre Kennedy e Kruchov – os Estados Unidos

teriam que tomar uma decisão. E optaram pela escalada militar contra o Terceiro Mundo e a URSS, não percebendo que o problema estratégico não era o militar-ideológico e sim o econômico. A URSS não tinha condições de lançar um ataque militar contra os Estados Unidos – e tampouco razões para fazê-lo – e menos ainda em alcançar os níveis de vida dos norte-americanos, pelo menos por muitos anos. Enquanto isto, Alemanha e Japão apresentavam enormes possibilidades de recuperação.

Este processo se repete com Johnson e Carter. Cada vez que surgia a possibilidade de reorientar a política dos Estados Unidos na direção das rivalidades intracapitalistas, a Casa Branca optava pela concentração de forças e pela competitividade ideológica-militar, seja com a URSS ou o Terceiro Mundo. Nos anos 60 e 70, além da URSS, os Estados Unidos investiram enormes recursos para ganhar a guerra no Sudeste asiático. Enquanto os Estados Unidos estavam metidos nas selvas asiáticas, os países desta região estavam envolvidos nos mercados econômicos. E a Alemanha e o Japão canalizavam cada vez mais investimentos em pesquisas e adaptação de tecnologia para produtos civis. Em meu juízo, este é o ponto principal. A verdadeira luta acontece no mercado econômico capitalista e não enfrentando países subdesenvolvidos nos campos político e ideológico militares.

RCH – Por que os Estados Unidos optaram por este caminho?

PETRAS – Penso que foi a configuração de poder então existente nos

Estados Unidos. Não apenas o complexo industrial-militar, mas também toda uma gama de capitais que recebiam subsídios do Estado a partir de projetos de financiamentos estatais, com base na legitimidade da guerra fria. Aqui surgem duas forças importantes que ganham com a guerra fria: as grandes empresas que tinham um vínculo muito estreito com o Estado; e os políticos-intelectuais, cujas carreiras e prestígio estavam vinculados à escalada da guerra fria, tais como Brezinski, Kissinger etc. Eram *experts* em combater o comunismo e só poderiam crescer profissionalmente apostando na guerra fria. Estes intelectuais eram absolutamente ignorantes na estratégia de competição no mercado mundial. Kissinger, por exemplo, continuou com este discurso ideológico-militar até os anos 70 e 80. Então, os Estados Unidos estavam ganhando a guerra fria e perdendo a competitividade no mercado mundial.

Se analisarmos os estados imperiais perceberemos que 95% das potencialidades do Japão, por exemplo, estão orientadas para atividades econômicas. Nos Estados Unidos, os agregados econômicos que estão funcionando são minoria se comparados com o exército, a *CIA* etc. Então a capacidade do Estado de estender o capital norte-americano e a dinâmica desta interação entre Estado-Capital está debilitada.

Por último, a reconversão do capital norte-americano para o *FIRE* (finanças, seguros, imobiliário). A reconversão ao *FIRE* debilitou a posição dos Estados Unidos no mercado industrial. Investe e compra empresas

como mercadorias. Não está investindo a longo prazo com o objetivo de produzir coisas melhores. O caso clássico é a cidade de Nova Iorque. É um protótipo de uma forma muito exagerada daquilo que aconteceu em todo o território nacional. Nova Iorque era a cidade mais industrializada do país com pequenas indústrias diversificadas. Nos últimos 20 anos, Nova Iorque perdeu em torno 650 mil empregos manufatureiros e o setor serviços bem-pagos não chega a 20% deste número.

RCH – Que aconteceu com os demais trabalhadores?

PETRAS – Passaram ao setor de serviços mal-pagos. Ocupam o lugar dos pobres, dos desocupados e dos subocupados. A informática está envolvida com a especulação imobiliária etc. Não define a economia. É instrumento das novas classes dominantes. Segundo a Revista *Forbes*, em 1980, apenas 18% dos mais ricos nos Estados Unidos obtinham seus lucros das finanças, ao passo que, em 1988, já eram 38%. Quanto a manufaturas, afirma a mesma revista, os 17% mais ricos de 1980 continuaram os mesmos, oito anos depois. No caso da informática aumentou de 3% a 5%. Portanto, os mais ricos que obtêm seus lucros através da geração de novas tecnologias são uma fração muito pequena. Existe uma desvinculação do capital financeiro da produtividade.

A conversão do capital tem muito a ver com a queda dos Estados Unidos. Não acredito que a *excessiva extensão territorial* de Kennedy seja o fundamental para explicar a queda econômica dos Estados Unidos.

RCH – A hipertrofia militar é um grande negócio. Na guerra do Golfo, embora a participação militar norte-americana fosse preponderante, houve um consórcio de financiamento do conflito. Por sua vez, a guerra pôs na vitrina novas mercadorias, como mísseis, aviões etc. Hoje, nos Estados Unidos, há alguma tendência para se manter o complexo industrial-militar ou ele poderá diminuir com cortes no orçamento?

PETRAS – A política econômica dos Estados Unidos está projetada para o mercado mundial. Agora, como defender este mercado? Os projetos nucleares já não servem. E a *CIA* vai fazer o quê? Ela continua com o mesmo orçamento do ano passado. As outras organizações de inteligência têm um orçamento de 30 bilhões de dólares, o equivalente a metade da *CIA*. No contexto atual, o orçamento militar diminuiu muito pouco, algo de 5 ou 10%, tendo-se em vista o desaparecimento do adversário histórico. O grande debate hoje nos Estados Unidos é como aumentar o orçamento militar em uma situação de tensões sociais internas e a capacidade de reconversão das indústrias militares.

As indústrias militares resistem a uma reconversão porque estão acostumadas a receber subsídios do Estado, operando sem competitividade. Com a reconversão, terão que cortar custos, melhorar a qualidade, buscar mercados e enfrentar a competitividade. A distância entre o discurso de livre mercado e o capitalismo de Estado, que era a prática nos Estados Unidos, é enorme. O próprio Reagan, que falava tan-

to em livre mercado, foi um governo estatista no setor econômico. Alguns dos setores militares se reconvertem, como a *Aerospace*, porém, outros não. Penso que existe uma incapacidade de adaptar-se ao novo sistema e, ademais, a dinâmica nos Estados Unidos funciona da seguinte forma: as principais empresas importam seus lucros a partir de seus investimentos no exterior, vendo cada vez mais a economia norte-americana como algo a apropriar-se do excedente e investi-lo externamente. Isto gera dois fenômenos. Primeiro, a deterioração a partir da construção do império, isto é, deterioração interna como consequência da expansão externa. Portanto, uma autotensão entre todos os setores sociais envolvidos na economia doméstica e nos setores dinâmicos do capitalismo externo. Nas últimas eleições, por exemplo, 2/3 do eleitorado (se somarmos os votos de Perot e Clinton) votou pela reconstrução da economia doméstica. Apenas 1/3 votou por Bush, que defendia a necessidade de uma liderança mundial. É claro que depois das eleições Clinton mudou completamente, assumindo o projeto de uma política global.

Esta tensão, porém, continuará a existir. Ela se aprofundará e gerará uma polarização profunda. O *Nafta* é um exemplo, já que ele é um símbolo de oposição classista profunda. Nunca tivemos, desde os anos 30, uma polarização de classes tão profunda nos Estados Unidos. Quase toda a classe trabalhadora está contra o *Nafta* e, por sua vez, quase todos os capitalista estão a favor do Tratado com o México e o Canadá. Há uma posição majoritária no povo, minoritária no Congresso

e quase nenhum reflexo no executivo em relação ao *Nafta*.

Hoje, ocorre nos Estados Unidos o contrário do que afirmava Lênin *de que o imperialismo estava gerando operários, aristocratas e a prosperidade interna*.

Os Estados Unidos têm hoje muito mais oportunidade a partir de sua força ideológico-militar que no passado. Porém, menos capacidade para aproveitar este poder devido às pressões de competitividade externas e às pressões internas. O povo, por exemplo, não suporta mais impostos, perdas salariais e diminuição de seu padrão de vida em função do crescimento do império no exterior.

RCH – O neoliberalismo começa a dar sinais de esgotamento na América Latina. Já se fala em um *social liberalismo*. Rafael Caldera apresentou-se na Venezuela como o campeão do antiliberalismo e venceu o pleito. Lula tem possibilidades reais de vencer as eleições de 1994, apresentando-se como oposição ao plano econômico neoliberal de Collor e Itamar. E não será surpresa se Cuauhtémoc Cárdenas vencer o pleito no México contra o PRI (Partido Revolucionário Institucional) que também aderiu à corrente neoliberal. O senhor acredita que este modelo econômico começa a dar sinais de esgotamento na América Latina ou usa de uma estratégia para buscar novas saídas?

PETRAS – Primeiramente, eu não penso que o neoliberalismo esteja esgotado na prática. O que está esgotado é a sua ideologia, que perde força. É um erro – e até diria que é superfici-

al – falar metodologicamente de neoliberalismo apenas sob o ponto de vista ideológico. Neoliberalismo são as classes sociais. As classes sociais que estão impulsionando o neoliberalismo não desapareceram. Os capitais transnacionais, as ligações entre os bancos internos e externos, e a exportação de capitais da América Latina continuam vigentes, ativos e influentes sobre os governos da região. Eles são as premissas da estratégia de desenvolvimento da região. Enquanto estas classes não desaparecem, tampouco desaparece o neoliberalismo.

O que está mudando é a ideologia. Por que? Porque todas as predições do neoliberalismo não funcionaram. Predições de que o neoliberalismo geraria prosperidade, felicidade, mais lucro. Os lucros subiram muito, mas apenas para as classes dominantes. A oposição ao neoliberalismo – no Brasil, Venezuela, Argentina, Uruguai – se manifesta através dos saques a supermercados e do não respeito ao voto popular. Salinas perdeu as eleições presidenciais em 1988 no México e recorreu-se a fraude para garantir sua vitória. Isto é um sinal de que é preciso buscar uma adaptação ao neoliberalismo. Surge, então, alguém – Oswaldo Funcker – que sistematiza esta nova forma ideológica. Funcker denomina a esta nova forma de *neoestruturalismo*. Começa a introduzir novamente o Estado para limpar os estragos feitos pelo neoliberalismo. Em nenhum caso mudam as premissas do modelo neoliberal, tais como exportação, privatização, estimulação do capital estrangeiro. O que afirmam é que

o Estado tem que complementar o livre mercado. Então aparecem os sociólogos que falam de *extrema pobreza*. Para resolver isto fala-se em auto-ajuda, microempresa etc. Isto é um projeto que funciona como um *colchão social* para evitar a radicalização do tipo do Partido do Trabalhadores (PT) e os levantes que interferem no processo de acumulação. Não se mexe na estrutura do lucro, nem na organização da economia, nem no poder das classes sociais, que são o eixo do projeto neoliberal. Então, o Estado cria os famosos *fundos de solidariedade, fundos contra a pobreza*. Salinas, Alwin, Ménen, Fujimori e inclusive o próprio Pinochet em 85 e 86 começam a transferir dinheiro a estes setores. Isto é para facilitar a reprodução do modelo e não uma alternativa ao mesmo.

Frente a estes subterfúgios é preciso distinguir os últimos candidatos ao poder. Rafael Caldera e sua assessoria estão profundamente envolvidos com o neoliberalismo. Vêm do social-cristianismo, que foi o partido mais mercantil nas décadas de 60 e 70. Caldera adotou uma retórica nacionalista por causa da campanha. Seus assessores, segundo o *New York Times*, estiveram em Washington assegurando ao Departamento de Estado que Caldera assumiria uma retórica estatizante apenas para ganhar as eleições. Isto já é uma prática. Todos os neoliberais chegam ao poder criticando o neoliberalismo. Ménen, em um discurso, falava da possibilidade de renunciar à dívida externa. Depois submeteu o país aos interesses do imperialismo norte-americano. Fujimori atacava Vargas Losa como liberal e depois

converteu-se em um ultraliberal. Existe, então, toda uma manipulação no uso dos processos eleitorais para ganhar posições de influência e depois ataca-se as mesmas bases de apoio. Por que ocorre isto? Porque todos estes populistas sociais-democratas chegam ao poder e encontram esta configuração de poder que os vincula com os circuitos externos. Mudar esta configuração exige atitudes radicais e conformar-se com ela significa dar os mesmos incentivos de antes. E entre o conformismo ou uma mudança radical, a tendência é conformar-se. Este é o grande desafio para todos aqueles que estão pensando no poder atualmente, inclusive Lula. Será Lula capaz de implementar um programa de reformas com um capital orientado para um mercado externo? Poderia ele converter o capital brasileiro num projeto de bem-estar quando todos seus colegas na Europa, América Latina e Estados Unidos estão voltados para outros projetos?

Penso que não temos nada de novo. Os historiadores sabem que esta retórica e ideologia de que o neoliberalismo é algo de novo, criativo – e que o marxismo é do século XIX – já foi usada no século XVIII. E já tínhamos 200 anos de globalização ou mais. O único período em que se apresentou uma alternativa foi o dos anos 30 aos 60. Trinta anos de alternativa ao neoliberalismo.

No caso de Salinas – México – existem muitos paralelos entre ele e Porfírio Diaz. Quando se começa a analisar a promoção de capitais externos, as privatizações e a especialização, surgem paralelismos impressio-

nantes. No entanto, querem negar o passado, porque o mesmo levou os mexicanos a uma revolução.

RCH – Dentro dos Estados Unidos também existe um questionamento ao neoliberalismo, principalmente pelos estragos nos setores sociais realizados pelos governos Reagan e Bush. Existe a possibilidade de mudanças na economia ou não?

PETRAS – A equipe de Clinton está atada ao mesmo projeto de Reagan e Bush. Primeiro, existem mais milionários nos gabinetes de Clinton que nos de Reagan e Bush. Segundo, estes capitalistas vêm da mesma economia, a não-produtiva. Suas histórias estão ligadas às finanças, mercado imobiliário etc. Terceiro, estão de acordo com a atual orientação do capital. Se analisamos, por exemplo, os prefeitos do partido democrata nas grandes cidades – sejam eles brancos ou negros – perceberemos que eles apoiaram o projeto econômico neoliberal. Não vejo, então, a perspectiva de mudanças significativas. Republicanos e democratas são muito semelhantes em seu modo de pensar. A diferença está apenas no discurso. Clinton, por exemplo, fez um discurso apelando para a reconstrução da indústria, do capital produtivo, da economia doméstica, do investimento na infraestrutura e abandonando a política externa aventureira. Enfim, apresentou o discurso da política industrial durante sua campanha. Agora já começa a falar de três coisas: déficit para aqueles que têm bônus do Estado; *Nafta*; violência, polícia e prisões. O estímulo econômico foi abandonado.

Então, o que temos? Uma política repressiva dentro do país, uma política econômica orientada para fora e uma política orçamentária conservadora.

RCH – Que diferença fundamental existe entre Clinton e Bush?

PETRAS – O que é diferente entre os dois diz respeito apenas aos personagens. Na questão do aborto, por exemplo, existem diferenças. Não se pode esquecer que neste campo Clinton chegou a trair os homossexuais quando lhes prometeu mudanças no exército e depois não as fez. O que existe é um estilo mais ameno, aparentemente mais aberto. No fundo, porém, Clinton e Bush são muito semelhantes. Ultimamente, Clinton lançou até um ataque contra os negros dizendo que eles deveriam controlar a violência, sem tocar nos problemas de trabalho, economia e estrutura. Agora deve lançar uma cruzada contra as mulheres adolescentes grávidas. Outras cruzadas... São farsas, é hipocrisia, já que a grande maioria destes problemas nas comunidades negras é devido à desintegração da economia e dos salários. É o nível de vida que gera as tensões e anomalias sociais. Estas cruzadas moralizantes sempre foram o subterfúgio das políticas burguesas para fugir de um debate mais sério sobre as estruturas econômicas.

RCH – Quando os estudantes aprendem a história dos Estados Unidos – do primário à universidade – como se analisa o avanço territorial do país sobre o México, o Caribe, o Canal do Panamá, o caso de Porto Rico e a base naval de Guantânamo

em Cuba, apenas para citar alguns exemplos.

PETRAS – O maior desafio ultimamente está relacionado ao movimento multicultural. Ao que se chama *gente de cor*: afro-americanos, asiáticos, hispano-americanos, e mulheres. Eles estão questionando as versões históricas do desenvolvimento dos Estados Unidos, que subestimam o papel destes protagonistas. Existe, então, um esforço para reescrever os textos, reintroduzindo o papel destas minorias na história norte-americana. Por exemplo, o papel das mulheres na industrialização ou o papel dos negros na agricultura ou a presença de imigrantes hispânicos e seu impacto sobre os setores econômico e social. Esta é a grande batalha que aparece em todos os jornais e não apenas em algumas revistas especializadas. É uma política nacional que enfrenta problemas em nível nacional, regional e local. Nas grandes cidades, onde as minorias já são majorias, existe até a luta pela adoção do bilingüísmo. E em alguns lugares já conseguiram.

No entanto, as maiores dificuldades estão na mudança dos textos do primário e secundário. Aí há uma maior socialização dos jovens, que chamam de patriotismo. E começam a perceber logo no primeiro ano, quando começam a questionar a história dos Estados Unidos, que é apresentada como o florescimento da democracia. Bom, é democrática excluindo as mulheres, os negros, apoiando a *Ku Klux Klan*, os esquadrões da morte na América Central etc. Os próprios estudantes ficam chocados ao enfrentar uma sociedade com pontos de vista que

negam, tais como, que os Estados Unidos são uma sociedade pluralista, aberta, democrática. Não acreditam. Quando se fala dos meios de comunicação, quem os controla? Quem controla os recursos básicos da economia? Quem controla a concentração econômica? É compatível falar de democracia? Como funcionam os sistemas eleitorais, quando dependem tanto de seus financiadores e dos meios de comunicação? E, ademais, a trajetória até a universidade está bastante controlada e limitada por uma *quase doutrina oficial*. Existem algumas exceções principalmente nas escolas secundárias privadas mais progressistas e nos professores das grandes cidades – Los Angeles, Nova Iorque – que questionam estes textos oficiais. No interior do país, porém, as municipalidades conservadoras controlam as escolas e os textos.

Nas universidades existe um amplo debate entre várias escolas de historiadores, como os revisionistas ou pós-revisionistas. Debate-se o papel dos Estados Unidos frente ao México, frente ao Panamá, enfim, frente às minoriais. Este é o setor onde acontece algum debate sério.

RCH – As casas editoriais encontram público para suas leituras ao apresentar uma nova ideologia da história, inclusive questionando o tipo de homem norte-americano – o desbravador, o democrata, o civilizador?

PETRAS – As casas editoriais estão dispostas a publicar livros conquanto que os vendam. Se há mercados para livros de esquerda, estão dis-

postos a publicá-los, pois existe uma competitividade grande entre elas. O problema neste caso refere-se às organizações educativas em nível local. Elas são conservadoras e compram os textos. Então, as casas editoriais estão levando em consideração quantas municipalidades vão comprar este ou aquele livro.

Nas universidades a situação é muito mais complexa, pois cada professor escolhe seus textos. É muito mais ampla a possibilidade de vender uma variedade de livros. Porém, existe outro problema que está entre o comercial e o controle ideológico. Para publicar um livro, a grande maioria das casas editoriais pede uma avaliação a uma determinada pessoa. Manda-se, às vezes, um livro de um esquerdista para um liberal e este vai julgá-lo a partir de suas perspectivas. E isto não é objetivo. Então, existe um segundo controle que funciona neste nível. Também existem livros para despertar críticas. Porém, não têm perspectiva política. É a grande maioria do que chamamos de *marxismo acadêmico*. Dá uma versão crítica da conquista sobre os indígenas sem tomar posição sobre a atualidade. Falam do genocídio, da tortura, mas não discorrem nada sobre a discriminação racial hoje.

Penso que o problema tem várias dimensões. Primeiro, como romper o conservadorismo do controle dos textos em nível de primário e secundário. Segundo, ver em que grau se pode entrar nos livros comerciais e no mercado global quando a imagem do mundo educativo é cada vez mais conservadora. Terceiro, chegar a definir

não apenas o que ocorreu no passado, mas as potencialidades de superá-lo no futuro a partir de alternativas implícitas no desenvolvimento histórico.

Nas universidades do Estado de Nova Iorque atualmente há uma grande luta para mudar os currículos. Alguns defendem a multiculturalidade nos cursos e outros afirmam que isto é a destruição da qualidade da educação. Sempre há excessos quando se debatem estas questões. Alguns pós-modernos falam de coisas superficiais. É o preço que se paga quando se abre um debate. Por exemplo, fala-se da masturbação como forma de auto-expressão da mulher na solidão. No meu juízo, pode ser um artigo interessante para ler. Organizar, porém, um curso sobre este tema, parece-me um excesso. O tema *a mulher na organização da vida sexual* pode ser interessante. E estes excessos são pretextos para aqueles que não querem que o debate avance.

Existe um debate sério questionando se é necessário dar cursos de história com o tema *negros no processo de industrialização dos Estados Unidos* ou falar da industrialização dos Estados Unidos incluindo uma discussão sobre o papel dos negros neste processo. Quando se estuda o papel de uma minoria (o negro na industrialização, a mulher na industrialização) corre-se o risco de não se perceber a interação entre gêneros e de como se dá a dinâmica dos dois. Outros falam da tendência de integrar. Então, nas quinze semanas de um semestre existe a semana do negro, a semana da mulher etc. Não há uma integração durante as quinze sema-

nas. Discute-se na semana da mulher o seu papel e depois volta-se a forma tradicional.

RCH – É possível que as mulheres, por uma questão de estratégia, tenham tido uma postura separatista, escrevendo apenas história de mulheres. Na realidade isto se deveu a um debate para conseguir um espaço e as novas tendências levam na direção de uma integração. O separatismo foi um momento da construção da história dos Estados Unidos ou é uma tendência?

PETRAS – Estou de acordo com esta interpretação como um paradigma. Na prática, porém, não ocorre. Existe uma tendência cultural física de separatismo atualmente nas universidades. E isto é muito forte. Os hispanos comem e saem juntos; os negros comem e se divertem juntos. Inclusive querem ter seus próprios cursos. Culturalmente, eu vejo menos integração entre raças agora que nos anos 60, quando começaram a romper-se as barreiras entre negros e brancos. A sociedade norte-americana apresenta hoje duas tendências: uma maior segregação física (habitação, escolas etc. Há escolas em Nova Iorque que 95% dos alunos são negros e outras, em outros lugares, em que a mesma cifra é branca); os negros burgueses, que conseguem posições importantes abandonam os centros negros e vivem nos bairros de maioria branca. Assim sendo as populações negras perdem seus líderes naturais. São profissionais capazes de articular política e ideologicamente. Isto gera uma desarticulação. E encontram mais a sua

expressão maior em definições culturais do que em identidades raciais. Não há uma etapa superada. Ao contrário, a universidade vai reproduzindo as diferenças da sociedade.

E o conflito maior está na classe média baixa branca, que luta para fazer estudar seus filhos, levando-os muitas vezes a trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Arma-se, então, um conflito entre esta classe e os hispanos ou negros que estudam gratuitamente. A classe média branca os vê como privilegiados.

RCH – As utopias ou as buscas de sociedades mais justas na América Latina sempre foram destruídas pelo imperialismo português (o reduto das Missões, os Quilombos), ou pelo imperialismo espanhol (o sonho e a luta de Tupac Amaru), ou pelo imperialismo inglês com sócios locais (a guerra do Paraguai), ou pelo imperialismo norte-americano (o bloqueio criminoso a Cuba, a derrocada de Salvador Allende no Chile, a sistemática guerra de baixa intensidade contra o sandinismo na Nicarágua). Com o fim do Estado socialista mais importante – a URSS – como fica a possibilidade da construção de uma sociedade socialista na América Latina, região considerada de influência obrigatória de Washington?

PETRAS – Não acredito que se construam novas sociedades a partir de visões utópicas, tampouco a partir do que chamam de modelos. Utopias são idéias desvinculadas da sociedade em que uma pessoa vive. Todos os grandes esforços de construção das sociedades vêm do mesmo processo

histórico do país. A crítica de Marx sobre utopia, realizada no século passado, é brilhante. São as formas de trabalho coletivo, socializado pelo mesmo sistema, que gera o trabalhador coletivo. E a partir da socialização do trabalho propor a socialização da propriedade. E não apenas uma invenção na cabeça. Marx não propunha socializar camponeses isolados, porque sabia que isto somente é possível pela força. É a partir do *mir* – aldeia coletiva na Rússia tradicional – que se poderia propor a socialização. Ou as comunidades pré-capitalistas que poderiam ajudar as novas formas de trabalho.

Esta idéia de transformação a partir de utopia é um grande erro. É um subterfúgio para fazer política do tipo *ah, a idéia está no futuro, só que não sabemos como chegar lá!*

Os modelos são extrapolações de outras experiências históricas, culturais e organizações sócio-econômicas. Os modelos também não servem porque excluem a cultura, as tradições e as formas de trabalho. O resultado, portanto, é desastroso. Então, nem modelos, nem utopias. Claro que é importante aprender algo de outras experiências. Porém, apenas heurísticamente.

Como analisamos a dinâmica? A partir das estruturas sociais. As formas tradicionais e atuais que conformam grupos de resistência à exploração. É preciso ver como estes processos objetivos geram as expressões subjetivas. E a partir destes processos ver a dinâmica de novas formas de produção, de consumo, de ócio, de prazer.

Penso que o imperialismo, vinculado com as classes internas, é um grande problema. Os generais no Brasil em 64 estavam aliados a Jonhson, e Pinochet era um alento para Washington. Porém, penso que vários fatores influenciam: a queda do comunismo é uma faca de dois gumes. Não se tem mais o problema de enfrentar o stalinismo, ou seja, um estado policial associado com o socialismo; as pessoas têm que pensar com sua própria cabeça, deixando de olhar para os oráculos externos; a ideologia, quando se fala no Leste, justificando a intervenção como uma extensão de poder, já não funciona. É preciso buscar outros motivos, como o narcotráfico etc.

Mas, as tensões dentro da Europa, do Japão e dos Estados Unidos contra o intervencionismo, por seu próprio interesse, estão crescendo. Na Alemanha, há uma onda de opiniões muito críticas contra a anexação da parte Oriental. É o custo para os cidadãos alemães. Os norte-americanos, até a declaração de guerra no Golfo, estavam divididos em relação à intervenção. Na noite anterior ao início do bombardeio, os índices eram 50% a favor e 50% contra. Uma vez lançada a intervenção, e quando a mesma tornou-se vitoriosa, o governo deu uma guinada na opinião pública. Chegou-se a um momento na campanha em que Bush não podia falar da guerra. Apenas 2% da população tinham interesse na sua tomada de decisões. No Japão, também, a crise econômica é muito profunda. O empenho em mudar a Constituição, para enviar um contingente de grupos japoneses em um *corpo de paz*, foi tão mal recebido

que tiveram que deixá-lo como uma *batata quente*.

Além disso, falando objetivamente – não porque estou no Brasil – a possibilidade de êxito de mudanças depende do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da distribuição de recursos de um país. Ou seja, o Brasil, com sua extensão territorial, seus recursos e nível de industrialização, tem muito mais possibilidades de sobreviver a uma agressão dos Estados Unidos do que a Bolívia. A África do Sul tem muito mais possibilidades de desenvolver uma alternativa do que Moçambique. A Coréia do Sul tem muito mais possibilidades de desenvolver uma alternativa do que a URSS. Estes fatores influem nos limites imperiais exteriores.

Além disso, o neoliberalismo não está gerando um consenso social, ao contrário, está polarizando os países. Não está solucionando nenhum dos grandes problemas. Isto ocorre de uma

forma muito acelerada nos países do Leste. Há três anos, todos os poloneses estavam com Walesa, com o Papa e eram anticomunistas. Passados apenas três anos – não uma década perdida, mas apenas três anos perdidos – há um giro na direção dos ex-comunistas. As igrejas na Polônia, por exemplo, encontram-se meio vazias. As mulheres se sentem ofendidas pelo discurso oficial contra o aborto e os contraceptivos, já que estas eram as formas mais comuns de controlar a natalidade na Polônia. Na Lituânia, o país mais nacionalista do Leste europeu, o governo foi derrotado e buscam-se laços com o passado, ou seja, os ex-comunistas. O ciclo está passando. As ilusões do livre mercado estão caindo devido às experiências vividas. Há uma dinâmica, um ciclo no neoliberalismo: o início, o auge, a crise e as possibilidades de alternativas. E cada ciclo tem seu ritmo em cada país.

Uma história para o Iate Clube de Santa Catarina

Regis Cabral*

HÜBENER, Laura M. et alii. *Iate Clube de Santa Catarina – Veleiros da Ilha, 1942-1992: Cinquenta Anos de História*. Florianópolis: UFSC, 1993. 101p.

Poucas são as instituições sul-brasileiras que alcançaram projeção internacional nesta segunda metade do século XX. Entre estas se encontra o Iate Clube de Santa Catarina. Além de diversos títulos nacionais – por exemplo uma quase hegemonia na década de 60 na classe Scharpie – o Iate Clube deteve vários títulos sul-americanos, salientando-se as classes Snipe em 1988, Europa em 1991, e Optimist em 1984 e 1985. Bastante significativo foi o campeonato mundial na classe Lightning, vencido por equipe do Iate Clube em 1982.

Já era hora, portanto, que uma história do clube fosse esboçada. Laura Hübener, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em primeiro lugar descreve a fundação do clube e suas décadas iniciais, passando ao período de crescimento, após 1960, chegando à época de consolidação, quando o clube assume seu atual nome em 3 de outubro de 1975 e, alguns anos após, ativa uma sede oceânica. Além disto, o livro apresenta uma série de apêndices com dados sobre as diretorias, destaques e

outras informações sobre a evolução do clube.

Segundo Laura Hübener, o Iate Clube foi fundado em 1º de dezembro de 1942, com o nome de Clube Veleiros da Ilha de Santa Catarina. Surge como uma dissidência do Iate Clube de Florianópolis. Desde logo marca-se que esta dissidência não ocorreu apenas em função de relações pessoais e políticas, mas também devido às relações sociais da tecnologia em questão. O Clube Veleiros opta pela classe Scharpie, enquanto seu rival especializa-se na classe Lightning. Entretanto, o crescimento do Clube Veleiros, marcado por sua mudança de nome, sua diversificação a outras classes e a construção de nova sede, faz com que ele se eclipse e desenvolva atividades antes de outras entidades, como por exemplo a caça submarina.

De acordo com minha leitura do livro, um dos aspectos mais interessantes da história do Iate Clube de Santa Catarina é que é uma instituição que surge e evolui em torno de uma tecnologia – o barco. As tecnologias não só constróem a sociedade, mas também, e ainda mais, são socialmente

* Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

construídas. Elas também servem de instrumento de inserção de um grupo social em um contexto maior. O Iate Clube se desenvolve, se é que não surgiu, em torno da classe Scharpie. Entretanto, ela desaparece do clube no princípio da década de 70, apesar de o clube deter o título brasileiro de 1971. Quando a classe desaparece dos Jogos Olímpicos e Pan-americanos, decresce o interesse aqui. Opta-se por abandonar uma longa tradição em função de uma inserção em um contexto global. Dentro do seu universo, as relações sociais em nível global da tecnologia são mais fortes que as tradições locais. Por isto talvez fosse interessante periodizar a história do clube como tendo duas fases: Scharpie e pós-Scharpie (ou de diversificação tecnológica).

Um ponto fascinante deste pequeno livro é a perfeita integração entre texto e imagem. Ao contrário da situação ainda usual, onde a foto ou o gráfico é um instrumento adicional que o leitor é quase forçado a consultar, aqui as fotos e o texto fazem um todo. A construção de Laura Hübener flui de imagem para texto e de texto para imagem, fazendo com que o leitor capte a dinâmica da história do Iate Clube de Santa Catarina. Teria facilitado ainda mais a compreensão desta dinâmica a inserção no apêndice de uma cronologia indicando os principais momentos do clube e tendo como pontos de referência eventos políticos e sociais. Isto se tornaria particularmente interessante se fossem eventos sociais e políticos dos quais participaram membros de

destaque do clube.

É claro que não foi o objetivo dos autores escrever tal história política e social. O livro é uma história oficial, sancionada pela própria comodoria do clube. A história oficial tem suas limitações, aproximando-se muitas vezes de uma história internalista onde a entidade estudada está quase isolada de dinâmicas sociais outras que não a sua. Percebe-se, entretanto, que, dados estas fronteiras e contornos, os autores levantam sempre que possível questões críticas. Aponta-se que a mulher teve pouca participação na história do clube, indica-se que até recentemente tinham de cobrir gastos, mesmo quando estavam representando o Brasil no exterior; observa-se que houve conflitos internos com sérias repercussões sociais, não só no momento de fundação, mas também em 1956; mencionam-se as relações existentes entre as importantes famílias do clube e forças econômicas e políticas. O que significam, do ponto de vista de uma história social, estes questionamentos? Somente a pesquisa poderá aprofundar estes pontos. Certamente, os principais beneficiários do resultado de tais pesquisas serão os próprios membros do clube, em particular as novas gerações. A diretoria do clube deveria promover tais estudos. Além disto, baseado neste livro, o Iate Clube de Santa Catarina deveria patrocinar a construção de um roteiro e a produção do documentário correspondente, seja para TV ou multimídia. O trabalho tão bem marcado por este livro merece ser continuado e expandido.

O Rio Belle Époque como Objeto de Estudo

Maria de Fátima Fontes Piazza*

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 383 p. il. (tradução de Celso Nogueira do original em inglês: *A tropical belle époque: Elite culture and society*).

O Teatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional constituem um importante conjunto arquitetônico, que simboliza o Rio de Janeiro da virada do século: a *belle époque tropical*. A partir desses símbolos, compreende-se o fascínio que este período de grandes transformações na cidade e, conseqüentemente, na sociedade carioca, significou para um país tão afeito a novidades e cuja capital seria para alguns o protótipo de uma *Paris tropical*.

A obra de Jeffrey D. Needell, professor de História do Brasil da Universidade da Flórida (EUA), completa um ciclo de publicações de alto nível sobre o período, que começou na década passada com *Literatura como missão, tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, de Nicolau Sevcenko (São Paulo: Brasiliense, 1983. p.257); passando por *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, de José Murilo de Carvalho (São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.196 il.), e pela *A*

vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano, de Rosa Maria Barboza de Araújo (Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p.406 il.).

O autor de *Belle Époque Tropical* percorre como um *voyeur* a cidade do Rio de Janeiro da virada do século, reconstituindo, assim, o panorama da época: ao descrever as instituições formais da elite e as relações sociais; ao mapear a cidade; ao definir e descrever os hábitos e costumes da elite, da intelectualidade e da boemia; ao mostrar os contrastes que o Rio de Janeiro pós-reforma de Pereira Passos imprimiu na sociedade carioca. Na realidade, o autor conseguiu reconstituir o tecido social da cidade *modernizada*, cuja elite tentava se identificar com parâmetros de *civilização* e, conseqüentemente, tentava imprimir um *modus vivendi* em que nada se assemelhava aos tristes trópicos.

Aqui, recorro à metáfora dos espelhos: a sociedade, descrita e analisada pelo autor, mirava-se no espelho *art-nouveau* da sociedade parisiense

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

do *fin-de-siècle*, isto é, na Paris urbanizada após as reformas do Barão Haussmann. Como a imaginação se nutre de coisas distantes no tempo e no espaço, a elite carioca tentava se identificar com uma Europa possível. Na tentativa de transformar a cidade numa *Paris tropical*, o que demonstra a negação do seu passado colonial português e a confirmação da sua lusofobia desabrida.

Vários autores, inclusive os citados anteriormente, enfatizam a importância atribuída à cidade do Rio de Janeiro como capital do país e como síntese da nação. Daí, o papel das reformas urbanas para transformar a cidade no *cartão de visitas* ou no *cartão-postal* do Brasil, com o objetivo de mostrar a imagem do Brasil *moderno* no exterior. O que denota o caráter de exclusão social que a reforma de 1904 deixou transparecer na cidade da virada do século: os *desclassificados* da cidade (mendigos, vagabundos ou vadios, capoeiras e prostitutas, com exceção das prostitutas de luxo) foram

excluídos do cenário da *belle époque*, inclusive com deportações.

Se o Brasil (via cidade do Rio de Janeiro) foi inserido compulsoriamente na *belle époque*, o autor mostrou com argúcia que “a fantasia de identificação europeia estava ligada à realidade de domínio da elite carioca. Este era o equivalente de um paradoxo maior – a realidade das relações neocoloniais do Brasil com o Atlântico Norte se ligando à fantasia de uma cultura franco-inglesa universal à fantasia da Civilização” (p.207).

A *belle époque tropical* continua existindo enquanto objeto de estudos de historiadores, de arquitetos, de cientistas políticos e sociais e de estudiosos da literatura. Entretanto, percorrendo as ruas da cidade do Rio de Janeiro, é visível a total descaracterização deste passado finissecular. Restam, ainda, algumas edificações que serviram de *cartão-postal* para mostrar um estilo cosmopolita de *pensare* de *viver* na capital da Corte e depois na capital da Primeira República.

Atividades de Pesquisa do Departamento de História

Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina-UFSC

- Título da pesquisa:** Memória do Sinergia
Início: julho 92
Término: julho 94
Coordenadores: Joana Maria Pedro e Maria Bernardete Ramos Flores
Órgão financiador: CNPq
- Título da pesquisa:** Santa Catarina na Primeira República
Início: 2º semestre 91
Término: 2º semestre 94
Pesquisador: Jali Meirinho
- Título da pesquisa:** A integração catarinense através da ligação Litoral-Planalto
Início: 1989
Término: 1994
Pesquisadora: Laura Machado Hübener
- Título da pesquisa:** História Bancária Catarinense
Início: 1993
Término: 1996
Pesquisador: Sérgio Schmitz
- Título da pesquisa:** Comissão Pastoral da Terra em Santa Catarina: Linguagem e Utopia
Início: novembro 93
Término: outubro 94
Coordenadora: Maria Bernardete Ramos Flores
Órgão financiador: CNPq
- Título da pesquisa:** A produção artística e os estudos históricos – Henrique Luiz Pereira Oliveira
Início: 2º semestre 91
Término: 2º semestre 94
- Título da pesquisa:** Vieira: entre a utopia e o profetismo
- Início:** 1990
Término: 1995
Coordenador: Valmir Francisco Muraro
- Título da pesquisa:** Niels Bohr, a Escola de Copenhague e suas relações com a Física da América Meridional
Início: 1991
Término: agosto 94
Coordenador: Régis Cabral
- Título da pesquisa:** Universidade e Sociedade: Brasil e Suécia – um estudo comparativo
Início: fevereiro 92
Término: agosto 95
Coordenador: Régis Cabral
- Título da pesquisa:** Avaliação das universidades: ensino e pesquisa
Início: novembro 88
Coordenador: Régis Cabral
- Título da pesquisa:** A reformulação das condutas e das sociabilidades em Laguna na Primeira República
Início: novembro 93
Término: outubro 94
Coordenadora: Eunice Sueli Nodari
Órgão financiador: Funpesquisa/UFSC
- Título da pesquisa:** A trajetória da propriedade da terra em Santa Catarina
Início: agosto 93
Término: julho 94
Coordenadora: Joana Maria Pedro
Órgão financiador: CNPq
- Título da pesquisa:** As elites dirigentes e a reformulação das condutas e das sociabilidades em Lages na Primeira República
Início: outubro 93

Término: novembro 94
Coordenador: Élio Cantalício Serpa
Órgão financiador: Funpesquisa/UFSC

Título da pesquisa: Classe trabalhadora e sindicalismo em Florianópolis 1945-1964
Início: abril 94
Término: março 95

Coordenador: Marcos Vinícios de Almeida Saul

Título da pesquisa: Educação, Processo de Trabalho e Práticas de Normatização. Santa Catarina: 1930-1945
Início: agosto 93
Término: agosto 95
Pesquisadora: Cynthia Machado Campos

EXTENSÃO

O Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC oferece o curso "Religião, História e Imaginário", de 4 a 25 de junho, em Florianópolis. Informações pelo fone (0482) 31-9249.

PORTUGAL

Realiza-se de 21 a 25 de novembro em Lisboa, Portugal, o congresso internacional "O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa".

ANPUH/SC

A Associação Nacional de História/Santa Catarina promove, de 29 de agosto a 2 de setembro, na UFSC, o V Encontro Estadual de História e o I Encontro Regional, com o tema "Identidade e Diversidade no Sul do Brasil". Informações pelo fone (0482) 31-9249.

TORDESILHAS

História, artesanato, literatura e teatro no evento "Tordesilhas 500 anos", de 5 a 7 de junho, em Laguna, Santa Catarina. Informações pelo fone (0486) 46-0533.

IBERO-AMERICANO

Realiza-se de 12 a 15 de setembro na Unicamp, em Campinas, São Paulo, o II Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. Informações nos fones (0192) 39-7401 e 39-7380.

SBPC

A 46ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC debate, de 17 a 22 de julho, em Vitória, no Espírito Santo, "A Ética e a Consolidação da Democracia".

ANPUH/SP

"Cultura, Memória e Poder" é o tema do encontro regional da Associação Nacional de História/São Paulo, de 5 a 7 de setembro, na Unicamp, em Campinas, São Paulo.

MESTRADO/UFSC

De 26 de setembro a 21 de outubro estão abertas as inscrições para a seleção do Mestrado em História da UFSC. A área de concentração é "História do Brasil Meridional", com as seguintes linhas de pesquisa: formas de poder, idéias e instituições; sociedade, economia e população; história e informática. Informações pelo fone (0482) 31-9359.

Aguarde
o
número
3
ilustrado
em
outubro